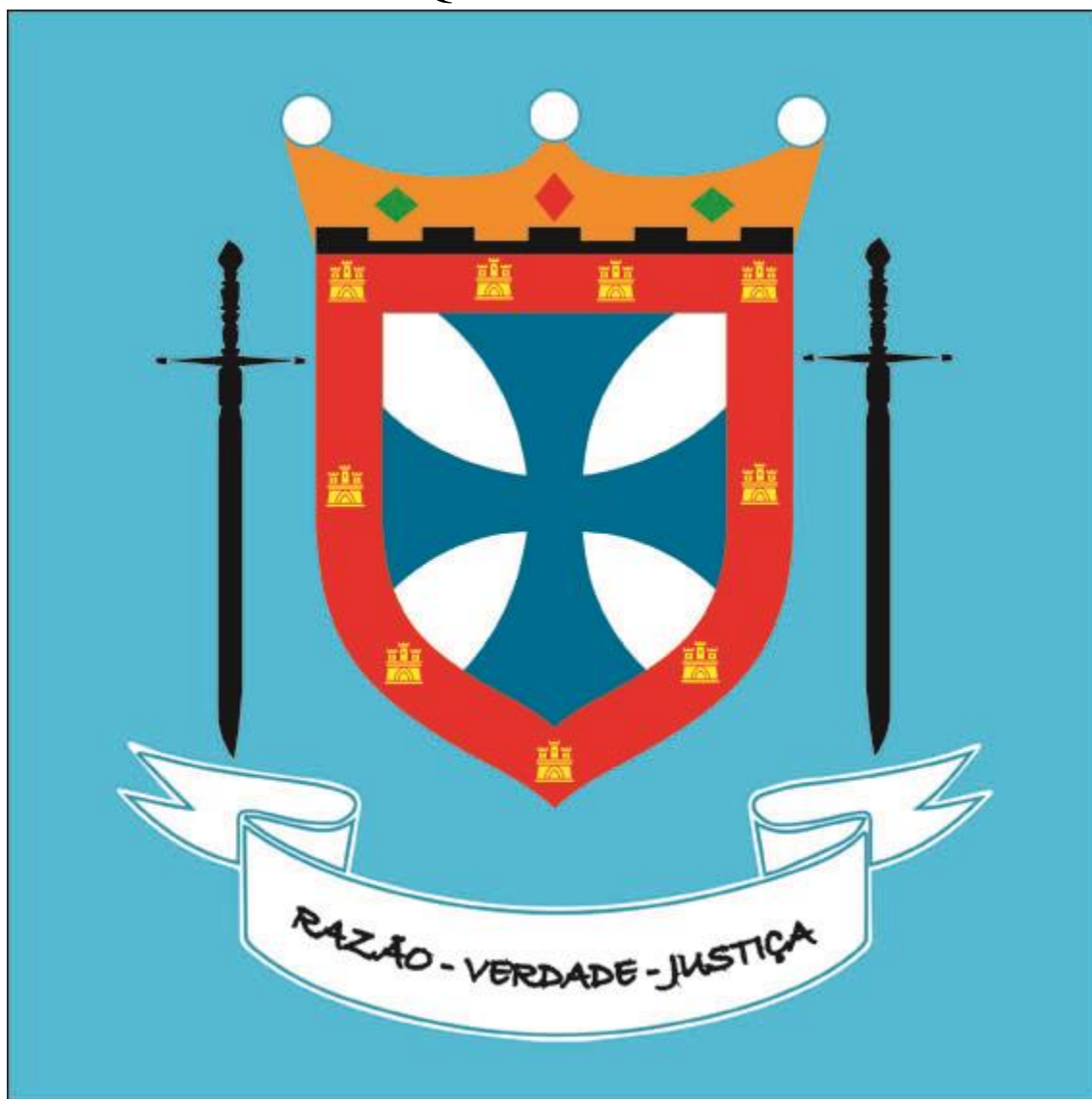


CASA IMPERIAL PORTUGUESA
COLECÇÃO
LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR
AO REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL
MONÁRQUICO PORTUGUÊS



DIPLOMA DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES

TÍTULO PRIMEIRO – ARMAS E MUNIÇÕES.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO E DEFINIÇÕES.

1 – O presente diploma tem por objectivo estabelecer a definição do regime jurídico aplicável:

a) Ao controlo do mercado lícito de actividades das armas e das munições e dos produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades com excepção do ensino das armas e das munições constante do DIPLOMA DA EDUCAÇÃO, para fins venatórios, de gestão cinegética, recreativos, desportivos, de exercício profissional, de ornamentação e de treino pessoal, bem como dos percussores, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em todo o processo;

b) Ao tráfico, uso, porte e utilização ilícito de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como dos percussores, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em todo o processo; e

c) Ao consumo de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades por todo o cidadão idóneo e íntegro e do direito à aquisição, uso e porte de armas restrito aos locais autorizados nos termos do presente diploma para a realização do acto de esforço.

2 – Para efeitos do disposto no presente diploma e sua regulamentação e com objecto a uma uniformização conceptual, compreende-se por:

a) Tipos de armas:

a. AEROSSOL DE DEFESA – Todo o contentor portátil de gases comprimidos cuja finalidade única seja o de produzir descargas de gases momentaneamente neutralizantes da capacidade agressora, não podendo pela sua apresentação e características ser confundidos com as demais armas ou dissimular o fim a que se destina;

b. ARCO – A arma branca destinada a lançar flechas mediante o uso da força muscular;

c. ARMA DE ACÇÃO DUPLA – A arma de fogo que pode ser disparada efectuando apenas a operação de accionar o gatilho;

d. ARMA DE ACÇÃO SIMPLES – A arma de fogo que é disparada mediante duas operações constituídas pelo armar manual do mecanismo de disparo e pelo accionar do gatilho;

e. ARMA DE ALARME OU SALVA – O dispositivo com a configuração de arma de fogo destinada unicamente a produzir um efeito sonoro semelhante ao produzido por aquela no momento do disparo;

f. ARMA DE AR COMPRIMIDO – A arma accionada por ar ou outro gás comprimido, com cano de alma lisa ou estriada, destinada a lançar projecteis metálicos;

g. ARMA DE AR COMPRIMIDO DESPORTIVA – A arma de ar comprimido reconhecida por uma federação desportiva como adequada para a prática de tiro desportivo, nos termos do disposto na respectiva lei;

h. ARMA DE AR COMPRIMIDO DE AQUISIÇÃO CONDICIONADA – A arma de ar comprimido capaz de propulsar projecteis de calibre superior a 5,5 mm e as de qualquer calibre, capazes de propulsar projecteis cuja energia cinética medida à boca do cano seja igual ou superior a 24 J;

i. ARMA DE AR COMPRIMIDO DE AQUISIÇÃO LIVRE – A arma de ar comprimido de calibre até 5,5 mm, capaz de propulsar projecteis cuja energia cinética medida à boca do cano seja inferior a 24 J;

j. ARMA AUTOMÁTICA – A arma de fogo que mediante uma única acção sobre o gatilho ou disparador, faz uma série contínua de vários disparos;

l. ARMA BIOLÓGICA – O engenho susceptível de libertar ou de provocar contaminação por agentes microbiológicos ou outros agentes biológicos, bem como toxinas, independentemente da sua origem, modo de produção ou tipo em quantidades que não se destinem a fins profilácticos de protecção ou outro carácter pacífico e que se mostrem nocivos ou letais à vida;

m. ARMA BRANCA – Todo o objecto ou instrumento portátil dotado de uma lâmina ou outra superfície cortante, perfurante ou de corte contundente, de comprimento igual ou superior a 10 cm e independentemente das suas dimensões as facas borboleta, as facas de abertura automática ou de ponta e mola, as facas de arremesso, os estiletes com lâmina ou haste e todos os objectos destinados a lançarem lâminas, flechas ou virotões;

n. ARMA DE CARREGAMENTO PELA BOCA – A arma de fogo em que a culatra não pode ser aberta manualmente e o carregamento da carga propulsora e do projectil só possam ser efectuados pela boca do cano, no caso das armas de um ou mais canos e pela boca das câmaras nas armas equipadas com tambor, considerando-se equiparadas às de carregamento pela boca as armas que tendo culatra móvel não possam disparar senão cartuxo combustível, sendo o sistema de ignição colocado separadamente no exterior da câmara;

o. ARMA ELÉCTRICA – Todo o sistema portátil alimentado por fonte energética e destinado exclusivamente a produzir descarga eléctrica momentaneamente neutralizante da capacidade motora humana, não podendo pela sua apresentação e características ser confundidas pelas demais armas ou dissimular os fins a que se destina;

p. ARMA DE FOGO – Todo o engenho ou mecanismo portátil destinado a provocar a deflagração de uma carga propulsora geradora de uma massa de gases cuja expansão impele um ou mais projecteis;

q. ARMA DE FOGO CURTA – A arma de fogo cujo cano não exceda 30 cm ou cujo comprimento total não exceda 60 cm;

r. ARMA DE FOGO INUTILIZADA – A arma de fogo a que lhe foi retirada ou inutilizada peça ou parte essencial para obter o disparo do projectil e que seja acompanhada de certificado de inutilização emitido pelos peritos da guarda real portuguesa;

s. ARMA DE FOGO LONGA – Quaisquer armas de fogo com exclusão das armas de fogo curtas;

t. ARMA DE FOGO DESACTIVADA – A arma de fogo a que lhe foi retirada peça ou peças necessárias para obter o disparo do projectil;

u. ARMA DE FOGO OBSOLETA – As armas de fogo de fabrico anterior a 1 de Janeiro de 1891, bem como aquelas armas que sendo de fabrico posterior à data, utilizem munições obsoletas constantes da lista de calibres obsoletos publicada em portaria pela área presidencial da ordem ou que obtenham essa classificação no acto de peritagem pela guarda real portuguesa;

v. ARMA DE FOGO MODIFICADA – A arma de fogo que mediante uma intervenção não autorizada de qualquer tipo, sofre alterações das suas partes essenciais, marca e numerações de origem, ou aquela arma cuja coronha tenha sido reduzida de forma relevante na sua dimensão a um punho ou substituída por outra telescópica ou rebatível;

x. ARMA DE FOGO TRANSFORMADA – O dispositivo que mediante uma intervenção mecânica modificadora obtenha características próprias que lhe permitam funcionar como arma de fogo;

z. ARMA LANÇADORA DE GASES – O dispositivo portátil destinado a lançar gases por um cano;

aa. ARMA LANÇA CABOS – O mecanismo portátil com a configuração de uma arma de fogo, destinada unicamente a lançar linha ou cabo;

ab. ARMA QUÍMICA – O engenho ou qualquer equipamento, munição ou dispositivo especificamente concebido para libertar produtos tóxicos e seus precursores que pela sua acção química sobre os processos vitais possa causar a morte ou lesões ou lesões nos seres vivos;

ac. ARMA RADIOACTIVA OU SUSCEPTÍVEL DE EXPLOSÃO NUCLEAR – O engenho ou produto susceptível de provocar uma explosão por fissão ou fusão nuclear, bem como a libertação de partículas radioactivas ou de por qualquer modo ou forma difundir tal tipo de partículas;

ad. ARMA DE REPETIÇÃO – A arma de fogo com depósito fixo ou com carregador amovível que após cada disparo é recarregada por acção do atirador, sobre um mecanismo que transporta e introduz na câmara nova munição, retirada do depósito ou do carregador ou que posiciona a câmara para ser disparada a munição que contém;

ae. ARMA SEMIAUTOMÁTICA – A arma de fogo com depósito fixo ou com carregador amovível que após cada disparo se carrega automaticamente e que não pode mediante uma única acção sobre o gatilho, fazer mais de um disparo;

af. ARMA DE SINALIZAÇÃO – O mecanismo portátil com a configuração de uma arma de fogo destinado a lançar um dispositivo pirotécnico de sinalização, cujas características excluem a conversão para o tiro de qualquer outro tipo de projecteis;

ag. REPRODUÇÃO DE ARMA DE FOGO PARA PRÁTICAS RECREATIVAS – O mecanismo portátil com a configuração de uma arma de fogo das classes A, B e C, pintado com cor fluorescente amarela ou encarnada, indelével, claramente visível quando empunhadas em 5 cm a contar da boca do cano e na totalidade do punho, caso se trate de uma arma curta ou em 10 cm a contar da boca do cano e na totalidade da coronha caso se trate de arma longa, de forma a não ser susceptível de confusão com as armas das mesmas classes, apto unicamente a disparar esfera não metálica cuja energia à saída da boca do cano não seja superior a 1,3 J para calibres inferiores ou iguais a 6 mm e munições compactas ou a 13 J para outros calibres e munições compostas por substâncias gelatinosas;

ah. MARCADOR DE PAINTBALL – O mecanismo portátil propulsionado a ar comprimido, apto unicamente a disparar esfera não metálica constituída por tinta hidrossolúvel e biodegradável não poluente contida em invólucro de gelatina, cuja energia à saída da boca do cano não seja superior a 13 J;

ai. ARMA SUBMARINA – A arma branca destinada unicamente a disparar arpão quando submersa em água;

aj. ARMA DE TIRO A TIRO – A arma de fogo sem depósito ou carregador de um ou mais canos, que é carregada mediante a introdução manual de uma munição em cada câmara ou câmaras ou em compartimento situado à entrada destas;

al. ARMA VETERINÁRIA – O mecanismo portátil com a configuração de uma arma de fogo destinada exclusivamente a disparar

projectil de injeção de anestésicos ou outros produtos veterinários sobre animais;

am. BASTÃO ELÉCTRICO – A arma eléctrica com a forma de um bastão;

an. BASTÃO EXTENSÍVEL – O instrumento portátil telescópico, rígido ou flexível, destinado a ser empunhado como meio de agressão ou defesa;

ao. BESTA – A arma branca dotada de mecanismo de disparo que se destina exclusivamente a lançar virotão;

ap. BOXER – O instrumento metálico ou de outro material duro destinado a ser empunhado e a ampliar o efeito resultante de uma agressão;

aq. CARABINA – A arma de fogo longa com cano de alma estriada;

ar. ESPINGARDA – A arma de fogo longa com cano de alma lisa;

as. ESTILETE – A arma branca ou instrumento com a configuração de arma branca, composta por uma haste perfurante sem gumes e por um punho;

at. ESTRELA DE LANÇAR – A arma branca ou instrumento com a configuração de arma branca, em forma de estrela com pontas cortantes que se destina a ser arremessada manualmente;

au. FACA DE ARREMESSO – A arma branca ou instrumento com a configuração de arma branca, composta por uma lâmina integrando uma zona de corte e perfuração e outra destinada a ser empunhada ou a servir de contrapeso com vista a ser lançada manualmente;

av. FACA DE BORBOLETA – A arma branca ou instrumento com a configuração de arma branca, composta por uma lâmina articulada num cabo ou empunhadura dividido longitudinalmente em duas partes também articuladas entre si, de tal forma que a abertura da lâmina pode ser obtida instantaneamente por um movimento rápido de uma só mão;

ax. FACA DE ABERTURA AUTOMÁTICA OU FACA DE PONTA E MOLA – A arma branca ou instrumento com a configuração de arma branca, composta por um cabo ou empunhadura que encerra uma lâmina, cuja disponibilidade pode ser obtida instantaneamente por acção de uma mola sob tensão ou outro sistema equivalente;

az. PISTOLA – A arma de fogo curta de tiro a tiro, de repetição ou semiautomática;

ba. PISTOLA-METRALHADORA – A arma de fogo automática compacta que utiliza munições para arma de fogo curta;

bb. RÉPLICA DE ARMA DE FOGO – A arma de fogo de carregamento pela boca, apta a disparar um ou mais projecteis utilizando carga de pólvora preta ou similar;

bc. REPRODUÇÃO DE ARMA DE FOGO – O mecanismo portátil com a configuração de arma de fogo que pela sua apresentação e características possa ser confundida com as armas previstas nas classes A, B e C, com exclusão das reproduções de arma de fogo para práticas recreativas, das armas de alarme ou de salva não transformáveis e das armas de starter;

bd. REVÓLVER – A arma de fogo curta de repetição, com depósito constituído por tambor contendo várias câmaras;

be. ARMA DE STARTER – O dispositivo tecnicamente não susceptível de ser transformado em arma de fogo, com a configuração de arma de fogo, destinado exclusivamente a produzir um efeito sonoro, para ser utilizado em actividades desportivas e treinos de caça;

bf. ARMA COM A CONFIGURAÇÃO DE ARMAMENTO MILITAR – A arma de fogo que pela sua configuração ou características técnicas, seja susceptível de ser confundida com equipamento, meio ou material militar ou de guerra ou classificada como tal.

b) Partes das armas de fogo:

a. ALMA DO CANO – A superfície interior do cano entre a câmara e a boca;

b. ALMA ESTRIADA – A superfície interior do cano com sulcos helicoidais ou outra configuração em espiral, que permite conferir rotação ao projectil, dotando-o de estabilidade giroscópica;

c. ALMA LISA – A superfície interior do cano não dotada de quaisquer dispositivos destinado a imprimir movimento de rotação ao projectil;

d. BÁSCULA – Parte da arma de fogo em que se articula o cano ou canos e que obtura a câmara ou câmaras fazendo o efeito de culatra;

e. BOCA DO CANO – A extremidade da alma do cano por onde sai o projectil;

f. CAIXA DA CULATRA – A parte da arma onde está contida e se movimenta a culatra;

g. CÂMARA – A parte do cano ou no caso dos revólveres a cavidade do tambor onde se introduz a munição;

h. CANO – A parte da arma constituída por um tubo destinado a guiar o projectil no momento do disparo;

i. CÂO – A peça de um mecanismo de percussão que contém ou bate no percutor com vista ao disparo da munição;

j. CARCAÇA – A parte da arma curta de que faz parte ou onde se fixa o punho e que encerra o mecanismo de disparo;

l. CARREGADOR – O contentor amovível onde estão alojados as munições numa arma de fogo;

m. CORONHA – A parte de uma arma de fogo que se destina a permitir o seu apoio no ombro do atirador;

n. CORREDIÇA – A parte de arma automática ou semiautomática que integra a culatra e que se movimenta em calhas sobre a carcaça;

o. CULATRA – A parte de arma de fogo que obtura a extremidade do cano onde se localiza a câmara;

p. DEPÓSITO – O compartimento inamovível de uma arma de fogo onde estão alojadas as munições;

q. GATILHO OU CAUDA DO GATILHO – A peça do mecanismo de disparo que quando accionada pelo atirador, provoca o disparo;

r. GUARDA MATO – A peça que protege o gatilho de accionamento accidental;

s. MECANISMO DE DISPARO – O sistema mecânico ou outro sistema que quando accionado através do gatilho provoca o disparo;

t. MECANISMO DE TRAVAMENTO – O conjunto de peças destinado a bloquear a culatra móvel na posição de obturação da câmara;

u. PARTES ESSENCIAIS DA ARMA DE FOGO – Nos revólveres o cano, o tambor e a carcaça, nas demais armas de fogo o cano, a culatra, a caixa da culatra ou corrediça, a báscula e a carcaça;

v. PERCUTOR – A peça de um mecanismo de disparo que acciona a munição, por impacte na escorva ou fulminante;

x. PUNHO – A parte de arma de fogo que é agarrada pela mão que prime o gatilho;

z. SILENCIADOR – O acessório que se aplica sobre a boca do cano de uma arma destinado a eliminar ou reduzir o ruído resultante do disparo;

aa. TAMBOR – A parte de um revólver constituída por um conjunto de câmaras que formam um depósito rotativo de munições;

ab. SISTEMA DE SEGURANÇA DE ARMA – Mecanismo da arma que pode ser accionado pelo atirador, destinado a impedir o seu disparo quando actuado o gatilho.

c) Munições das armas de fogo e seus componentes:

a. BALA ou PROJÉCTIL – A parte componente de uma munição ou carregamento que se destina a ser lançada através do cano pelos gases resultantes da deflagração de uma carga propulsora ou outro sistema de propulsão;

b. CALIBRE DA ARMA – A denominação da munição para que a arma é fabricada;

c. CALIBRE DO CANO – O diâmetro interior do cano, expresso em milímetros ou polegadas, correspondendo nos canos de alma estriada ao diâmetro da brocagem antes de abertas as estrias ou equivalente a este diâmetro no caso de outros processos de fabrico;

d. CARGA PROPULSORA ou CARGA DE PÓLVORA – A carga de composto químico usada para carregar as munições ou a carga de pólvora preta ou substâncias similares usada para carregar as armas de carregamento pela boca;

e. CARTUCHO – O recipiente metálico, plástico ou outros materiais que se destina a conter o fulminante, a carga propulsora, a bucha e a carga de múltiplos projecteis ou o projectil único, para utilização em armas de fogo com cano de alma lisa;

f. BUCHA – A parte componente de uma munição em plástico ou em outro material, destinada a separar a carga propulsora do projectil ou dos múltiplos projecteis, podendo também incorporar um recipiente que contém projecteis;

g. CARTUCHO CARREGADO – A munição para arma de fogo com cano de alma lisa contendo todos os seus componentes em condições de ser disparado;

h. CARTUCHO VAZIO – O cartucho para arma de fogo com cano de alma lisa não contendo nenhum dos componentes necessários ao disparo;

i. CARTUCHO DE LETALIDADE REDUZIDA – O cartucho carregado com projectil ou carga de projectil não metálico com a finalidade de não ser letal;

j. CARTUCHO CARREGADO COM BALA – A munição carregada com projectil único, para arma com cano de alma lisa ou arma com cano raiado para utilização de munições para arma com cano de alma lisa;

l. CHUMBOS DE CAÇA – Os projecteis com diâmetro até 4,5 mm, com que se carregam os cartuchos de caça;

m. COMPONENTES PARA RECARGA – Os cartuchos, invólucros, fulminantes ou escorvas, carga propulsora e projecteis para munições de armas de fogo;

n. FULMINANTE ou ESCORVA – O componente da munição composto por uma cápsula que contém mistura explosiva, a qual quando deflagrada provoca uma chama intensa destinada a inflamar a carga propulsora da munição, não fazendo parte da munição nas armas de carregamento pela boca;

o. INVÓLUCRO – O recipiente metálico, de plástico ou outro material, que se destina a conter o fulminante, a carga propulsora e o projectil para utilização em armas com cano de alma estriada;

p. MUNIÇÃO DE ARMA DE FOGO – O cartucho ou invólucro ou outro dispositivo contendo o conjunto de componentes que permitam o disparo do projectil ou dos múltiplos projecteis, quando introduzidos numa arma de fogo;

q. MUNIÇÃO COM PROJECTIL DESINTEGRÁVEL – A munição cujo projectil é fabricado com o objectivo de se desintegrar no impacto com quaisquer superfície ou objecto duro;

r. MUNIÇÃO COM PROJECTIL EXPANSIVO – A munição cujo projectil é fabricado com o objectivo de expandir no impacto com um corpo sólido;

s. MUNIÇÃO COM PROJECTIL EXPLOSIVO – A munição com projectil contendo uma carga que explode no momento do impacto;

t. MUNIÇÃO COM PROJECTIL INCENDIÁRIO – A munição com projectil contendo um composto químico que se inflama em contacto com o ar ou no momento do impacto;

u. MUNIÇÃO COM PROJECTIL ENCAMISADO – A munição com projectil designado internacionalmente como full metal jacket (FMJ), com camisa metálica que cobre o núcleo em toda a sua extensão, com excepção ou não da base;

v. MUNIÇÃO COM PROJECTIL PERFURANTE – A munição com projectil destinado a perfurar alvos duros e resistentes;

x. MUNIÇÃO COM PROJECTIL TRACEJANTE – A munição com projectil que contém uma substância pirotécnica destinada a produzir chama ou chama e fumo, de forma a tornar visível a sua trajetória;

z. MUNIÇÃO COM PROJECTIL CILINDRO – A munição designada internacionalmente como wadcutter de projectil cilindro ou de ponta achatada, destinada a ser usada em tiro desportivo, provocando no alvo um orifício de contorno bem definido;

aa. MUNIÇÃO OBSOLETA – A munição de fabrico anterior a 1 de Janeiro de 1891, ou posterior a essa data, que tenha deixado de ser produzido industrialmente e que não é comercializada há pelo menos 40 anos;

ab. PERCUSSÃO ANELAR ou LATERAL – O sistema de ignição de uma munição em que o percutor actua sobre um ponto periférico relativamente ao centro da base da mesma;

ac. PERCUSSÃO CENTRAL – O sistema de ignição de uma munição em que o percutor actua sobre a escorva ou fulminante aplicado no centro da base do invólucro;

ad. ZAGALOTES – Os projecteis com diâmetro superior a 4,5 mm que fazem parte de um conjunto de múltiplos projecteis para serem disparados em armas de fogo com cano de alma lisa;

ae. MUNIÇÃO DE SALVA ou ALARME – A munição sem projectil destinada exclusivamente a produzir um efeito sonoro no momento do disparo.

d) Funcionamento das armas de fogo:

a. ARMA DE FOGO CARREGADA – A arma de fogo que tenha uma munição introduzida na câmara e a arma de carregar pela boca em que seja introduzida carga propulsora, fulminante e projectil na câmara ou câmaras;

b. ARMA DE FOGO COM SEGURANÇA ACCIONADA – A arma de fogo em que está accionado o mecanismo que impede o disparo pela pressão no gatilho;

c. ARMA DE FOGO MUNICIADA – A arma de fogo com pelo menos uma munição introduzida no depósito ou carregador;

d. CICLO DE FOGO – O conjunto de operações realizadas sequencialmente que ocorrem durante o funcionamento das armas de fogo de carregar pela culatra;

e. CULATRA ABERTA – A posição em que a culatra, a corredeira ou a báscula de uma arma se encontra de forma que a câmara não esteja obturada;

f. CULATRA FECHADA – A posição em que a culatra, corredeira ou báscula de uma arma se encontra de forma a obturar a câmara;

g. DISPARAR – O acto de pressionar o gatilho, accionando o mecanismo de disparo da arma, de forma a provocar o lançamento do projectil.

e) Outras definições:

a. EQUIPAMENTOS, MEIOS E MATERIAL MILITAR E DE GUERRA – Os equipamentos, armas, engenhos, instrumentos, produtos ou substâncias produzidos ou fabricados para fins militares e policiais, utilizados pelas reais forças armadas portuguesa e pela guarda real portuguesa;

b. CASA FORTE ou FORTIFICADA – A construção ou compartimento de uso exclusivo do portador ou detentor, integralmente edificada em betão ou alvenaria, ou com paredes, soalho e tecto reforçados com malha de estrutura metálica, sendo em todos os casos dotado de porta de segurança com fechadura de trancas e caso existam janelas com grades metálicas;

c. CEDÊNCIA A TÍTULO DE EMPRÉSTIMO – A entrega de arma a terceiro, para que este se sirva durante certo período de tempo, com a obrigação de a restituir e devolver findo o mesmo prazo, saindo a arma da esfera de disponibilidade do seu proprietário;

d. CADEADO DE GATILHO – O dispositivo aplicado ou fazendo parte da arma que impede o accionamento do gatilho e o disparo da arma;

e. DATA DE FABRICO DA ARMA – O ano em que a arma foi produzida ou sendo desconhecido quando iniciada a sua produção;

f. DETENÇÃO DE ARMA, o facto de ter em seu poder ou na sua esfera de disponibilidade uma arma;

g. TRANSPORTE DE ARMA – O acto de transferência de uma arma descarregada, desmuniciada ou desmontada de um local para o outro, de forma a não ser susceptível de uso imediato;

h. USO DE ARMA – O acto de empunhar, apontar ou disparar uma arma;

i. ARMA DE AQUISIÇÃO CONDICIONADA – Toda a arma que só poderá ser adquirida por cidadão qualificado, habilitado e licenciado na respectiva classe da arma e com a respectiva declaração de aquisição emitida pelos órgãos de soberania policiais respectivos;

j. ORNAMENTAÇÃO – A exposição de arma em local a indicar pelo requerente e identificado na correspondente licença E;

l. DISPARO DE ADVERTÊNCIA – O acto voluntário de disparar uma arma apontada para zona livre de cidadãos e bens materiais;

m. GUARDA DE ARMA – O acto de depositar a arma no domicílio ou outro local autorizado em cofre ou armário de segurança não portáteis, casa forte ou fortificada, bem como a aplicação de cadeado, accionamento de mecanismo ou remoção de peça que impossibilite o disparo da mesma;

n. PORTE DE ARMA – O acto de transportar pessoalmente uma arma branca, arma municiada ou carregada, ou em condições de o ser para uso imediato;

o. CAMPO DE TIRO – A instalação exterior funcional e exclusivamente destinada à prática de tiro com arma de fogo carregada com munição de projecteis múltiplos;

p. CARREIRA DE TIRO – A instalação interior ou exterior, funcional e exclusivamente destinada à prática de tiro com arma de fogo carregada com munição de projectil único;

q. RECINTO DESPORTIVO – O espaço criado exclusivamente para a prática de desporto, com carácter fixo e com estruturas de condições que lhe garantam essa afectação e funcionalidade, dotado de lugares permanentes e reservados a assistentes, após o último controlo de entrada;

r. ZONA DE EXCLUSÃO – A zona de controlo da circulação pedestre ou viária definida pela autoridade pública, com vigência temporal determinada, nela se podendo incluir os trajectos, estradas, aeródromos, estações ferroviárias, fluviais ou de camionagem com ligação ou a servirem o acesso a recintos desportivos, áreas e outros espaços públicos dele envolventes ou não, onde se concentrem assistentes ou apoiantes desse evento;

s. HOMOLOGAÇÃO DE ARMAS E MUNIÇÕES – A aprovação da marca, modelo, bem como as demais características técnicas próprias de arma pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa;

t. EXPLOSIVO CIVIL – Todas as substâncias ou produtos explosivos cuja detenção, uso e utilização, produção, fabrico, comércio, importação, exportação, introdução, expedição, transito, transbordo estejam sujeitos a autorização concedida pela autoridade competente;

u. ENGENHO EXPLOSIVO CIVIL – Os artefactos que utilizem produtos explosivos cuja detenção, uso e utilização, produção, fabrico, comércio, importação, exportação, introdução, expedição, transito, transbordo estejam sujeitos a autorização concedida pela autoridade competente;

v. ENGENHO EXPLOSIVO OU INCENDIÁRIO IMPROVISADO – Todos os engenhos ou aparelhos que utilizem substâncias ou produtos explosivos ou incendiários de fabrico artesanal não autorizado;

x. ESTABELECIMENTO DE DIVERSÃO NOCTURNA – Todos os locais públicos ou privados, abertos ao público das 0 horas às 9 horas, construídos ou adaptados para o efeito, na sequência ou não de um processo de licenciamento municipal, que se encontrem a funcionar

nomeadamente como bares, discotecas e similares, salas de jogos eléctricos ou manuais e feiras de diversão;

z. **NORMA TÉCNICA** – A informação emitida pelos órgãos de soberania policiais de cada uma área de circunscrição geográfica, destinada a comunicar instrução técnica, processuais ou em termos de procedimento aos titulares de licenças ou de alvarás emitidos ao abrigo do presente diploma;

aa. **MONTAGEM** – O processo de construção de armas ou munições através de peças soltas de uma ou várias marcas, bem como de matérias subsidiárias ou outros produtos químicos susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma;

ab. **REPARAÇÃO** – O processo mediante o qual se pode reparar arma ou munição, bem como matérias subsidiárias e outros produtos químicos susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma;

ac. **ARMAS** – Todo o objecto ou instrumento cortante, perfurante ou contundente que pelo seu uso, utilização e manipulação, produz, potencia e constitui por via da sua função e acção indevida, um meio de ataque e atentado à vida humana, animal ou infra-estrutural;

ad. **MUNIÇÕES** – Toda a substância, cartucho, bala, chumbo, seta, projectil ou outro objecto ou instrumento que pelo seu uso, utilização e manipulação nas armas específicas produz, potencia e constitui o acto de esforço;

ae) **PRODUTO ORIUNDO DAS ACTIVIDADES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES** – Toda a arma ou munição, ou matéria da arma ou da munição nomeadamente os acessórios e utensílios em uso, utilização e consumo nas actividades das armas e das munições, das famílias e dos sectores de actividade económicos destes dependentes;

af) **SERVIÇO PRESTADO ORIUNDO DAS ACTIVIDADES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES** – Toda a acção de manutenção, conservação, reparação e restauro das armas e das munições e outros serviços prestados em exercício nas actividades das armas e das munições e de produtos oriundos das mesmas actividades;

ag) **PRODUTO** – Actividades das armas e das munições, bem como os produtos oriundos das mesmas actividades obtidos nas actividades das armas e das munições;

ah) **PRODUÇÃO** – A obtenção por métodos técnicos artesanais de actividades das armas e das munições e de produtos oriundos das mesmas actividades, nomeadamente as actividades de montagem, bem como de matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma;

ai) **FABRICO** – A obtenção por quaisquer métodos técnicos industriais de actividades das armas e das munições e de produtos oriundos das mesmas actividades, nomeadamente as actividades de montagem, bem como de matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma;

aj) **MANIPULAÇÃO** – O processo físico ou químico mediante o qual se caracteriza a qualidade, a especificidade e as características próprias das armas e das munições em uso e utilização nas actividades das armas e das munições e dos produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como das matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização nas actividades constantes do presente diploma;

al. **IMPORTAÇÃO** – A introdução no espaço territorial português de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma, provenientes de estados soberanos exteriores ao império português;

am. **EXPORTAÇÃO** – A saída do espaço territorial português para outros estados soberanos exteriores ao império português de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma;

an. **TRÂNSITO** – A passagem pelo espaço territorial português ou o transbordo de actividades das armas e das munições e de produtos oriundos das mesmas actividades, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma;

ao. **INTRODUÇÃO** – A entrada física no espaço territorial português de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma, provenientes de outro estado soberano constituinte do império português;

ap. **EXPEDIÇÃO** – A saída física do espaço territorial português de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma, para outro estado soberano constituinte do império português;

aq. INSTALAÇÕES do OPERADOR – Toda a infra-estrutura ocupada por um operador num determinado local, envolto das actividades constantes do presente diploma;

ar. COLOCAÇÃO no MERCADO – Toda a acção de fornecimento da comunidade, a título oneroso ou gratuito de actividades das armas e das munições, de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades e de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias inventariadas susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma, bem como a armazenagem, o fabrico, a produção, a manipulação, o comércio, a distribuição ou a corretagem dessas matérias para efeitos de fornecimento da comunidade;

as. OPERADOR – Toda a pessoa singular ou colectiva que exerce a sua actividade profissional com actividades das armas e das munições e produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como com percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma.

ARTIGO SEGUNDO – TABELAS.

1 – As actividades das armas e das munições e os produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades estão compreendidos e classificados por classes, sendo estas A, B, C, D, E e F, de acordo com as suas especificidades, as suas características, com o grau de perigosidade que cada uma representa, o fim a que se destinam e a sua necessidade.

2 – Classificação das actividades das armas:

- a) Classe A;
- b) Classe B;
- c) Classe C;
- d) Classe D;
- e) Classe E;
- f) Classe F.

3 – Classificação das actividades das munições:

- a) Classe A;
- b) Classe B;
- c) Classe C;
- d) Classe D;
- e) Classe E;

f) Classe F.

4 – Classificação dos produtos oriundos das actividades das armas e das munições:

a) São armas, munições, acessórios e utensílios da classe A:

1. Os equipamentos, meios e material policial, militar ou de guerra, classificados por o ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e por o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa constantes do DIPLOMA BÉLICO;

2. As armas químicas, biológicas, radioactivas ou susceptíveis de explosão nuclear;

3. As armas brancas ou de fogo dissimuladas sob a forma de outro objecto;

4. As facas de abertura automática, estiletes, facas de borboleta, facas de arremesso, estrelas de lançar e boxers;

5. As armas brancas sem afectação ao exercício de quaisquer práticas venatórias, agrícolas, pecuárias, pesqueiras, extractivas, industriais, comerciais, administrativos, florestais, domésticas ou desportivas, ou que pelo seu valor histórico ou artístico não sejam objecto de colecção ou de ornamentação;

6. Qualquer engenho, aparelho ou instrumento construído com a finalidade de serem utilizados como arma de agressão;

7. Os aerossóis de defesa não constantes do número 1 da alínea d) do presente artigo e as armas lançadoras de gases que estejam dissimuladas de forma a ocultarem a sua configuração;

8. Os bastões eléctricos ou extensíveis de uso, utilização e manuseamento pelos militares das reais forças armadas portuguesa e pelos agentes da guarda real portuguesa;

9. Outros aparelhos que emitam descargas eléctricas não constantes do número 2 da alínea d) do presente artigo ou que estejam dissimulados de forma a ocultarem a sua configuração;

10. As armas de fogo transformadas, alteradas ou modificadas;

11. As armas de fogo fabricadas sem autorização das autoridades competentes;

12. As reproduções de arma de fogo e as armas de alarme ou salva que possam ser convertidas em armas de fogo;

13. As munições com bala perfurante, explosiva, incendiária, tracejante ou desintegrável;

14. Os silenciadores;

15. As miras telescópicas não afectas ao exercício de práticas venatórias, recreativas ou desportivas federadas.

b) São armas, munições, acessórios e utensílios da classe B:

1. As armas de fogo curtas automáticas, semiautomáticas ou de repetição;

2. As pistolas semiautomáticas com os calibres denominados 6,35 mm browning (.25 ACP ou .25 Auto);

3. Os revólveres com os calibres denominados .32 S & W Long, .32 H & R Magnum;

4. As armas de fogo curtas de tiro a tiro unicamente aptas a dispararem munições de percussão central;

5. As armas de fogo de calibre até 6 mm unicamente aptas a dispararem munições de percussão anelar.

c) São armas, munições, acessórios e utensílios da classe C:

1. As espingardas e carabinas facilmente desmontáveis em componentes de reduzida dimensão com vista à sua dissimulação;

2. As espingardas cujo comprimento de cano seja inferior a 46 cm;

3. As armas longas automáticas e semiautomáticas com a configuração de armamento de cariz militar ou policial;

4. As armas de fogo longas semiautomáticas, de repetição ou de tiro a tiro, de cano de alma estriada;

5. As armas de fogo longas semiautomáticas, de repetição ou de tiro a tiro com dois ou mais canos, se um deles for de alma estriada;

6. As armas de fogo longas semiautomáticas, de repetição ou de tiro a tiro de cano de alma estriada com um comprimento superior a 60 cm, unicamente aptas a disparar munições próprias do cano de alma lisa;

7. As armas de fogo longas semiautomáticas ou de repetição, de cano de alma lisa, em que este não exceda 60 cm;

8. As armas de fogo longas semiautomáticas ou de repetição, de cano de alma lisa com um comprimento superior a 60 cm;

9. As armas de fogo longas de tiro a tiro de cano de alma lisa;

10. As réplicas de armas de fogo quando usadas para tiro desportivo;

11. As armas de ar comprimido de aquisição condicionada.

d) São armas, munições e acessórios da classe D:

1. Os aerossóis de defesa com gás, cujo princípio activo seja a capsaicina ou oleoresina de capsicum (gás pimenta) com uma concentração não superior a 5% e que não se possam ser confundíveis com armas de outras classes ou que não estejam dissimulados de forma a ocultarem a sua configuração;

2. As armas eléctricas até 200 000 V, com mecanismo de segurança e que não possam ser confundíveis com armas de outras classes ou que não estejam dissimuladas de forma a ocultarem a sua configuração;

3. As armas de fogo e suas munições, de produção industrial unicamente aptas a disparar projecteis não metálicos ou a impulsionar dispositivos, concebidos de origem para eliminar qualquer possibilidade de agressão letal e que tenham merecido homologação por parte do ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e do ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa.

e) São armas, acessórios e utensílios da classe E:

1. As matracas, sabres, espadas, espadins, baionetas e outras armas brancas tradicionalmente destinadas às artes marciais, a ornamentação e a cerimónias militares ou outras cerimónias oficiais;

2. As réplicas de armas de fogo quando destinadas a ornamentação;

3. As armas de fogo inutilizadas quando destinadas a ornamentação.

f) São armas, munições, acessórios e utensílios da classe F:

1. As armas veterinárias;

2. As armas de sinalização;

3. As armas lança cabos;

4. As armas de ar comprimido desportivas e de aquisição livre;

5. As reproduções de armas de fogo para práticas recreativas;

6. As armas de starter;

7. As armas de alarme ou salva que não constem do número 12 da alínea a) do presente artigo;

8. As munições para armas de alarme ou salva e para armas starter.

5 – Classificação dos serviços prestados oriundos das actividades das armas e das munições:

a) Actividades de manutenção, conservação, reparação e restauro das armas:

b) Actividades de manutenção, conservação, reparação e restauro das munições:

c) Outros serviços prestados das armas e das munições:

6 – Classificação das actividades das armas e das munições e dos produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades proibidos, de produção, fabrico, comercialização, aquisição, detenção, uso, porte e consumo:

a) Actividades das armas:

b) Actividades das munições:

c) Produtos oriundos das actividades das armas:

d) Produtos oriundos das actividades das munições:

e) Serviços prestados oriundos das actividades das armas:

f) Serviços prestados oriundos das actividades das munições:

7 – Classificação dos percursos das actividades das armas e das munições:

8 – Classificação das matérias-primas das actividades das armas e das munições:

9 – Classificação das matérias subsidiárias das actividades das armas e das munições:

10 – Para efeitos do disposto na legislação específica da caça, são permitidas armas de fogo referidas nos números 4 a 9 da alínea c) do presente artigo, com excepção das armas com a configuração de armamento militar ou policial.

11 – As armas só podem ser afectas ao exercício da actividade ou da realização dos actos de esforço que motivaram a sua concessão, podendo por deliberação do órgão de soberania policial da respectiva área de circunscrição geográfica e a solicitação fundamentada do interessado no exercício da actividade profissional ser afectas a outras actividades.

12 – As partes essenciais das armas de fogo estão incluídas na respectiva classe em que tiver sido classificada a arma de fogo de que fazem parte ou a que se destinam.

13 – As tabelas serão obrigatoriamente actualizadas de acordo com as alterações no padrão de uso, utilização e consumo do mercado português e com as alterações aprovadas pelo órgão próprio das nações unidas, segundo as leis previstas nas convenções ratificadas pelo estado português.

ARTIGO TERCEIRO – ÂMBITO DA APLICAÇÃO E DO CONTROLO.

1 – A produção, o fabrico, emprego, comércio, distribuição, importação, exportação, introdução, expedição, trânsito, transbordo, armazenamento, circulação, aquisição, cedência, a detenção a qualquer título, a colocação no mercado, licença, declaração de aquisição, o livrete de manifesto, guarda, segurança, detenção, uso e porte de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como o enquadramento legal das operações especiais de prevenção criminal, ficam sujeitos e obrigados aos condicionamentos, autorizações e

fiscalização constantes do presente diploma, com excepção das actividades, produtos e serviços prestados da classe A constantes do DIPLOMA DO MATERIAL BÉLICO,

2 – Ficam obrigados a controlo todas as actividades das armas e das munições e produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades referidos nas convenções relativas às armas e às munições ratificadas por Portugal e respectivas alterações, com excepção das actividades das armas e das munições e dos produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades da classe A constantes do DIPLOMA DO MATERIAL BÉLICO.

3 – A detenção, uso e porte de armas e munições por militares das reais forças armadas portuguesa e por agentes da guarda real portuguesa, são regulados por diploma próprio, bem como todos os actos de cooperação estratégia militares e policiais, imperiais portugueses ou internacionais realizados em espaço territorial português.

ARTIGO QUARTO – LEIS E CONCEITOS TÉCNICOS.

1 – As leis e os conceitos técnicos contidos no presente diploma são compreendidos em harmonia com as convenções relativas às armas e às munições ratificadas pelo estado português.

2 – O presente diploma explicitará as leis exigidas à integridade de todo o processo e à sua plena execução, mencionando a referência às quotas de produção e de fabrico aos cidadãos e entidades autorizados ou autorizadas a adquirir actividades das armas e das munições e produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, às condições de entrega, transferência, cedência, aos registos a elaborar, às comunicações e informações a prestar, aos relatórios a fornecer, às medidas de segurança a adoptar, às características dos estojos e folhetos informativos, às restrições das liberdades sociais, bem como às taxas do exercício das actividades e às sentenças inerentes ao desrespeito e violação pela regulamentação do presente diploma.

ARTIGO QUINTO – DEVER GERAL DE INFORMAÇÃO.

1 – Todos os cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas a praticar actividades das armas e das munições e com uso e utilização de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como com percursores, matérias-primas ou matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma, são obrigados a prestar no imediato momento em que legitimamente lhes for exigida e requerida, todas as informações e elementos solicitados pelas entidades com poder de fiscalização e controlo.

ARTIGO SEXTO – LIBERALIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES E DOS PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS ORIUNDOS DAS MESMAS ACTIVIDADES.

1 – A liberalização do exercício das actividades das armas e das munições e dos produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades compreendidos no artigo 2º, do presente capítulo, faz-se mediante a responsabilização dos actos de cada um profissional e de cada um cidadão consumidor, tendo presente as restrições das liberdades sociais inerentes ao seu consumo, durante o período de tempo compreendido pelo seu efeito e pela sua acção directa em cada um cidadão, devidamente mencionado no folheto informativo, comprometendo-se o próprio consumidor à exigência do máximo rigor, integridade e responsabilidade dos actos perpetrados.

ARTIGO SÉTIMO – AQUISIÇÃO, DETENÇÃO, USO E PORTE DE ARMA.

1 – Com excepção dos produtos oriundos das actividades das armas e das munições compreendidos na classe A, de aquisição, detenção, uso e porte exclusivos dos militares das reais forças armadas portuguesa e dos agentes da guarda real portuguesa, todo o cidadão a partir dos 18 anos de idade e no seu pleno uso dos direitos civis pode deter a licença de qualificação, responsabilidade e competência para o manuseamento, uso e porte de uma respectiva classe, pode possuir a declaração de aquisição, detenção, uso e porte de arma e munições da referida classe emitida pelo órgão de soberania jurídico e pode adquirir em qualquer armaria comercial presente nas reservas de caça, reservas de tiro ao prato e carreiras de tiro do reino de Portugal o livrete de manifesto de propriedade de quaisquer armas e munições da respectiva classe constantes dos produtos expostos para comercialização, sendo o produto oriundo das actividades das armas depositado no paiol da reserva de caça, da reserva de tiro ao prato e da carreira de tiro correspondente do acto de compra no imediato momento da aquisição, bem como pode ser depositado em ginásio, local do exercício da actividade profissional ou domicílio respectivo.

2 – Sempre que o produto oriundo das actividades das armas e das munições a adquirir na armaria comercial esteja homologado nos termos da lei e não conste das existências para comercialização das armarias comerciais do reino de Portugal, compete à armaria comercial proceder à sua comunicação por via da declaração de reposição de existências.

3 – Poderá o produto oriundo das actividades das armas ser transferido para outro paiol de armas e munições das reservas de caça, reservas de tiro ao prato e carreiras de tiro constantes do reino de Portugal sempre que devidamente requerido pelo seu respectivo proprietário ao órgão de soberania policial da área de circunscrição geográfica no qual o produto oriundo das actividades das armas está registado e depositado, sendo transportado por elementos das reais forças armadas portuguesa, sob fortes medidas de segurança.

4 – Poderá mediante autorização em uníssono do ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e do ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, ser autorizado a venda, aquisição, cedência, detenção, utilização, importação, exportação, introdução, expedição, de produtos oriundos das actividades das armas e das munições das classes A, B, C, D, E e F destinadas a museus públicos ou privados, entidades de cariz didáctico, de investigação científica ou industriais, ou realizações teatrais,

cinematográficas ou outros espectáculos de cariz artístico, sob a supervisão e controlo das reais forças armadas portuguesa ou da guarda real portuguesa e sobre fortes medidas de segurança em todo o período de tempo de detenção, uso e utilização dos mesmos de modo e forma a evitar o descaminho do seu uso, a sua subtracção, extravio ou danificação.

5 – As autorizações referidas no número anterior são requeridas com justificação da motivação, indicação do local e do período de tempo da detenção, uso e porte de armas e munições, das condições de segurança para os mesmos produtos durante todo o período de tempo e dos responsáveis pela sua detenção, uso e utilização.

6 – Sem prejuízo da aquisição de produtos oriundos das actividades das armas e das munições nas armarias comerciais do reino de Portugal, o mesmo poderá também ser adquirido nos termos da lei mediante declaração de compra e venda, doação ou herança realizada e registada nos órgãos de soberania notariais.

7 – Poderá a licença de detenção, uso e porte de arma da classe E e a declaração de aquisição de armas e munições para a respectiva classe ser emitida para práticas recreativas a cidadão a partir dos 14 anos de idade, inscrito numa associação de promoção desportiva reconhecida pela área presidencial do desporto e registada junto da guarda real portuguesa, devendo constar a declaração de responsabilidade do tutor pelo adolescente.

8 – A solicitação de quem exerça a responsabilidade parental ou tutora, sobre o adolescente para quem a licença é requerida deve referir com exactidão o nome do adolescente para quem se vai requerer a licença, bem como a menção da modalidade desportiva e dos produtos oriundos das actividades das armas e das munições a adquirir, só podendo os mesmos ser concedidos a atletas federados.

9 – A aquisição de produtos oriundos das actividades das munições para armas de alarme ou salva e para as armas starter só pode ser autorizada nos termos da lei a cidadão autorizado à aquisição dos mesmos, sendo correctamente registados e declarados às autoridades policiais, mencionando o fornecedor, a qualidade e quantidade dos produtos adquiridos.

10 – A todo o cidadão de estado soberano constituinte do império português ou de estado soberano externo ao império português, não residentes no espaço territorial português é permitida nos termos da lei a aquisição, detenção, uso e porte de arma, com excepção dos produtos oriundos das actividades das armas e das munições da classe A, da classe E para efeitos de ornamentação ou da classe F para efeitos de actividade profissional, ficando os mesmos obrigados ao seu depósito nas reservas de caça, reservas de tiro ao prato, carreiras de tiro ou ginásios envolvidos da prática do acto de esforço.

ARTIGO OITAVO – RESTRIÇÃO E HONRA À DETENÇÃO, USO E PORTE DE ARMA.

1 – Com excepção dos militares das reais forças armadas portuguesa e dos agentes da guarda real portuguesa, dos cidadãos externos agregados aos acordos diplomáticos de segurança e ordem, imperiais portugueses e internacionais e da posse em propriedade pública ou privada de produtos oriundos das actividades das armas e das munições da classe E para fins ornamentais ou de museu e da classe F para o exercício de actividades

profissionais, licenciadas nos termos da lei, a detenção, uso e porte de arma está restrito ao exercício da prática de tiro nas reservas de caça, reservas de tiro ao prato e carreiras de tiro do reino de Portugal e ao seu manuseamento, uso e utilização nos ginásios envoltos das modalidades desportivas com produtos oriundos das actividades das armas.

2 – Sempre que em caso de estado de emergência ou estado de sítio declarado por SUAS MAJESTADES e pelos órgãos de soberania competentes para determinada área de circunscrição geográfica específica se compreenda a exigência de um reforço das medidas adicionais de segurança e de ordem em prol da defesa da integridade soberana portuguesa, das populações ou dos haveres patrimoniais da comunidade, proceder-se-á nos termos da lei à entrega dos produtos oriundos das actividades das armas e das munições aos seus proprietários, sob declaração de orgulho, honra e pátria, lealdade e fidelidade a SUAS MAJESTADES, aos órgãos de soberania portugueses e ao nobre povo português, no cumprir o respeito, responsabilidade e compromisso da missão delegada, sendo os mesmos devolvidos nos termos da lei após o termino do estado de emergência ou estado de sítio declarado.

ARTIGO NONO – MINISTRO BÉLICO.

1 – É ministro das armas e das munições, o ministro bélico.

CAPÍTULO SEGUNDO – AUTORIZAÇÃO, LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – LICENCIAMENTOS, CONDICIONAMENTOS E AUTORIZAÇÕES.

1 – O ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa em unísono são as entidades competentes a nível nacional para estabelecer condicionamentos e conceder, revogar ou suspender as autorizações para as actividades relacionadas com as armas e as munições e com produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma, dentro dos limites estritos das necessidades do reino de Portugal e do cumprir os acordos comerciais estabelecidos com os países constituintes do império português e com o mundo, dando prevalência aos interesses de ordem venatória, recreativa, desportivas, didáctica, de investigação científica, profissional e pessoal, bem como certificar a qualidade, precisão e rigor dos produtos obtido em todo o processo de produção e fabrico.

2 – Aos sectores ministeriais da ordem, da segurança e da caça em unísono compete com base nos dados fornecidos pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa em unísono com o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa emitir a declaração de importação ou introdução, bem como a autorização de exportação ou expedição de actividades das armas e das munições e de produtos oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma.

3 – Ao sector ministerial da indústria, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais ou da extracção e dos minerais respectivo compete com base nos dados fornecidos em unísono pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa emitir a declaração de importação ou introdução, bem como a autorização de exportação ou expedição de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias em uso e utilização nas actividades constantes do presente diploma.

4 – A área presidencial natural é a autoridade nacional com competências para licenciar as reservas de caça e as reservas de tiro ao prato onde se realizará o exercício da prática de tiro, tendo presente que as reservas de tiro ao prato deveram existir na zona envolvente das reservas naturais.

5 – A área presidencial da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais e da extracção e dos minerais são as autoridades nacionais com competências para licenciar respectivamente as actividades da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais e da extracção e dos minerais respectivamente e os produtos e serviços prestados provenientes das mesmas actividades em uso e utilização na produção e fabrico de produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes do presente diploma, bem como todo o processo de laboração das mesmas.

6 – A área presidencial da indústria é a autoridade nacional competente para licenciar os estabelecimentos artesanais e industriais onde se realizará a produção e o fabrico de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como dos percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, e todo o processo de laboração das mesmas.

7 – A área presidencial do comércio é a autoridade nacional com competências para licenciar as armarias comerciais das reservas de caça, das reservas de tiro ao prato e das carreiras de tiro do reino de Portugal.

8 – A guarda real portuguesa é a autoridade nacional com competência para licenciar as condições de segurança das reservas de caça, das reservas de tiro ao prato, das carreiras de tiro, dos ginásios envolvidos das modalidades com produtos oriundos das actividades das armas, dos locais de exercício das actividades profissionais com produtos oriundos das actividades das armas e dos domicílios com detenção de produtos oriundos das actividades das armas, bem como das infra-estruturas envolvidas do armazenamento, embalagem, produção fabrico e comércio de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma.

9 – Os reais sapadores portugueses, são a autoridade nacional com competências para licenciar as condições de habitabilidade e protecção das infra-estruturas envolvidas do armazenamento, embalagem, produção, fabrico e comércio de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos as mesmas actividades constantes do presente diploma, bem como dos paíóis de armas e munições dos locais de realização do acto de esforço, dos ginásios envolvidos das modalidades com produtos oriundos das actividades das armas, dos locais de exercício profissional com produtos

oriundos das actividades das armas e das munições e dos domicílios detentores de produtos oriundos das actividades das armas.

10 – Compete a cada uma ordem profissional envolta do exercício das actividades requeridas certificar a qualificação dos respectivos profissionais envolvidos do exercício de actividades constantes da autorização.

11 – Compete aos órgãos de soberania fiscais, comprovar a idoneidade e integridade de cada um dos contribuintes mencionados ao exercício das actividades constantes da autorização.

12 – Compete aos órgãos de soberania jurídicos, comprovar a idoneidade e integridade por via do registo criminal de cada um dos cidadãos mencionados ao exercício das actividades constantes da autorização, adoptando uma atitude idónea, integra e valorosa face ao registo criminal por crimes praticados no presente diploma.

13 – O despacho de autorização, revogação ou suspensão das actividades constantes do presente diploma concedido em uníssono pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, é publicado, divulgado e difundido pelos meios de comunicação da CASA IMPERIAL PORTUGUESA e estabelece as condições a observar pelo requerente.

14 – Cada autorização genérica concedida não ultrapassará o período de cinco anos, sendo prorrogada por igual período de tempo por comunicação em uníssono do ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e do ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa em cada ciclo enquanto se afirmarem válidos os requisitos legais e fundamentadas as necessidades, exigências e os fins a que se destinam.

ARTIGO SEGUNDO – PROCESSAMENTO DE AUTORIZAÇÃO.

1 – Compete ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa em uníssono com o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa analisar a viabilidade e exequibilidade de cada um pedido de autorização para o exercício das actividades constantes do presente diploma, para cada um ano de exercício, nos termos dos deveres, responsabilidades e compromissos que afirma face às necessidades e exigências internas e ao cumprir os acordos e compromissos imperiais portugueses e internacionais.

2 – Aprovada a avaliação da viabilidade e exequibilidade do projecto compete ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas em uníssono com o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa emitir a declaração de projecto às autoridades competentes envolvidas de cada uma licença exigidas ao exercício da actividade, para que procedam de forma a uma certificação idónea, integra e rigorosa e que de forma célere emitam a respectiva licença face às responsabilidades da acção a desenvolver.

3 – Compete a cada uma entidade responsável pela certificação avaliar, qualificar e certificar as características próprias inerentes ao exercício da respectiva actividade e a sua fidedignidade na competência das funções a cumprir e a realizar, pelo que não correspondendo à integridade do processo sublinhará os factores negativos da não concessão da licença respectiva.

4 – Compete ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa em uníssono com o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa com todas as licenças das entidades competentes respectivas envoltas de todo o processo, emitir a autorização ao exercício da respectiva actividade ou indeferir a autorização da actividade proposta, comunicando a todas as entidades envoltas da autorização a deliberação imposta e no caso de não concessão remetendo a cópia do parecer negativo da entidade ou entidades que o indeferiram.

5 – Às entidades certificadoras de licença para o exercício das actividades constantes do presente diploma compete em todo o espaço de tempo que se processar a respectiva autorização, a verificação da integridade e fidedignidade de todo o processo de licenciamento respectivo.

ARTIGO TERCEIRO – FISCALIZAÇÃO.

1 – Compete às reais forças armadas portuguesa, à guarda real portuguesa e ao órgão de soberania jurídico da área de circunscrição respectiva das actividades constantes do presente diploma, fiscalizar as actividades autorizadas de produção, fabrico, emprego, comércio, distribuição, importação, exportação, introdução, expedição, trânsito, aquisição, venda, entrega, detenção, uso e utilização de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma.

2 – Na fiscalização das actividades autorizadas referidas no número anterior pode a qualquer momento ser feita inspecção aos locais de produção, fabrico, comércio, às reservas de caça, às reservas de tiro ao prato, às carreiras de tiro, aos ginásios envoltos das modalidades com produtos oriundos das actividades das armas, aos locais de exercício de actividades profissionais com produtos oriundos das actividades das armas e das munições e domicílios detentores de produtos oriundos das actividades das armas, bem como às instalações, aos paióis de armas e munições ou meios de transporte e ser solicitada a apresentação e exibição de licenças, certificados, autorização, documentos, registos e produtos da actividade respectivos.

3 – Antes do início da fiscalização, o responsável pela referida inspecção identifica-se devidamente através de cartão próprio ou mediante credencial onde se mencione o seu poder de fiscalização.

4 – Se o cidadão ou entidade inspeccionado ou inspeccionada se negar e recusar a exhibir os dados ou elementos solicitados, é comunicado no imediato momento ao órgão de soberania jurídico da área de circunscrição geográfica respectiva e é pedida a intervenção das autoridades policiais para que se concretize a diligência, devendo o facto constar do relatório de inspecção, permanecendo a autoridade policial até à concretização da acção a realizar.

5 – As infracções detectadas são comunicadas no imediato momento às autoridades jurídicas que accionaram as autoridades judiciais com vista à investigação criminal e ao apuramento da veracidade da integridade de todo o processo.

6 - A toda a entidade interveniente no processo de fiscalização dos cidadãos ou entidades detentores ou detentoras de autorização para o exercício das actividades constantes do presente diploma, compete elaborar em cada uma acção de fiscalização o respectivo relatório de inspecção da operação realizada, permanecendo a entidade fiscalizadora com o original e o cidadão ou entidade visado ou visada pela inspecção com uma cópia do mesmo relatório, devidamente datado e assinado por ambas as partes que arquivaram para que conste como prova do acto realizado, ou em caso da constatação de irregularidades verificadas será incorporado no processo-crime respectivo.

7 – Mediante portaria conjunta das áreas presidenciais do desporto, da saúde, da indústria, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais, da extracção e dos minerais, humana, natural, universal, da segurança, da ordem e da justiça será proibida a produção ou o fabrico de actividades das armas e das munições específica da qual se possa por via da manipulação, produção, fabrico ou preparação obter actividade das armas ou das munições ou produto oriundo das mesmas actividades proibido, bem como percussores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, de modo e forma a salvaguardar, defender e proteger a moralidade ou a saúde pública e impedir o tráfico e a comercialização ilícita de actividades das armas e das munições e de produtos oriundos das mesmas actividades, bem como de percussores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma.

ARTIGO QUARTO – NATUREZA DAS AUTORIZAÇÕES.

1 – As autorizações concedidas pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa em uníssono com o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa são intransmissíveis, não podendo ser cedidas ou utilizadas por outrem a qualquer título.

2 – Sempre que se trate de cidadãos ou entidades com filiais ou depósitos é necessário a respectiva autorização para cada um espaço.

3 – Os pedidos de autorização ou manutenção da autorização das actividades constantes do presente diploma, são dirigidos em uníssono ao MARECHAL das reais forças armadas portuguesa e ao MARECHAL da guarda real portuguesa, em suporte de papel ou por via electrónica, devendo ser acompanhados por:

a) Cópia do bilhete de identificação de cada um elemento envolvido no processo de autorização e das demais obrigações legais;

b) Cópia do cartão de contribuinte se o mesmo for requerido por cidadão em nome individual ou do cartão de contribuinte da empresa nos casos em que o mesmo se verifique;

c) Bilhete de identidade de todos os cidadãos intervenientes no exercício da actividade e declaração de competências, cargos e funções exercidas por cada um no exercício da actividade respectiva;

d) Certificado passado pela ordem bastonária respectiva de cada um dos cidadãos intervenientes no exercício da actividade;

e) Indicação dos percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias em uso e utilização no exercício da actividade;

f) Indicação da capacidade, qualidade e funcionalidade do produto final a realizar;

g) Modos, métodos e técnicas em uso no exercício da actividade;

h) Planta da área de exercício da prática do acto de esforço ou da implementação das instalações para a realização das actividades previstas, incluindo armazéns ou depósitos em uso e utilização.

4 – A decisão sobre o pedido de autorização é determinado pela celeridade dos procedimentos a adoptar por cada uma entidade envolta do processo de licenciamento.

5 – O pedido de autorização é indeferido sempre que as condições exigidas por cada uma entidade interveniente no processo de licenciamento não observarem cumpridos os requisitos legais para o exercício da respectiva actividade ou existirem fundadas razões para suspeitar que a actividade se destine para fins ilícitos.

6 – Sempre que no decurso da actividade se verifiquem alterações às informações constantes, o titular da autorização deve proceder no prazo de cinco dias à comunicação ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa que accionaram a entidade ou entidades da licença respectiva à observação da legalidade das alterações efectuadas.

ARTIGO QUINTO – REQUISITOS SUBJECTIVOS.

1 – Só podem ser concedidas autorizações a cidadãos ou entidades, cujos titulares, representantes legais e equipa técnica ofereçam garantias da idoneidade e integridade moral e profissional, devendo ser considerados para a avaliação do facto, parecer das várias ordens profissionais, dos órgãos de soberania jurídicos, fiscais, sociais e notariais, das entidades de saúde e financeiras respectivas, de todos os elementos envolvidos da acção a realizar, com a discriminação do cadastro respectivo.

ARTIGO SEXTO – MANUTENÇÃO E CADUCIDADE DA AUTORIZAÇÃO.

1 – No caso de falecimento, substituição dos intervenientes no processo ou de modos, métodos e técnicas em uso e utilização, ou mudança de firma, o requerimento de manutenção da autorização deve ser presente ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa no prazo máximo de cinco dias, que se obrigaram à verificação dos requisitos da idoneidade e integridade moral e profissional constante do artigo anterior dos novos factores intervenientes no processo, sempre que o mesmo se verificar.

2 – A autorização caduca sempre que se verificar a cessação da actividade, se declarado nos termos da lei pelas entidades competentes a destruição do mesmo produto

e se no caso do número anterior não for requerida a sua manutenção no prazo estabelecido nos termos da lei.

ARTIGO SÉTIMO – REVOGAÇÃO OU SUSPENSÃO DA AUTORIZAÇÃO.

1 – O ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa em uníssono com o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa devem revogar a autorização concedida, sempre que deixar de se verificar os requisitos exigidos para a sua concessão.

2 – Pode ter lugar a revogação da autorização ou ser ordenada a suspensão, por período de tempo determinado ou em definitivo, sempre que ocorra acidente técnico, subtracção ou deterioração de produtos oriundos das actividades das armas e das munições, percursoros, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma ou outra qualquer irregularidade passível de determinar risco significativo para a ordem pública ou para o abastecimento ilícito do mercado, bem como no caso de incumprimento das obrigações que impendem sobre o beneficiário da autorização.

3 – Os despachos de revogação ou suspensão são publicados, divulgados e difundidos nos meios de comunicação da CASA IMPERIAL PORTUGUESA.

ARTIGO OITAVO – EFEITOS DA REVOGAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO.

1 – No caso de revogação ou suspensão da autorização, o ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa em uníssono com o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, solicitaram no imediato momento ao cidadão ou entidade envolto ou envolta do processo a devolução das existências devidamente inventariadas de produtos oriundos das actividades das armas e das munições, de percursoros, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização nas actividades constantes do presente diploma que possua, bem como pode exigir a sua devolução a quem as tenha fornecido ou ceder a outros cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas no seu uso e utilização.

2 – A devolução ou cedência deve ser requerida no imediato momento da revogação ou da sentença judicial condenatória, devidamente quantificadas, classificadas e qualificadas em todo o processo de inventariação e transferidos por ordem do ESTADO-MAIOR das reais forças armadas em uníssono com o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa para o arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa, para que se proceda à sua venda ou destruição, sempre que exista risco de deterioração ou de entrada ilícita no mercado.

3 – O produto da venda das existências em processo de revogação ou suspensão, reverte para o seu proprietário sempre que a revogação ou suspensão da autorização não se processe por via de sentença judicial condenatória, sendo deduzidas as respectivas despesas do estado em todo o processo ou reverterem na sua plenitude para o estado sempre que a mesma se revista por via de acção jurídica.

ARTIGO NONO – REGISTO DE ACTIVIDADE.

1 – Compete ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa em uníssonos com o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa organizar o registo de pessoas singulares e colectivas autorizadas nos termos da lei a exercer actividades constantes do presente diploma, tendo presente o respectivo cadastro no qual são averbadas todas as infracções respectivas e remetem o mesmo registo aos órgãos de soberania jurídico, militar e policial da respectiva área de circunscrição geográfica, de modo e forma à adopção das medidas de segurança, fiscalização e controlo do exercício da respectiva actividade.

ARTIGO DÉCIMO – IMPORTAÇÃO, INTRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO E EXPEDIÇÃO.

1 – As operações de importação, introdução e de colocação no mercado interno de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como de percussores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma são comunicadas pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa em uníssonos com o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa aos sectores ministeriais da segurança, da ordem, do desporto, da indústria, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais ou da extracção e dos minerais respectivos, de acordo com as necessidades e exigências prementes da vida do reino de Portugal, competindo aos respectivos ministros em colaboração com os técnicos das reais forças armadas portuguesa e da guarda real portuguesa a averiguação no mercado imperial português ou internacional dos produtos a acordar, tendo em conta a qualidade do produto ou serviço, funcionalidade e o seu estado de conservação ou eficiência.

2 – Compete ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa em uníssonos com o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa avaliar para cada ano de exercício os excedentes de produção de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como de percussores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma da vida do reino de Portugal e comunicar aos correspondentes sectores ministeriais da segurança, da ordem, do desporto, da indústria, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais ou da extracção e dos minerais respectivos, que observaram a nível do império português e internacional às instâncias competentes de cada estado soberano da existência de excedentes produtivos, de modo a acordar a sua transferência comercial.

3 – Sempre que existam indícios que a operação de importação, introdução, exportação ou expedição de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como de percussores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, se destinam à produção, fabrico ou transacções com fins ilícitos, as entidades responsáveis pela vigilância,

transporte ou licenciamento informam no imediato momento as autoridades jurídicas, para que accionem as autoridades judiciais com vista à sua investigação.

4 – Compete aos sectores ministeriais da segurança, da ordem, do desporto, da indústria, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais ou da extracção e dos minerais respectivos comunicar ao real supremo tribunal de justiça português por via da cópia das declarações, todas as importações, introduções, exportações ou expedições de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como de percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, mencionando as respectivas entidades envolvidas do processo e respectivos estados soberanos.

5 – O ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa no âmbito da sua competência para a concessão de autorizações de produção, fabrico e comercialização de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, adoptará em cada momento as medidas que entender necessárias e exigidas ao rigoroso e integro controlo das referidas operações.

6 – Aos produtores, fabricantes, importadores, introdutores, exportadores, expedidores, grossistas ou retalhistas licenciados e autorizados a produzir, fabricar ou comercializar actividades das armas e das munições e produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, que detiverem conhecimento de encomendas ou operações suspeitas e que não denunciarem às entidades fiscalizadoras nacionais, podendo presente a gravidade do facto ser-lhe retirado a licença ou revogada a autorização, sem prejuízo da aplicação do respectivo processo criminal.

7 - Mediante portaria conjunta das áreas presidenciais do desporto, da saúde, da indústria, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais, da extracção e dos minerais, humana, natural, universal, da segurança, da ordem e da justiça pode ser proibida a produção, fabrico, emprego, comércio, distribuição, importação, introdução, exportação, expedição, trânsito, transbordo, transporte, a detenção por qualquer título, o uso e utilização de produtos ou serviços prestados oriundos das actividades das armas e das munições, bem como de percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, sempre que essa medida se revele a mais apropriada para salvaguardar, defender e proteger a segurança e ordem pública e impedir o tráfico e a comercialização ilícita de produtos ou serviços prestados oriundos das actividades das armas e das munições, bem como de percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma.

8 – A fiscalização, o controlo e a regulamentação prevista no presente artigo, não prejudicam a ponderação em todo o momento de medidas mais estritas, de modo e forma ao pleno, íntegro e rigoroso modo de processamento das actividades e acções constantes do presente diploma.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – COMPETÊNCIA FISCALIZADORA DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA FISCAIS E DAS ENTIDADES ALFANDEGÁRIAS.

1 – Sem prejuízo das competências dos órgãos de soberania jurídicos, da guarda real portuguesa e das reais forças armadas portuguesa e no sentido da máxima transparência de todo o processo, compete aos órgãos de soberania fiscais fiscalizar entre outras, as actividades de comércio, distribuição, aquisição, venda, transporte, entrega e detenção de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, de percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, bem como as actividades do exercício da prática do acto de esforço e às entidades alfandegárias fiscalizar as actividades de importação, exportação, introdução e expedição, trânsito e transbordo em espaço territorial português.

2 – Na fiscalização das actividades autorizadas referidas no número anterior pode a qualquer momento ser feita inspecção aos locais de produção, fabrico, comércio, às reservas de caça, reservas de tiro ao prato ou carreiras de tiro, instalações comerciais, industriais, artesanais ou desportiva, aos paióis de armas e munições e meios de transporte e ser solicitada a apresentação e exibição de licenças, certificados, documentos, registos e produtos da actividade respectivos.

3 – As infracções detectadas são comunicadas no imediato momento às autoridades jurídicas que accionaram as autoridades judiciais com vista à investigação criminal e ao apuramento da veracidade da integridade de todo o processo.

4 – As entidades alfandegárias dão no imediato momento conhecimento ao real supremo tribunal de justiça português das operações de desalfandegamento que tenham por objectivo actividades das armas e das munições e produtos oriundos das mesmas actividades, bem como percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, com identificação do importador ou exportador, do fornecedor ou cliente e designação do estado soberano, bem como da entidade transportadora, nacionalidade e licença de posse e detenção das mesmas ou dos mesmos.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DEVER DE COMUNICAÇÃO.

1 – Compete à guarda real portuguesa comunicar e informar o órgão de soberania jurídico da respectiva área de circunscrição, das apreensões fora das áreas reservadas nos termos da lei para a detenção, uso, porte e utilização de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como de percursores, matérias-primas e matérias subsidiária constantes do presente diploma, à margem da lei e das licenças, autorizações e concessões obrigatórias para o mesmo fim, de modo ao respectivo e imediato procedimento criminal.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – SEGURANÇA, ARSENAL DE ARMAS E MUNIÇÕES E TRANSPORTE.

1 – A defesa, protecção e segurança de reservas de caça, reservas de tiro ao prato, carreiras de tiro, infra-estruturas de produção, fabrico, de armazenamento e de embalagem de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como das armarias comerciais, dos paióis de armas e munições presentes no reino de Portugal e ginásios envoltos da prática das armas constantes do presente diploma, é da competência das reais forças armadas portuguesa, que a exerceram vinte e quatro horas por dia.

2 – As reais forças armadas portuguesa possuirão um arsenal de armas e munições para guardar os produtos oriundos das actividades das armas e das munições após a sua apreensão, produção ou fabrico e procederão em colaboração com os técnicos da guarda real portuguesa à sua rigorosa peritagem, análise e exame, classificação, quantificação e qualificação, bem como à colocação do mesmo produto no respectivo estojo de segurança do seu proprietário de modo e forma a serem colocados no mercado de consumo ou à sua destruição declarada por sentença jurídica.

3 – Toda a acção de transporte no espaço territorial português das infra-estruturas de produção e fabrico de produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes do presente diploma, das armarias de manutenção, conservação, reparação, restauro e comerciais, dos paióis das reservas de caça, reservas de tiro ao prato, carreiras de tiro e ginásios, para o arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa e para os domicílios, bem como para as entidades didácticas e de investigação científica e de transferência de arma e munições nas fronteiras, é da competência exclusiva das reais forças armadas portuguesa, bem como toda a acção de transporte exportadora para com os estados constituintes do império português e com o mundo.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADÃOS.

1 – Com excepção dos acordos diplomáticos de ordem e segurança imperiais portugueses e internacionais, todo o cidadão estrangeiro que se apresente nas fronteiras portuguesas com produtos oriundos das actividades das armas e das munições e respectiva documentação de autorização de detenção, uso e porte de arma e munições emitida pela entidade competente do respectivo estado soberano de origem, deve denunciar às autoridades fronteiriças de modo e forma à sua apreensão pelo período de tempo de permanência em espaço territorial português, sendo guardada no órgão de soberania policial da área de circunscrição da alfândega ou transferida pelas reais forças armadas portuguesa e devolvida pelos agentes da guarda real portuguesa em qualquer posto de fronteira acordado na data e momento exacto do acto de embarque.

2 – Exceptua-se do disposto no artigo anterior os atletas federados pelas respectivas federações desportivas nacionais em estágio, preparação ou competição em eventos a realizar no espaço territorial português ou nas suas próprias provas internas ou internacionais, com o comprovativo pelo sector ministerial da caça da preparação ou com a ficha de inscrição nos eventos a realizar no reino de Portugal.

3 – Todo o cidadão estrangeiro que se apresente nas fronteiras portuguesas ou no espaço territorial português com produtos oriundos das actividades das armas e das

munições sem a respectiva documentação da autorização de detenção, uso e porte de arma e munições emitida pela entidade competente do respectivo estado soberano de origem, verá as mesmas apreendidas pelas autoridades portuguesas competentes e incorrerá em processo criminal.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – PROVAS DESPORTIVAS IMPERIAIS PORTUGUESAS E INTERNACIONAIS.

1 – A todos os atletas federados dos estados soberanos constituintes do império português ou de estados soberanos externos ao império português inscritos em provas desportivas imperiais portuguesas ou internacionais envoltas das modalidades com recurso a produtos oriundos das actividades das armas e das munições, compete no imediato momento de entrada em espaço territorial português denunciar a posse dos mesmos e apresentar a ficha de inscrição da respectiva prova desportiva e os documentos inerentes à sua detenção, uso e porte, sob pena de incorrerem no crime de detenção, uso e porte de arma ilegal.

2 – Compete às autoridades policiais alfandegárias no imediato momento após a denúncia efectuada, apreender o produto oriundo das actividades das armas e das munições sempre que os mesmos existam e comprovar com a entidade promotora a realização do evento e proceder à averiguação e confirmação da validade dos documentos inerentes à sua posse e detenção.

3 - Confirmada a realização do evento e a validade dos documentos inerentes aos produtos oriundos das actividades das armas e das munições sempre que os mesmos existam, compete às autoridades alfandegárias policiais a comunicação ao órgão de soberania militar da área de circunscrição respectiva da alfândega, de modo e forma a que se processe à sua transferência para o local de realização da prova, sendo depositadas no respectivo paiol de armas e munições do evento.

4 – Compete às reais forças armadas portuguesa em todo o período de tempo compreendido pela realização da prova desportiva zelar pelo controlo, segurança e defesa do recinto, do paiol de armas e munições da prova e dos atletas, instrutores e dos aficionados da modalidade.

5 - Após o término da prova desportiva compete às reais forças armadas portuguesa transferir o produto oriundo das actividades das armas e das munições sempre que os mesmos existam para o local de embarque definido pelo atleta competindo à guarda real portuguesa a responsabilidade do acto de devolução na data e momento exacto do embarque.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – DETENÇÃO DE ARMA EM MEIO DE TRANSPORTE INTERNACIONAL.

1 – É permitido nos termos da lei, o transporte internacional em embarcações, aviões, comboios e transportes rodoviários colectivos autorizados pelo estado soberano no qual está registado, de agentes da autoridade policiais devidamente munidos com

produtos oriundos das actividades das armas e das munições, que se possam tornar necessários durante a viagem para segurança dos passageiros.

2 – Os produtos oriundos das actividades das armas e das munições devem ser transportados em condições de segurança, de modo a evitar a sua subtracção ou descaminho e devem ser comunicados às autoridades alfandegárias no imediato momento de entrada em espaço territorial português, para que se processe com as necessárias adaptações o disposto no artigo anterior.

3 – Compete às autoridades alfandegárias competentes portuguesas, proceder no imediato momento às verificações, inspecções ou quaisquer outras operações de controlo que se mostrem necessárias e exigidas a bordo dos mesmos meios de transporte.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – TAXAS.

1 – A apresentação de requerimentos, a concessão de licença e de alvarás e suas renovações, a subscrição de declarações de aquisição e de autorizações, a realização de vistorias e exames, os manifestos e livretes de manifesto, livro de registo de munições e todos os actos sujeitos a despacho pelas entidades competentes previstos no presente diploma, estão dependentes do pagamento por parte dos interessados de uma taxa simbólica de valor a fixar por portaria conjunta das áreas presidenciais da justiça, da ordem, da segurança, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais, da extracção e dos minerais, natural, da indústria e do desporto, mediante parecer do ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e do ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, sujeita a actualização anual, tendo em conta o índice médio de preços junto do consumidor oficialmente publicado e referente ao ano anterior.

2 – O produto das taxas reverte para as autoridades competentes envolvidas de cada um acto processual.

3 – Todos os actos constantes do número 1, serão processados com recurso a meios electrónicos de pagamento, sendo a falta de pagamento voluntária dos actos determinante para a suspensão automática de toda e qualquer autorização constantes do presente diploma.

CAPÍTULO TERCEIRO – COORDENAÇÃO, COOPERAÇÃO E CONTROLO.

ARTIGO PRIMEIRO – DIRECÇÃO GERAL DAS ALFÂNDEGAS.

1 – Compete à direcção geral das alfândegas:

a) Zelar pelo cumprimento da legislação alfandegária do reino de Portugal e pelo rigor dos procedimentos aduaneiros relativos a actividades das armas e das munições e a produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e

utilização no exercício das actividades constantes do presente diploma, delegando nas instâncias alfandegárias competentes o respectivo desembaraço aduaneiro;

b) Implementar os mecanismos adequados à completa identificação e controlo das mercadorias referidas no número anterior, de acordo com as especificações constantes da autorização respectiva, procedendo nos termos legais à recolha de amostras dos produtos e à realização de exames e análises necessárias, precisas e exigidas a confirmar a veracidade da respectiva autorização;

c) Determinar o reforço das medidas exigidas a evitar a subtracção e desvio das mercadorias constantes para destino diferente do indicado na autorização, comunicando no imediato momento às autoridades policiais e militares da respectiva alfândega.

ARTIGO SEGUNDO – INFRACÇÕES ALFANDEGÁRIAS.

1 – A violação dos actos processuais alfandegários das actividades de importação, exportação, introdução, expedição, trânsito e transbordo, constitui crime, sendo julgado pelo órgão de soberania jurídico competente da área de circunscrição geográfica respectiva do processo.

ARTIGO TERCEIRO – COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL.

1 – O ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, reais forças armadas portuguesa, guarda real portuguesa, órgãos de soberania fiscais, direcção geral das alfândegas, ministérios da ordem, da segurança, da caça, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais, da extracção e dos minerais e da indústria respectivos, bem como todas as entidades envolvidas de todo o processo, deveram promover a troca de informações e implementar mecanismos para uma efectiva cooperação administrativa e técnica tendentes à execução das suas competências no âmbito do presente diploma.

ARTIGO QUARTO – DEVER DE DENÚNCIA.

1 – A todos os cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas ao exercício de actividades constantes do presente diploma, que constatem ou detenham o conhecimento no exercício da sua actividade de encomendas ou transacções de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma suspeitas de serem desviadas para fins ilícitos, compete a comunicação no imediato momento ao órgão de soberania jurídico da sua área de circunscrição geográfica, à guarda real portuguesa ou às reais forças armadas portuguesa dos mesmos factos, devendo a entidade visada diligenciar nos órgãos de soberania competentes as operações a realizar com vista ao apuramento da veracidade dos factos.

ARTIGO QUINTO – CONTROLO.

1 – À área presidencial da indústria compete o controlo dos estabelecimentos artesanais e industriais onde se realiza a produção e o fabrico de produtos ou serviços prestados oriundos das actividades das armas e das munições, bem como o controlo dos percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias, modos, métodos e técnicas em uso e utilização no exercício do processo laboral.

2 – À área presidencial da agricultura e dos vegetais, da pecuária e dos animais, da pesca, do pescado e do plâncton ou da extracção e dos minerais compete o controlo das matérias-primas necessárias à produção e ao fabrico de produtos provenientes ou oriundos das actividades das armas e das munições constantes do presente diploma, modos, métodos e técnicas em uso e utilização no exercício do processo agrícola, pecuário, pesqueiro ou extractivo respectivamente.

3 – À área presidencial natural compete o controlo das reservas de caça e de tiro ao prato em uso e utilização no exercício da prática do acto de esforço.

4 – À área presidencial do desporto compete o controlo dos ginásios desportivos envolvidos da prática de modalidades federadas com produtos oriundos das actividades das armas.

5 – À guarda real portuguesa compete o controlo da qualidade dos produtos obtidos no acto de produção e fabrico de produtos ou serviços prestados oriundos das actividades das armas e das munições, a adopção das medidas de segurança inerentes a cada um espaço, o controlo dos actos de exercício venatórios, recreativos, desportivos e profissionais, bem como dos cidadãos ou entidades envolvidos ou envolvidas do uso e utilização dos produtos para fins didácticos, de investigação científica ou outros fins.

6 – Às reais forças armadas portuguesa compete o controlo da qualidade dos produtos obtidos no acto de produção e fabrico de produtos ou serviços prestados oriundos das actividades das armas e das munições, o controlo em todo o momento da integridade de todo o processo de produção, fabrico e comércio e todos os seus intervenientes e o controlo dos actos de esforço realizados nos ginásios envolvidos das modalidades com produtos oriundos das actividades das armas.

CAPÍTULO QUARTO – HOMOLOGAÇÃO E LICENÇAS DE DETENÇÃO, USO E PORTE DE ARMA E MUNIÇÕES.

ARTIGO PRIMEIRO – HOMOLOGAÇÃO.

1 – Estão sujeitas a homologação mediante catálogo a publicar anualmente em uníssono pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, os produtos oriundos das actividades das armas e das munições destinados a comercialização, aquisição, detenção, cedência, importação, exportação, introdução, expedição, trânsito e transbordo.

2 – Para fins de homologação os produtos oriundos das actividades das armas e das munições que não constem do catálogo referido no número anterior, o interessado submete requerimento em uníssono ao MARECHAL das reais forças armadas portuguesa e ao MARECHAL da guarda real portuguesa, sendo o processo instruído com a descrição técnica pormenorizada do produto oriundo das actividades das armas e das munições e com catálogo fotográfico em modelo e condições a definir por despacho em uníssono do ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e do ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa.

3 – É proibida nos termos da lei a comercialização, aquisição, detenção, cedência, importação, exportação, introdução, expedição, trânsito e transbordo de produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes do presente diploma não homologadas, constituindo crime de detenção, uso e porte de arma ilegal.

ARTIGO SEGUNDO – CLASSIFICAÇÃO DAS LICENÇAS DE DETENÇÃO, USO E PORTE DE ARMA E MUNIÇÕES.

1 – De acordo com a classificação dos produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes do artigo 2º do capítulo primeiro do presente título, das especificidades, características, grau de perigosidade que cada uma representa, o fim a que se destinam e a sua necessidade, podem ser concedidos pelos órgãos de soberania policiais as seguintes licenças de detenção, uso e porte:

- a) Licença B, para uso e porte de armas e munições da classe B;
- b) Licença C, para uso e porte de armas e munições da classe C;
- c) Licença D, para uso e porte de armas e munições da classe D;
- d) Licença E, para detenção, uso e porte de armas da classe E;
- e) Licença F, para detenção, uso e porte de armas e munições da classe F;

2 – Com excepção dos militares das reais forças armadas portuguesa e dos agentes da guarda real portuguesa habilitados, qualificados e licenciados para o exercício das suas competências respectivas com as armas da classe A, todo o cidadão para se habilitar à detenção, uso e porte de arma e munições está obrigado à emissão da licença da arma e das munições da classe respectiva, emitida pelos órgãos de soberania policiais.

ARTIGO TERCEIRO – LICENÇA DE DETENÇÃO, USO E PORTE DE ARMA E MUNIÇÕES.

1 – Compete aos órgãos de soberania policiais de cada uma área de circunscrição geográfica municipal, realizar durante o ano nas respectivas reservas de caça, reservas de tiro ao prato, carreiras de tiro, ginásios desportivos e locais específicos do exercício das actividades profissionais envoltas do uso de produtos oriundos as actividades das armas e das munições da classe F, acções de formação e qualificação técnicas e cívicas para todas as classes de armas e munições constantes do artigo anterior, de modo e forma a dotar os cidadãos das faculdades, capacidades e aptidões exigidas para a detenção, uso,

porte e manuseamento de armas e munições da respectiva classe, bem como realizar nas respectivas armarias acções de formação e qualificação para o exercício da actividade de armeiros.

2 – As acções de formação e qualificação terão um âmbito teórico e prático, incidindo sobre toda a abrangência dos produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes de cada uma classe, sobre a sua composição, manuseamento, modo de funcionamento, normas de segurança, procedimento e conduta a adoptar, sendo a acção de formação e qualificação de armeiro abrangente de todo o universo das classes dos produtos oriundos das actividades das armas e das munições homologados.

3 – No final de cada uma acção de formação e qualificação serão realizados exames de aptidão teóricos, verbal ou escrito e práticos de modo e forma a certificar os formandos da habilitação para a detenção, uso e porte de arma e munições da classe respectiva ou para o exercício da correspondente actividade de armeiro.

4 - Os exames serão realizados em data e local a fixar pelo respectivo órgão de soberania policial sendo membros do júri dos exames um elemento dos órgãos de soberanias jurídico, policial e da segurança da respectiva área de circunscrição da realização do exame, bem como os respectivos presidentes das áreas presidenciais envolvidos do exercício das actividades para que se destina a licença.

5 – Há frequência com aproveitamento dos exames de aptidão pelo formando, será atribuída pelo órgão de soberania policial da realização dos exames a licença da classe respectiva, devidamente assinada pelo respectivo licenciado.

ARTIGO QUARTO – CURSOS DE ACTUALIZAÇÃO.

1 – Todos os titulares de licença de detenção, uso e porte de arma e munições independentemente da classe compreendida, deverão submeter-se de cinco em cinco anos a um curso de actualização técnica e cívica para detenção, uso e porte de arma e munições da classe respectiva, ministrado pelos órgãos de soberania policiais das respectivas áreas de circunscrição geográfica nos termos do artigo anterior.

ARTIGO QUINTO – FREQUÊNCIA DOS CURSOS DE FORMAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE LICENÇA DE DETENÇÃO, USO E PORTE DE ARMA E MUNIÇÕES.

1 – A inscrição e a frequência no curso de formação e qualificação técnica e cívica e de actualização para obtenção de licença de detenção, uso e porte de arma e munições ou dos cursos de formação e qualificação para o exercício da actividade de armeiro, dependem da prévia autorização da guarda real portuguesa, mediante avaliação do cumprimento dos requisitos legais inerentes à concessão da respectiva licença.

ARTIGO SEXTO – REQUISITOS DA LICENÇA.

1 – Os pedidos de concessão de licenças de detenção, uso e porte de arma e munições, são formulados através de requerimento dirigido ao CORONEL do órgão de soberania policial da respectiva área de circunscrição geográfica de residência do titular que a requerer e do qual consta:

a) Nome completo do requerente e de todo o agregado familiar, com referência do grau de parentesco para com o requerente e à designação e número do bilhete de identificação correspondente;

b) Data de nascimento, estado civil, naturalidade, nacionalidade e domicílio;

c) Local de emissão e validade do bilhete de identificação do requerente;

d) Profissão ou ano educativo, designação da entidade laboral ou do estabelecimento de ensino e domicílio respectivo;

e) Justificação da pretensão;

f) Data e local do requerimento;

g) Assinatura do requerente;

h) Deve ser anexado ao requerimento:

1 - Cópia do bilhete de identificação do requerente;

2 - Os exames médicos relativos ao apuramento do estado, condição e capacidade física, psicológica e emotiva do requerente;

3 – Declaração do registo criminal do requerente.

i) Para os efeitos de licença de armas da classe E e F para detenção no domicílio, em ginásio ou em local do exercício da actividade profissional, deveram mencionar os locais envolvidos do seu manuseamento, uso e utilização, as actividades específicas a que se destinam e as respectivas medidas de segurança adoptadas ou a adoptar.

2 – Sempre que se trate de licenças das classes E para efeitos ornamentais e F para efeitos de actividade profissional requeridas por pessoas colectivas, deverá contar:

a) A designação da entidade, número de contribuinte de pessoa colectiva e domicílio fiscal;

b) A referência à actividade económica;

c) Os dados pessoais num máximo de cinco, do corpo administrativo com referência à designação e número do bilhete de identificação, local de emissão e data de validade, data de nascimento, estado civil, naturalidade, nacionalidade e domicílio respectivos;

d) Os dados pessoais do cidadão para quem se destina e requer a licença, responsável pelo manuseamento, uso, porte, utilização, conservação e segurança dos produtos oriundos das actividades das armas e das munições respectivos;

- e) Justificação da pretensão;
- f) Deveram mencionar os locais envoltos da sua exposição ou do seu manuseamento, uso e utilização, as actividades específicas a que se destinam e as respectivas medidas de segurança adoptadas ou a adoptar;
- g) Data e local do requerimento;
- h) Assinatura da entidade requerente;
- i) Deve ser anexado ao requerimento:

1 - Cópia do bilhete de identificação dos elementos constantes do corpo administrativo e do cidadão para quem se requer a licença;

2 - Os exames médicos relativos ao apurar do estado, condição e capacidade física, psicológica e emotiva do cidadão para quem se requer a licença;

3 - Declaração do registo criminal do requerente.

3 – Sempre que o produto oriundo das actividades das armas e das munições classificado obrigue à existência no domicílio de um cofre, armário de segurança não portátil, a atribuição de licença fica dependente da confirmação da sua existência pelos peritos da guarda real portuguesa.

4 – Compete à guarda real portuguesa as competências exigidas ao averiguar a confirmação rigorosa da veracidade dos requisitos legais inerentes à concessão da licença de detenção, uso e porte de armas e munições a cada um cidadão e analisar os hábitos, conduta social e estabilidade familiar.

5 – É o órgão de soberania policial competente de cada um processo que procede às cópias do bilhete de identificação dos requerentes das licenças de detenção, uso e porte de armas e munições.

ARTIGO SÉTIMO – EXAME MÉDICO.

1 – Todo o cidadão para se inscrever numa acção de formação e qualificação para a detenção, uso e porte de arma e munições de qualquer classe, terá que apresentar no órgão de soberania policial no momento da inscrição um exame médico de cariz físico, psicológico e emotivo destinado a certificar as aptidões, faculdades e capacidades para a detenção, uso e porte de arma e munições e para o exercício do acto de esforço, bem como dever estar na posse de toda uma estabilidade psicológica e emotiva, sem historial clínico que deixe suspeitar ou transparecer poder vir a atentar contra a sua integridade física ou de terceiros.

ARTIGO OITAVO – REGISTO CRIMINAL.

1 – Todo o cidadão para se inscrever numa acção de formação e qualificação para a detenção, uso e porte de arma e munições de qualquer classe, terá que apresentar no

órgão de soberania policial no momento da inscrição uma declaração emitida pelo órgão de soberania jurídico da sua área de residência do registo criminal respectivo do seu requerente, de modo a comprovar e certificar a idoneidade e integridade do pleno uso de todos os seus direitos civis para a detenção, uso e porte de arma e munições e para o exercício do acto de esforço.

ARTIGO NONO – LICENÇA DE DETENÇÃO DE ARMAS DA CLASSE E, NO DOMICÍLIO E EM GINÁSIOS.

1 – A licença de detenção, uso e porte de armas da classe E no domicílio é concedido nos termos da lei para efeitos únicos e exclusivos de ornamentação, devendo mencionar a quantidade das armas a adquirir, classificação e qualificação respectivas.

2 - A licença de detenção, uso e porte de armas da classe E nos ginásios desportivos é concedida nos termos da lei para efeitos únicos e exclusivos da prática de modalidades desportivas federadas, em ginásios devidamente habilitados, certificados e licenciados para a prática das respectivas modalidades, devendo ser mencionada com referência às quantidades, classificação e qualidades de produtos oriundos das actividades das armas detidos pelos atletas inscritos, da ficha de inscrição e licenças respectivas de instrutores e atletas actualizada sempre que se verifique a entrada ou a saída de instrutores ou atletas.

3 - Em caso algum a concessão de licença de armas da classe E pode constar a autorização para a detenção, uso e porte de munições para as mesmas.

ARTIGO DÉCIMO – LICENÇA DE DETENÇÃO, USO E PORTE DE ARMAS E MUNIÇÕES DA CLASSE F, NO LOCAL DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL.

1 - A licença de detenção, uso e porte de armas e munições da classe F nos locais do exercício profissional é concedido nos termos da lei para efeitos únicos e exclusivos do exercício de actividades profissionais que se obriguem à sua exigência, devidamente registadas, certificadas e licenciadas para o exercício das respectivas actividades económicas, devendo ser mencionada com referência às quantidades, classificação e qualidades de produtos oriundos das actividades das armas e das munições a adquirir e respectivos fornecedores e do comprovativo emitido pela entidade patronal da integração do portador da licença nos quadros técnicos da empresa, actualizada sempre que se verifique a substituição do portador da licença.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – LICENÇA PARA MENORES.

1 – Sem prejuízo do disposto no número 7, do artigo 7º, do capítulo primeiro, do presente título poderá nos termos da lei a licença de detenção, uso e porte de arma e munições ser emitida para práticas venatórias a cidadão a partir dos 16 anos de idade, desde que devidamente acompanhados no acto cinegético por quem exerça a responsabilidade parental ou tutora ou mediante autorização de responsabilidade escrita

do tutor para com a delegação da responsabilidade do acto a cidadão habilitado e licenciado para a prática do acto venatório, que seja simultaneamente proprietário do livrete de manifesto da arma usada por o adolescente.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VALIDADE DA LICENÇA.

1 – Com excepção das licenças da classe E determinadas pelo período federativo do cidadão, todas as licenças de detenção, uso e porte de arma e munições de qualquer classe são válidas por um período de cinco anos.

2 – Com excepção das licenças da classe E para efeitos desportivos e de ornamentação, em caso algum podem ser autorizadas licenças de detenção, uso e porte de arma e munições superior a 5 anos.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – RENOVAÇÃO DA LICENÇA.

1 – As licenças de detenção, uso e porte de arma e munições são renovadas com a frequência nos cursos de actualização da respectiva classe e com a respectiva prova de esforço da prática do acto de esforço.

2 – A prova do acto de esforço, corresponde ao registo integral das acções de tiro, desportivas ou profissionais realizadas por cada um cidadão em todo o período da licença concedido em todo o espaço territorial português.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – CADUCIDADE E NÃO RENOVAÇÃO DA LICENÇA.

1 – Sempre que se verifique a caducidade da licença e sempre que o titular seja proprietário de produtos oriundos das actividades das armas e das munições da mesma classe, o órgão de soberania policial da respectiva área de circunscrição geográfica, comunicará ao seu titular de modo a que proceda num prazo de 90 dias à renovação da licença ou à transmissão dos respectivos produtos oriundos das actividades das armas e das munições nos termos da lei.

2 – Sempre que se verifique a não concessão da renovação da licença de detenção, uso e porte de arma e munições, compete ao proprietário dos produtos oriundos das actividades das armas e das munições respectivos proceder à sua transmissão nos termos da lei num prazo de 90 dias, sendo os mesmos entregues juntamente com toda a documentação correspondente no imediato momento ao respectivo órgão de soberania policial sempre que na posse do seu proprietário ou seladas nos cofres dos paiol das reservas de caça, reservas de tiro ao prato e carreiras de tiro respectivos até ao momento da sua transmissão, ficando o proprietário proibido da detenção, uso e porte de armas e munições constantes da sua propriedade da classe respectiva, da sua cedência a terceiros, do direito de aquisição de novos produtos oriundos das actividades das armas e das munições e de exercer qualquer responsabilidade que com o mesmo desejaria cumprir.

3 – Findo os 90 dias e sem que se tenha processado nos termos da lei a respectiva renovação da licença ou a transferência de propriedade, compete à guarda real portuguesa declarar os produtos oriundos das actividades das armas e das munições perdidos a favor do estado.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – RECUSA DE CONCESSÃO.

1 – A licença de detenção, uso e porte de arma e munições para além da não verificação dos requisitos exigidos nos termos da lei para a concessão da licença pretendida, a mesma não pode ser concedida quando:

- a) Tiver sido determinado a cassação da respectiva licença de detenção, uso e porte de arma e munições, por via da falta de cumprimento das normas processuais inerentes ou a conduta inqualificável desprovida da responsabilidade do acto;
- b) O direito que permitiu a sua detenção, uso e porte tiver cessado;
- c) O requerente deixar de se encontrar dotado do pleno uso de todos os seus direitos cívicos e deixar de ser idóneo e íntegro, sendo o mesmo facto comprovado pela declaração do registo criminal e das medidas de segurança ou privações de liberdade a que o mesmo esteja obrigado;
- d) Se verificarem alterações do seu quadro clínico;
- e) Não forem considerados relevantes os motivos justificativos da sua pretensão; ou
- f) Não se considerar a detenção, uso e porte de arma e munições adequada para os fins requeridos.

2 – Verificada alguma das circunstâncias constantes no número anterior, sempre que a recusa de licença se verifique por período de tempo superior a dez anos e sempre que o titular envolto da recusa de licença seja proprietário de produtos oriundos das actividades das armas e das munições, serão os mesmos transferidos no imediato momento para o respectivo órgão de soberania policial sempre que na posse do seu proprietário ou serão selados os cofres nos paióis das reservas de caça, reservas de tiro ao prato e carreiras de tiro respectivos até que se processe nos termos da lei e num prazo de 90 dias a sua transferência, sob pena de serem declarados perdidos a favor do estado.

3 – Sempre que a recusa da licença de detenção, uso e porte de arma e munições se verifique por período de tempo inferior a dez anos e sempre que o titular envolto da recusa de licença seja proprietário de produtos oriundos das actividades das armas e das munições, serão os mesmos transferidos no imediato momento para o respectivo órgão de soberania policial que os guardaram até ao seu regresso ou serão selados os cofres nos paióis das reservas de caça, reservas de tiro ao prato e carreiras de tiro respectivos até que se processe nos termos da lei a libertação da sua selagem.

4 – Compete ao órgão de soberania policial envolto do acto de regresso ou de libertação de arma e munições, comunicar o término da interdição ao respectivo

proprietário com antecedência de 183 dias e a concessão de um período de 183 dias para que se processe por via da concessão da licença o acto de regresso ou de libertação, sob pena de os mesmos serem declarados perdidos a favor do estado.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – OBEDIÊNCIA.

1 – Em caso algum a licença de detenção, uso e porte de arma e munições de qualquer classe por si só autoriza o acto de adquirir nos termos da lei produtos oriundos das actividades das armas e das munições da respectiva classe, estando obrigado o acto de adquirir à obediência da declaração de aquisição emitida pelos órgãos de soberania jurídicos.

CAPÍTULO QUINTO – AQUISIÇÃO DE ARMA E MUNIÇÕES.

ARTIGO PRIMEIRO – DECLARAÇÃO DE AQUISIÇÃO.

1 – A declaração de aquisição de arma e munições é o documento emitido pelo órgão de soberania jurídico da área de residência do portador de licença, que permite ao seu titular tendo presente a licença da classe de arma e munições respectiva, adquirir a título oneroso nas armarias comerciais do reino de Portugal ou por via da declaração de compra e venda, ou a título gratuito por via de doação ou herança produto oriundo das actividades das armas e das munições constantes da correspondente classe.

2 – Com excepção da declaração de aquisição de armas da classe E para efeitos de ornamentação e de práticas desportivas federadas e da classe F para efeitos de actividades profissionais, cada declaração é emitida para a aquisição de apenas uma arma e respectivas munições, durante todo o período de tempo de validade da licença de detenção, uso e porte de arma e munições da classe respectiva.

ARTIGO SEGUNDO – REQUISITOS DA AUTORIZAÇÃO.

1 – Os pedidos de concessão de declarações de aquisição de arma e munições são formulados através de requerimento dirigido a SUA ALTEZA, o presidente do órgão de soberania jurídico da respectiva área de circunscrição geográfica de residência do titular que a requerer e do qual consta:

- a) Nome completo do comprador, donatário ou herdeiro e de todo o agregado familiar, com referência do grau de parentesco para com o requerente e à designação e número do bilhete de identificação correspondente;
- b) Data de nascimento, estado civil, naturalidade, nacionalidade e domicílio;
- c) Local de emissão e validade do bilhete de identificação do requerente;

d) Profissão ou ano educativo, designação da entidade laboral ou do estabelecimento de ensino e domicílio respectivo;

e) O número e tipo de licença de detenção, uso e porte de arma e munições de que é titular;

f) Justificação da pretensão;

g) Sempre que o produto oriundo das actividades das armas e das munições se encontrem definidos pelo titular da licença a identificação da marca, modelo, tipo e calibre ou no caso de partes essenciais de arma de fogo, a identificação do livrete de manifesto e as características próprias dessas partes;

h) Local e forma de aquisição do produto oriundo das actividades das armas e das munições;

i) Local onde o produto oriundo das actividades das armas e das munições será depositado após a sua aquisição pelos militares das reais forças armadas portuguesa, designação e localidade do paiol da reserva de caça, reserva de tiro ao prato, carreira de tiro, ginásio, local do exercício da actividade profissional ou local de exposição;

j) Data e local do requerimento;

l) Assinatura do requerente;

m) Deve ser anexado ao requerimento:

1 - Cópia do bilhete de identificação do requerente;

2 - Os exames médicos relativos ao apuramento do estado, condição e capacidade física, psicológica e emotiva do requerente;

3 - Declaração da entidade patronal ou do estabelecimento de ensino e declaração familiar;

4 - Cópia da licença de detenção, uso e porte de arma e munições da respectiva classe.

n) Para os efeitos de declaração de aquisições de arma da classe E e da declaração de aquisição de arma e munições da classe F para detenção no domicílio, em ginásio ou em local do exercício da actividade profissional, deveram mencionar os locais envolvidos do seu manuseamento, uso e utilização, as actividades específicas a que se destinam e as respectivas medidas de segurança adoptadas ou a adoptar.

2 - Sempre que se trate de declaração de aquisição de arma e munições da classe E para efeitos ornamentais e da classe F para efeitos de actividade profissional requeridas por pessoas colectivas, deverá contar:

a) A designação da entidade, número de contribuinte de pessoa colectiva e domicílio fiscal;

b) A referência à actividade económica;

c) Os dados pessoais num máximo de cinco, do corpo administrativo com referência à designação e número do bilhete de identificação, local de emissão e data de validade, data de nascimento, estado civil, naturalidade, nacionalidade e domicílio respectivos;

d) Os dados pessoais do cidadão para quem se destina e requer a licença, responsável pelo manuseamento, uso, porte, utilização, conservação e segurança dos produtos oriundos das actividades das armas e das munições respectivos;

e) O número e tipo de licença de detenção, uso e porte de arma e munições de que é titular;

f) Justificação da pretensão;

g) Sempre que o produto oriundo das actividades das armas e das munições se encontrem definidos pelo titular da licença, a identificação da marca, modelo, tipo e calibre ou no caso de partes essenciais de arma de fogo, a identificação do livrete de manifesto e as características próprias dessas partes;

h) Local e forma de aquisição do produto oriundo das actividades das armas e das munições;

i) Local onde o produto oriundo das actividades das armas e das munições será depositado após a sua aquisição pelos militares das reais forças armadas portuguesa, designação e localidade do local do exercício da actividade profissional ou local de exposição;

j)) Deveram mencionar os locais envoltos da sua exposição ou do seu manuseamento, uso e utilização, as actividades específicas a que se destinam e as respectivas medidas de segurança adoptadas ou a adoptar;

l) Data e local do requerimento;

m) Assinatura da entidade requerente;

n) Deve ser anexado ao requerimento:

1 - Cópia do bilhete de identificação dos elementos constantes do corpo administrativo e do cidadão para quem se requer a licença;

2 - Os exames médicos relativos ao apurar do estado, condição e capacidade física, psicológica e emotiva do cidadão para quem se requer a licença;

3 - Declaração da entidade patronal ou do estabelecimento de ensino e declaração familiar;

4 - Cópia da licença de detenção, uso e porte de arma e munições da respectiva classe.

3 – Sempre que o produto oriundo das actividades das armas e das munições classificado obrigue à existência no domicílio de um cofre, armário de segurança não portátil, a atribuição de autorização de aquisição fica dependente da confirmação pelos órgãos de soberania jurídicos da sua existência.

4 – Compete a cada um órgão de soberania jurídico as competências exigidas ao averiguar a confirmação rigorosa da veracidade dos requisitos da autorização inerentes à concessão da declaração de aquisição de arma e munições a cada um cidadão e analisar com base nos elementos requeridos e com o recurso à análise do registo criminal a idoneidade e integridade do requerente face à responsabilidade do acto de aquisição, detenção, uso e porte de arma e munições.

5 – Em caso algum a concessão da declaração de aquisição de arma da classe E pode constar a aquisição de produtos oriundos das actividades das munições para as mesmas.

6 – São os órgãos de soberania jurídicos respectivos de cada um processo que procedem às cópias do bilhete de identificação e das licenças de detenção, uso e porte de arma e munições.

ARTIGO TERCEIRO – EXAME MÉDICO.

1 – Todo o cidadão para requerer a declaração de aquisição de arma e munições constantes do presente diploma de qualquer classe, terá que apresentar nos órgão de soberania jurídicos no momento da requisição um exame médico de cariz físico, psicológico e emotivo destinado a certificar as aptidões, faculdades e capacidades para a detenção, uso e porte de arma e munições e para o exercício do acto de esforço, bem como dever estar na posse de toda uma estabilidade psicológica e emotiva, sem historial clínico que deixe suspeitar ou transparecer poder vir a atentar contra a sua integridade física ou de terceiros.

ARTIGO QUARTO – DECLARAÇÃO EDUCATIVA, LABORAL E FAMILIAR.

1 – A Declaração subscrita pela entidade educativa será dirigida a SUA ALTEZA, o presidente do órgão de soberania jurídico envolto do processo, elaborada com a menção da entidade que a subscrever e do respectivo aluno a quem se reporta, expondo uma avaliação sucinta sobre a identificação do ano de escolaridade e curso frequentado pelo aluno e a responsabilidade do aluno em termos da assiduidade, pontualidade, aproveitamento e sociabilidade no ambiente estudantil no qual está inserido, sendo devidamente assinada e carimbada pela mesma entidade.

2 – A Declaração subscrita pela entidade patronal, será dirigida a SUA ALTEZA, o presidente do órgão de soberania jurídico envolto do processo, elaborada com a menção da entidade patronal que a subscrever e do respectivo profissional a quem se reporta, expondo uma avaliação sucinta sobre a identificação da categoria profissional exercida e a responsabilidade do profissional em termos da assiduidade, pontualidade, aproveitamento, produtividade, rentabilidade e sociabilidade no ambiente laboral no qual está inserido, sendo devidamente assinada e carimbada pela mesma entidade.

3 – A declaração familiar é subscrita pela respectiva família do titular de licença de detenção, uso e porte de arma e munições, sendo dirigida a SUA ALTEZA, o

presidente ao órgão de soberania jurídico envolto do processo, elaborada com a menção do respectivo agregado familiar e do familiar a quem se reporta, expondo uma avaliação sucinta sobre a responsabilidade do mesmo no contributo para a paz, ordem e harmonia do lar e no apoio, colaboração e afecto para com todos os demais familiares, sendo devidamente assinada pelos tutores, cônjuge ou descendentes.

4 – A toda a entidade educativa ou laboral que no prazo de 30 dias após a data do registo do envio de carta de requisição da respectiva declaração por parte do titular de licença de detenção, uso e porte de arma e munições, a mesma não a remeta, é aplicado uma pena de multa de 10 contos por cada dia de incumprimento da lei.

5 – Compete ao órgão de soberania jurídico competente pelo processo da declaração de aquisição de arma e munições averiguar sempre que não se processe a entrega da declaração familiar os motivos inerentes ao facto e deliberar em consciência e conformidade com os requisitos e declarações remetidas a concessão ou não da mesma.

ARTIGO QUINTO – AVALIAÇÃO GERAL DO TÍTULAR DE LICENÇA.

1 – Compete ao órgão de soberania jurídico da respectiva área de circunscrição do titular de licença de detenção, uso e porte de arma e munições avalizar com base no parecer médico, educativo ou laboral, familiar e jurídico o estado, comportamento e a condição do titular da licença na plena integração no seio familiar, comunitário e social.

2 - Sempre que o órgão de soberania jurídico entenda necessário, preciso e exigido deve proceder a uma admoestação verbal ao próprio titular da licença que se traduzirá numa censura oral, sendo o titular da licença expressamente alertado a corrigir e superar atitudes, comportamentos ou condutas que possam não estar enquadradas com a responsabilidade do acto de aquisição, detenção, uso e porte de arma e munições constantes do presente diploma ou do bem-estar familiar, educativo, laboral, comunitário e social.

3 – Se no processo de avaliação com base nos pareceres exigidos, se concluir pela perturbação, conduta perigosa, ou por uma atitude irresponsável dos actos produzidos pelo titular de licença de detenção, uso e porte de arma e munições, competirá ao respectivo órgão de soberania jurídico indeferir a respectiva declaração de aquisição e comunicar aos órgãos de soberania policiais a respectiva avaliação negativa e os factores que a determinaram.

ARTIGO SEXTO – DECLARAÇÃO DE AQUISIÇÃO NO ÂMBITO DE PROCESSO PENDENTE.

1 – Sempre que a declaração de aquisição de arma e munições seja requerida por cidadão envolto de processo-crime pendente nas instâncias jurídicas, compete ao órgão de soberania jurídico competente do processo adiar a emissão da declaração de aquisição pelo período de tempo exigido ao apuramento da veracidade dos actos processuais e à leitura da sentença proferida.

ARTIGO SÉTIMO – VALIDADE DA AUTORIZAÇÃO.

1 – Todas as declarações de aquisição de arma e munições de qualquer classe são válidas por um período de 183 dias, estando obrigadas aos elementos do respectivo requerimento de autorização e com excepção da sua aquisição por via de doação ou herança nos termos da lei, a sua utilização está restrita às armarias comerciais do reino de Portugal presentes nas reservas de caça, reservas de tiro ao prato e carreiras de tiro e à declaração de compra e venda entre particulares com residência fixa no espaço territorial portugueses e cujas produtos oriundos das actividades das armas e das munições se encontrem em território português.

2 – Em caso algum poderão ser autorizadas licenças de aquisição de arma e munições superiores a 183 dias.

ARTIGO OITAVO – RECUSA DE CONCESSÃO.

1 – A declaração de aquisição de arma e munições para além da não verificação dos requisitos exigidos nos termos da lei para a concessão da declaração pretendida, não pode ser concedida quando:

- a) Tiver sido determinado a cassação da respectiva licença de detenção, uso e porte de arma e munições, por via da falta de cumprimento das normas processuais inerentes ou a conduta inqualificável desprovida da responsabilidade do acto;
- b) O direito que permitiu a licença de detenção, uso e porte tiver cessado;
- c) O requerente deixar de se encontrar dotado do pleno uso de todos os seus direitos cívicos e deixar de ser idóneo e íntegro, sendo o mesmo facto comprovado pela declaração do registo criminal e das medidas de segurança ou privações de liberdade a que o mesmo esteja obrigado;
- d) Se verificarem alterações do seu quadro clínico;
- e) Não forem considerados relevantes os motivos justificativos da sua pretensão; ou
- f) Não se considerar a aquisição de arma e munições adequada para os fins requeridos.

2 – Verificada alguma das circunstâncias constantes no número anterior, sempre que a recusa de aquisição se verifique por período de tempo superior a dez anos e sempre que o titular envolto da recusa de aquisição seja proprietário de produtos oriundos das actividades das armas e das munições, serão os mesmos transferidos no imediato momento para o respectivo órgão de soberania policial sempre que na posse do seu proprietário ou serão selados os cofres nos paióis das reservas de caça, reservas de tiro ao prato e carreiras de tiro respectivos até que se processe nos termos da lei e num prazo de 90 dias a sua transferência, sob pena de serem declarados perdidos a favor do estado.

3 – Sempre que a recusa da declaração de aquisição de arma e munições se verifique por período de tempo inferior a dez anos e sempre que o titular envolto da recusa de aquisição seja proprietário de outros produtos oriundos das actividades das armas e das munições, serão os mesmos transferidos no imediato momento sempre que na posse do seu proprietário para o respectivo órgão de soberania policial que os guardaram até ao seu regresso ou serão selados os cofres nos paióis das reservas de caça, reservas de tiro ao prato e carreiras de tiro respectivos até que se processe nos termos da lei a libertação da sua selagem.

4 – Compete ao órgão de soberania policial envolto do acto de regresso ou de libertação de arma e munições, comunicar o término da interdição ao respectivo proprietário com antecedência de 183 dias e a concessão de um período de 183 dias para que se processe por via da concessão da licença o acto de regresso ou de libertação, sob pena de os mesmos serem declarados perdidos a favor do estado.

ARTIGO NONO – FORMAS DE TRANSMISSÃO DE ARMA E MUNIÇÕES.

1 – Para além dos produtos oriundos das actividades das armas e das munições adquiridos nas armarias comerciais do reino de Portugal presentes nas reservas de caça, reservas de tiro ao prato e carreiras de tiro nos termos do disposto no número 1 do artigo seguinte, é permitido a transmissão de arma e munições por via da declaração de compra e venda, de doação ou de herança.

ARTIGO DÉCIMO – DECLARAÇÕES DE COMPRA E VENDA, DE DOAÇÃO E HERANÇA.

1 – A declaração de compra e venda é o documento registado no órgão de soberania notarial da área de residência do vendedor, na presença de um elemento da guarda real portuguesa e das reais forças armadas portuguesa a solicitação do órgão de soberania notarial, do qual consta a identidade completa e o número do bilhete de identificação do vendedor, número do livrete de manifesto, tipo e número de licença, identificação da marca, modelo, tipo, calibre, capacidade ou voltagem da arma e das munições, número de produção ou fabrico sempre que o mesmo exista e local onde a mesma está depositada, bem como o nome do comprador, o tipo, número e validade da licença e entidade emitente, o número, validade e entidade emitente da declaração de aquisição, local para onde vai ser transferida, valor económico da transacção efectuada, data da declaração e assinatura do vendedor e do comprador.

2 – A declaração de compra e venda deverá ser entregue no órgão de soberania policial da área de residência do vendedor, sempre que incompleta por não constar o nome do comprador, para que a guarda real portuguesa processe nos termos da lei ao leilão em hasta pública, de modo e forma à angariação do respectivo comprador, sendo a declaração de compra e venda após a angariação do comprador e do preenchimento integral do documento ser registada pelos órgãos de soberania notariais, na presença de um elemento

da guarda real portuguesa e das reais forças armadas portuguesa a solicitação do órgão de soberania notarial.

3 – Compete ao vendedor sempre que a venda se processe por via de leilão em hasta pública promovido e organizado pela guarda real portuguesa, proceder após o imediato momento do registo da declaração de compra e venda e da transacção económica realizada efectuada por transferência bancária, à contribuição de 30% do seu valor por via de transferência bancária, ao órgão de soberania policial competente pelo processo, para pagamento do serviço prestado.

4 – A declaração de doação é o documento registado no órgão de soberania notarial da área de residência do doador, na presença de um elemento da guarda real portuguesa e das reais forças armadas portuguesa a solicitação do órgão de soberania notarial, do qual consta a identidade completa e o número do bilhete de identificação do doador, número do livrete de manifesto, o tipo e número de licença, identificação da marca, modelo, tipo, calibre, capacidade ou voltagem da arma e das munições, número de fabrico sempre que o mesmo exista e local onde está depositada, bem como o nome do donatário, o tipo, número e validade da licença e entidade emitente, o número, validade e entidade emitente da declaração de aquisição, local para onde vai ser transferida, data da declaração e assinatura do doador e do donatário.

5 – A declaração de herança é o documento registado no órgão de soberania notarial da área de residência do cidadão falecido, com base na declaração de óbito e de testamento do próprio, na presença de um elemento da guarda real portuguesa e das reais forças armadas portuguesa a solicitação do órgão de soberania notarial, do qual consta a identidade completa e o número do bilhete de identificação do cidadão falecido, número do livrete de manifesto, o tipo e número de licença, identificação da marca, modelo, tipo, calibre, capacidade ou voltagem da arma e das munições, número de fabrico sempre que o mesmo exista e local onde está depositada, bem como o nome do herdeiro, o tipo, número e validade da licença e entidade emitente, o número, validade e entidade emitente da declaração de aquisição, local para onde vai ser transferida, data da declaração e assinatura do cônjuge, familiar mais velho ou do presidente do órgão de soberania notarial sempre que o cônjuge ou familiar mais velho seja o herdeiro e pelo herdeiro.

6 – As declarações de compra e venda, de doação ou de herança são subscritas em triplicado, ficando o original para o órgão de soberania militar de modo e forma a proceder ao respectivo livrete de manifesto e sempre que exigido à transferência do local de depósito dos produtos oriundos das actividades das armas e das munições, o duplicado para o comprador, donatário ou herdeiro e o triplicado para o vendedor, doador ou cônjuge, familiar mais velho ou órgão de soberania notarial competente do processo que o subscrever.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – LIMITES DA DETENÇÃO.

1 – Com excepção dos produtos oriundos das actividades das armas da classe E para efeitos de ornamentação e de desporto federado e dos produtos oriundos das actividades das armas e das munições da classe F para efeitos profissionais, só são autorizadas nos termos da lei a propriedade de dois produtos oriundos das actividades das

armas da mesma classe em cada uma das reservas de caça, reservas de tiro ao prato e carreiras de tiro do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – REGISTO INFORMÁTICO DE PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES, ACÇÕES DE TIRO E RESULTADOS DA ACÇÃO REALIZADA.

1 – Compete ao paiol de armas e munições de cada uma reserva de caça, reserva de tiro ao prato ou carreiras de tiro registar em programa informático a detenção de todos os produtos oriundos das actividades das armas e munições depositadas no respectivo paiol, registando a todo o momento a entrada e saída dos mesmos, constando do registo o número de todos os livretes de manifesto, designação dos produtos oriundos das actividades das armas e das munições correspondente, dos produtos oriundos das actividades das armas em liberdade e dos produtos oriundos das actividades das armas de cofre selado.

2 – Compete ao paiol de armas e munições de cada uma reserva de caça, reserva de tiro ao prato ou carreira de tiro registar em programa informático todas as acções de tiro realizadas pelos proprietários dos livretes de manifesto respectivos, constando do registo a data, a hora da aurora (entrega da arma e munições) e hora do ocaso (devolução da arma e munições).

3 – Compete ao paiol de armas e munições de cada uma reserva de caça, reserva de tiro ao prato e carreira de tiro registar em programa informático a designação e quantidade de munições solicitadas pelos proprietários do livrete de manifesto ou pelos portadores de declaração de empréstimo em cada um acto de tiro a realizar, bem como registar as munições requeridas, disparadas e as devolvidas após a acção do acto de esforço realizado, pelo que sendo cartuchos ou outros invólucros deveram os mesmos ser entregues vazios depois da sua utilização.

4 – Compete ao paiol de armas e munições de cada uma reserva de caça, reserva de tiro ao prato e carreira de tiro registar em programa informático sempre que se verifique uma acção de tiro os resultados do mesmo acto, pelo que sendo em:

- a) Reservas de caça, deverá ser declarado as espécies de caça abatidas e respectivas quantidades;
- b) Reservas de tiro ao prato, deverá ser declarado a quantidade de provas realizadas e respectivas quantidades de pratos vencidos;
- c) Carreiras de tiro, deverá ser declarado a pontuação de cada um acto.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – LIMITES DE MUNIÇÕES.

1 – Não são autorizadas nos termos da lei para cada um dia do acto de esforço a realizar na prática de tiro por cada um atirador:

a) Mais do que 15 munições para as reservas de caça, estando obrigados ao número máximo de presas de cada uma espécie legislado para cada um acto cinegético; e

b) Mais do que 30 munições para as reservas de tiro ao prato e para as carreiras de tiro;

2 – A todos os atletas federados na modalidade desportiva do tiro poderão ser concedidos o dobro das munições nas reservas de tiro ao prato e nas carreiras de tiro.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – POSSE E AQUISIÇÃO DE MUNIÇÕES.

1 – Com excepção da aquisição de munições para produtos oriundos das actividades das armas da classe F para efeitos de exercício profissional a posse e aquisição de munições está obrigado à realização de cada um acto de esforço de cada um portador do respectivo livrete de manifesto ou da declaração de empréstimo.

2 – A aquisição de munições processa-se no acto da aurora, com a identificação do portador da licença de detenção, uso e porte de arma e munições, do livrete de manifesto ou da declaração de empréstimo subscrita pelo respectivo proprietário do livrete de manifesto nos termos do artigo 17º do presente capítulo, no correspondente paiol de armas e munições da reserva de caça, reserva de tiro ao prato ou carreira de tiro no qual o produto oriundo das actividades das armas está depositado regulando-se pelos limites legais inerentes a cada um acto.

3 – A aquisição de munições para produtos oriundos das actividades das armas da classe F para efeitos do exercício profissional só pode ser autorizada nos termos da lei a cidadão autorizado à aquisição das mesmas, sendo processado pelo respectivo paiol das reservas de caça, reservas de tiro ao prato e carreiras de tiro procedendo-se ao registo da identificação do portador, número e validade da licença de detenção, uso e porte de arma e munições, do livrete de manifesto respectivo, sendo as mesmas munições correctamente registadas, mencionando a armaria comercial correspondente, a qualidade e quantidade das munições adquiridas, processando-se o respectivo talão de munições.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – RECARGA E COMPONENTES DE RECARGA.

1 – A recarga de munições é permitida aos titulares de licença C, não podendo ultrapassar as cargas propulsoras indicadas pelos fabricantes.

2 – A venda de equipamentos e componentes de recarga, só é permitida mediante a apresentação da licença da classe C.

3 – As munições provenientes de recarga estão restritas à sua aquisição nos paióis das reservas de caça, reservas de tiro ao prato e carreiras de tiro do reino de Portugal e só podem ser utilizadas na prática de actos venatórios, treino e provas desportivas.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – MORTIS CAUSA.

1 – Sempre que se verifique o falecimento de um cidadão proprietário de livretes de manifesto de armas e de munições, compete aos respectivos herdeiros, comunicar por via da certidão de óbito o facto ao órgão de soberania policial da área de residência do cidadão falecido, para que se proceda ao inventário de todos os livretes de manifesto constantes da propriedade do respectivo cidadão, sua localização e depósito.

2 – Competindo ao órgão de soberania policial a transferência dos produtos oriundos das actividades das armas e das munições sempre que na posse do herdeiro no imediato momento para as suas instalações de modo e forma à sua guarda ou procedendo à selagem dos cofres respectivo nas reservas de caça, reservas de tiro ao prato ou carreiras de tiro do seu depósito, durante o período de tempo exigido à leitura da declaração de testamento e da partilha dos bens respectivos e à sua transmissão no prazo de 90 dias nos termos do número 5 e 6 do artigo 10º do presente capítulo.

3 – Sempre que decorridos 10 anos sem que se verifique a leitura do testamento, a partilha dos bens respectivos e hajam sido reclamados os produtos oriundos das actividades das armas e das munições compete ao órgão de soberania policial declarar os produtos oriundos das actividades das armas e das munições perdidos a favor do estado.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – CEDÊNCIA A TÍTULO DE EMPRÉSTIMO.

1 – Podem ser objecto de cedência a título de empréstimo arma a terceiro que legitimamente detenha a licença de armas da classe respectiva, para o exercício de uma acção de tiro específica, por via da declaração de empréstimo emitida pelo proprietário do livrete de manifesto da arma respectiva.

2 – O empréstimo deve ser formalizado mediante documento escrito, elaborado em triplicado, emitido pelo proprietário do livrete de manifesto da arma e por este datado e assinado, acompanhando o mesmo cópia do bilhete de identificação do próprio, sendo certificado pelos agentes dos paióis das armas e munições respectivo do seu depósito, após a apresentação da apólice de seguro de responsabilidade civil respectiva para o período constante do empréstimo, que arquivaram o original, remeteram o duplicado ao proprietário do livrete de manifesto, ficando o triplicado com o cidadão a quem foi emprestada a arma.

3 – Não é permitido o empréstimo por mais de 183 dias, podendo o mesmo prazo ser prorrogado por novo período se as condições do empréstimo se avaliarem válidas nos termos da lei.

4 – O empréstimo legal da arma exige o proprietário do livrete de manifesto de quaisquer responsabilidades inerentes aos danos por a mesma causados, estando obrigada a responsabilidade dos actos praticados atribuídos e agregados ao cidadão a quem a arma foi emprestada.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – GUARDA REAL PORTUGUESA.

1 – Todos os anos a guarda real portuguesa comunica a cada um proprietário de livretes de manifesto de arma, o inventário dos produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes da sua propriedade, as acções com os produtos oriundos das actividades das armas e das munições realizadas e as quantidades de munições utilizadas, tendo como base o registo informático central da guarda real portuguesa.

2 – Sempre que não se verificarem quaisquer registos de acções realizadas com os produtos oriundos das actividades das armas e das munições em cada um ano, compete ao órgão de soberania policial da área de residência do proprietário das mesmas averiguar os factos de modo e forma à manutenção da sua propriedade ou à sua transmissão nos termos da lei.

3 - Sempre que se verifique o falecimento é comunicado aos herdeiros o inventário dos produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes da sua propriedade para que procedam nos termos do artigo 16º, do presente capítulo.

CAPÍTULO SEXTO – NORMAS DE CONDUTA DE PORTADORES DE ARMAS.

ARTIGO PRIMEIRO – OBRIGAÇÕES GERAIS.

1 – Os portadores de quaisquer produtos oriundos das actividades das armas e das munições obrigam-se a cumprir as disposições legais constantes do presente diploma e seus regulamentos, bem como às normas regulamentares de quaisquer natureza relativas à detenção, uso e porte de arma e de munições e às indicações das autoridades competentes relativas à guarda, transporte, detenção, uso e porte dos mesmos produtos.

2 - Os portadores de produtos oriundos das actividades das armas e das munições estão nomeadamente obrigados a:

a) A apresentar os produtos oriundos das actividades das armas e das munições e toda a documentação correspondente, sempre que solicitados pelas autoridades competentes;

b) Declarar aos órgãos de soberania policiais no imediato momento da constatação do extravio, danificação, furto ou roubo de produtos oriundos das actividades das armas e das munições, bem como do extravio, subtracção ou deterioração de licença de detenção, uso e porte de arma e de munições declaração de aquisição ou do livrete de manifesto;

c) Não exhibir ou empunhar os produtos oriundos das actividades das armas e das munições sem que exista manifesta justificação para tal;

d) Restringir o acto de esforço às reservas de caça, reservas de tiro ao prato, carreiras de tiro, ginásios, locais do exercício de actividade profissional respectivos da guarda e depósito de produtos oriundos das actividades das armas e das munições;

e) Comunicar no imediato momento às autoridades policiais situações em que recorram aos produtos oriundos das actividades das armas e das munições por circunstâncias de defesa pessoal ou de propriedade;

f) Comunicar às autoridades policiais quaisquer tipo de incidentes verificados;

g) Com exclusão da declaração de empréstimo nos termos da lei, não emprestar ou ceder os produtos oriundos das actividades das armas e das munições a qualquer título;

h) Dar uma utilização precisa ao produto oriundo das actividades das armas e das munições de acordo com a justificação da pretensão declarada aquando do seu licenciamento e declaração de aquisição;

i) Manter válido e eficaz o contrato de seguro relativo à sua responsabilidade civil nos termos da lei;

j) Afirmar o respeito, responsabilidade e compromisso de orgulho, honra e pátria, lealdade e fidelidade da missão a cumprir, sempre que declarado por SUAS MAJESTADES e pelos órgãos de soberania competentes o estado de emergência ou o estado de sítio, por questões de defesa, segurança e ordem das populações e dos seus haveres e os seus proprietários se encontrarem munidos de produtos oriundos das actividades das armas e das munições na via pública ou em propriedade pública ou privada;

l) Zelar pela segurança, conservação, manutenção e limpeza dos respectivos produtos oriundos das actividades das armas e das munições.

ARTIGO SEGUNDO – SEGURANÇA DAS ARMAS.

1 – Com a excepção da responsabilidade de cada um paiol de armas e munições das reservas de caça, reservas de tiro ao prato, carreiras de tiro, ginásios e dos locais profissionais de guarda e segurança dos produtos oriundos das actividades das armas e das munições quando hibernadas, os portadores de produtos oriundos das actividades das armas e das munições são permanentemente responsáveis pela sua guarda e segurança quando acordadas em qualquer espaço e devem obrigar-se às precauções exigidas a prevenir o seu extravio, danificação, furto ou roubo, bem como à ocorrência de acidentes.

ARTIGO TERCEIRO – USO, PORTE E TRANSPORTE DE ARMAS DE FOGO E DAS RESPECTIVAS MUNIÇÕES.

1 – O uso, porte e transporte de armas de fogo e das respectivas munições deve ser especialmente disciplinado e seguir rigorosamente as normas e procedimentos de segurança.

2 – As armas de fogo curtas e respectivas munições devem ser portadas e transportadas em condições de segurança, em coldre ou estojo próprio para o seu porte,

com dispositivo de segurança, sem qualquer munição introduzida na câmara, sendo as munições introduzidas no local específico do acto de esforço.

3 – As armas de fogo longas e respectivas munições devem ser portadas e transportadas de forma separada das respectivas munições, com cadeado de gatilho ou mecanismo que impossibilite o seu uso, ou desmontadas para que não sejam facilmente utilizáveis ou sem peça que possibilite o seu disparo, em bolsa ou estojo próprio para o modelo em questão, com adequadas condições de segurança, sendo habilitadas nos locais específicos de habilitação e preparação de arma, sendo as munições introduzidas no local específico do acto de esforço.

4 – Com excepção dos agentes da guarda real portuguesa e dos militares das reais forças armadas portuguesa, o porte de armas e munições em zonas restritas alfandegárias e a bordo de transportes internacionais carece de autorização da autoridade competente, sendo o seu transporte a bordo dos transportes internacionais definido como carga, sujeito ao disposto nas convenções de transportes internacionais.

ARTIGO QUARTO – USO DE ARMAS.

1 – Considera-se uso excepcional de produto oriundo das actividades das armas e das munições a sua utilização efectiva nas seguintes circunstâncias:

a) Como último meio de defesa para fazer cessar ou repelir uma agressão actual e ilícita dirigida contra o próprio ou contra terceiros, sempre que exista perigo iminente de morte ou ofensa grave à integridade física e quando essa mesma defesa não possa ser garantida por agentes da guarda real portuguesa ou por militares das reais forças armadas portuguesa, devendo o acto de esforço ser precedido de advertência verbal ou de disparo de advertência e sempre dirigida aos membros do corpo humano; ou

b) Como último meio de defesa para fazer cessar ou repelir uma agressão actual e ilícita dirigida contra o património do próprio ou de terceiros e quando essa defesa não possa ser garantida por agentes da guarda real portuguesa ou por militares das reais forças armadas portuguesa, devendo o acto de esforço ser precedido de advertência verbal ou de disparo de advertência e sempre dirigida aos membros do corpo humano.

2 – Considera-se uso não excepcional do produto oriundo das actividades das armas e das munições a sua utilização efectiva nas seguintes circunstâncias:

a) Em actos de esforço realizados nas reservas de caça, reservas de tiro ao prato, carreiras de tiro, ginásios desportivos, em eventos desportivos nacionais, imperiais e internacionais e nos locais de exercício profissional;

b) Como meio de alarme ou pedido de socorro, em situação de emergência quando outros meios não possam ser utilizados com a mesma finalidade e precisão; ou

c) Como meio de repelir uma agressão iminente ou em execução, perpetrada por animal susceptível de colocar em perigo a vida ou a integridade

física do próprio ou de terceiros, quando essa defesa não possa ser garantida por outra forma.

ARTIGO QUINTO – SEGURANÇA NO DOMICÍLIO.

1 – Todo o portador de livretes de manifesto deve possuir no domicílio as condições de segurança respectivas da classe de armas que possuir, exigidas à sua exposição nos casos de armas da classe E para efeitos de ornamentação ou ao seu abrigo nos períodos declarados de estado de emergência ou de estado de sítio, nomeadamente cofre, armário de segurança não portáteis ou casa-forte ou fortificada respectivamente.

2 – O portador que se separe fisicamente da arma no domicílio deve colocá-la no Cofre, armário ou casa-forte ou fortificada respectivamente, devendo retirar no caso de arma de fogo peça que impossibilite o seu disparo, que deve ser guardada em separado, sendo fixada à parede ou a outro objecto fixo, ou apor-lhe cadeado ou mecanismo de bloqueio, de modo e forma a ser impossível a sua utilização.

ARTIGO SEXTO – ARMAS ELÉCTRICAS, AEROSSÓIS DE DEFESA E OUTRAS ARMAS DE LETALIDADE REDUZIDA.

1 – O uso de armas eléctricas, aerossóis de defesa e outras armas de letalidade reduzida deve ser precedido de aviso explícito quanto à sua natureza e à intenção da sua utilização, aplicando-se com as devidas adaptações, as limitações definidas no artigo 4º do presente capítulo.

2 – Todo o portador de armas eléctricas, aerossóis de defesa e outras armas de letalidade reduzida deve transportar as mesmas em bolsa própria para o efeito e com o dispositivo de segurança accionado e devem ser guardadas no domicílio em lugar seguro nos termos da respectiva licença.

ARTIGO SÉTIMO – PROIBIÇÃO DE DETENÇÃO, USO E PORTE DE ARMA.

1 – É proibida a detenção, uso e porte de produtos oriundos das actividades das armas e das munições, bem como o seu transporte:

a) A todos os portadores de produtos oriundos das actividades das armas e das munições que infrinjam as condições de segurança constantes do artigo 3º e 6º, do presente capítulo para as armas e munições das respectivas classes;

b) A todo o portador de produtos oriundos das actividades das armas e das munições que se encontre sob a influência de álcool, medicamentos, plantas filantrópicas, substâncias ou preparações psicotrópicas ou outros produtos de efeito análogo; e

c) A cidadão que pela sua apatia ou distância face ao acto de esforço a realizar faça suspeitar ou supor poder vir a atentar contra a sua própria vida ou de terceiros.

2 – Compete a cada um portador de produtos oriundos das actividades das armas e das munições presente nos actos de esforço a realizar nas reservas de caça, reservas de tiro ao prato ou carreiras de tiro do reino de Portugal observar as respectivas situações de proibição de transporte, detenção, uso e porte de arma e munições constantes do número anterior e alertar no imediato as autoridades policiais de modo e forma a procederem às diligências exigidas ao apurar a veracidade dos factos e sempre que exigido à comunicação do facto ao órgão de soberania jurídico competente para a instauração do respectivo processo-crime.

3 – Compete às autoridades policiais procederem à identificação do respectivo portador do produto oriundo das actividades das armas e das munições e dos documentos respectivos da sua detenção, uso e porte e averiguar o seu estado e condição física, psicológica e emocional, bem como a respectiva infracção cometida.

4 – Sempre que observado alteração do comportamento, estado ou conduta e para os devidos efeitos da sua confirmação, deverá submeter sob pena de o portador do produto oriundo das actividades das armas e das munições incorrer no crime de desobediência qualificada a provas específicas de apuramento e detecção de álcool, medicamentos, plantas filantrópicas, substâncias ou preparações psicotrópicas ou outros produtos de efeito análogo.

5 – Compreende-se estar sob o efeito do álcool, todo o portador de produto oriundo das actividades das armas e das munições que apresentar uma taxa de álcool no sangue igual ou superior a 0,50 g/l.

6 – As provas específicas de apuramento e detecção referidas no número 4 compreendem exames de pesquisa do álcool no ar expirado, análises de sangue e outros exames médicos adequados a provar a integridade do portador do produto oriundo das actividades das armas e das munições face aos respectivos produtos.

7 – Para efeitos do disposto no número 1, considera-se detenção de produto oriundo das actividades das armas e das munições o facto de se encontrar na esfera de disponibilidade imediata do detentor, a arma montada e municiada e apta ao acto de esforço.

8 – Compete aos agentes dos paióis de armas dos locais de exercício da actividade a realizar, avaliar no acto de identificação e concessão do produto oriundo das actividades das armas e das munições o estado e a condição física, psicológica e emocional com que cada um portador se encontra dotado, constando na avaliação nomeadamente a correcção do fornecimento dos dados.

ARTIGO OITAVO – FISCALIZAÇÃO.

1 – Os exames de pesquisa do álcool no ar expirado são efectuados por agente da guarda real portuguesa, mediante recurso a aparelho aprovado.

2 – Sempre que o resultado do exame for positivo, o agente da guarda real portuguesa deve notificar o examinado por escrito do respectivo resultado e sanções decorrentes do facto, comunicando o direito de o examinado requerer de imediato a realização da contraprova por análise de sangue.

3 – Se a suspeita se reportar a medicamentos, plantas filantrópicas, substâncias ou preparações psicotrópicas, o exame é realizado mediante análise de sangue ou outros exames médicos, devendo o examinado ser conduzido no imediato momento pelo agente de autoridade à unidade hospitalar respectiva da área de circunscrição do facto de modo e forma à sua realização.

4 – A recolha de sangue para efeitos do número 2 e 3 deve realizar-se no prazo máximo de duas horas, sendo a contraprova do exame realizado na unidade de saúde que o examinado indicar, desde que a sua localização e horário de funcionamento permitam a sua efectivação no prazo referido, estando as despesas da realização da contraprova a cargo do examinado.

5 – Para efeitos da fiscalização prevista no presente artigo, as autoridades policiais poderão utilizar aparelhos ou outros meios homologados ao abrigo do código da estrada e legislação complementar.

CAPÍTULO SÉTIMO – ARMEIROS.

ARTIGO PRIMEIRO – CONCESSÃO DE ALVARÁS.

1 – Por despacho em uníssono do ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e do ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, podem ser concedidos alvarás de armeiro para o exercício da actividade de produção, fabrico, manutenção, conservação, reparação, restauro e de outros serviços prestados das armas e das munições, com excepção das armas e munições da classe A e compra e venda de toda a actividade das armas e das munições e produto oriundo das mesmas actividades homologados nos termos da lei, com excepção das actividades das armas e das munições e produtos oriundos das mesmas actividades compreendidos na classe A, bem como para efeitos museológicos, cénicos ou cinematográficos, para o leilão de produtos oriundos das actividades das armas e das munições e para a gestão e exploração dos espaços do acto de esforço.

ARTIGO SEGUNDO – TIPOS DE ALVARÁS.

1 – Tendo em consideração a actividade pretendida, as condições de segurança das instalações, as necessidades e exigências comerciais internas, imperiais portuguesa e internacionais e a aptidão e capacidade que os requerentes possuem para o exercício da respectiva actividade, são atribuídos os seguintes tipos de alvará:

- a) Alvará de armeiro do tipo 1, para a produção e o fabrico de actividades das armas de fogo e seus produtos;

b) Alvará de armeiro do tipo 2, para a produção e fabrico de actividades das armas da classe D e seus produtos;

c) Alvará de armeiro do tipo 3, para a produção e o fabrico de actividades das armas da classe E e seus produtos;

d) Alvará de armeiro do tipo 4, para produção e o fabrico de actividades das armas da classe F e seus produtos;

e) Alvará de armeiro do tipo 5, para a produção e o fabrico de actividades das munições de armas de fogo e seus produtos;

f) Alvará de armeiro do tipo 6, para a produção e o fabrico de actividades das munições de armas da classe D e seus produtos;

g) Alvará de armeiro do tipo 7, para a produção e o fabrico de actividades das munições de armas da classe F e seus produtos;

h) Alvará de armeiro do tipo 8, para a produção e o fabrico de actividades das armas e das munições de acessórios e utensílios de qualquer classe de arma e munição;

i) Alvará de armeiro do tipo 9, para compra e venda de produtos oriundos das actividades das armas e das munições de todas as classes, com excepção dos produtos oriundos das actividades das armas e das munições da classe A;

j) Alvará de armeiro do tipo 10, para a manutenção, conservação, reparação, restauro e de outros serviços prestados das armas e das munições com excepção das armas e das munições da classe A;

l) Alvará de armeiro do tipo 11, para aquisição única e exclusiva de museus e para a detenção temporária por via de cedência de armas constantes de todas as classes, com excepção das armas e das munições da classe A, para efeitos museológicos, cénicos e cinematográficos;

m) Alvará de armeiro do tipo 12, único e exclusivo da guarda real portuguesa para a realização de leilões de produtos oriundos das actividades das armas e das munições de todas as classes, com excepção dos produtos oriundos das actividades das armas e das munições da classe A;

n) Alvará de armeiro do tipo 13, para gestão e exploração de reservas de caça, reservas de tiro ao prato, carreiras de tiro e ginásios envoltos das modalidades desportivas federadas com produtos oriundos das actividades das armas e das munições.

2 – Os alvarás podem ser requeridos nos termos da lei por todo o cidadão ou entidade que reúna cumulativamente as seguintes condições:

a) Seja maior de 18 anos;

b) Se encontre em pleno uso de todos os seus direitos civis;

c) Seja idóneo e íntegro, sendo o mesmo facto comprovado pela declaração do registo criminal;

d) Seja portador de licença para o exercício da actividade de armeiro e tratando-se de pessoa colectiva possua responsável técnico que preencha os requisitos das alíneas a) a e);

e) Seja portador de certificado médico;

f) Seja possuidor de instalações comerciais, industriais ou artesanais devidamente licenciadas e que observem as condições de segurança fixadas para a realização da actividade pretendida;

g) Seja portador no caso alvará de armeiro do tipo 13, de certificado de habilitações literário na área de economia ou gestão, ou certificado comprovativo da frequência de curso de gestão emitido por entidade portuguesa acreditada pela ordem bastonária dos economistas e dos gestores.

3 – Sempre que o requerente se apresente como pessoa colectiva, os requisitos mencionados nas alíneas a), b), c) e e) do número anterior tem que se verificar para o corpo administrativo num máximo de cinco elementos, e o requisito da alínea g) tem que se verificar para pelo menos um dos elementos do corpo administrativo referido.

4 – O alvará de armeiro é concedido por um período de 5 anos, sendo renovável por igual período de tempo mediante a verificação das condições exigidas para a sua concessão.

5 – O alvará de armeiro só é concedido depois de verificadas as condições de segurança das instalações, as necessidades e exigências comerciais internas, imperiais portuguesa e internacionais, bem como depois de comprovada a aptidão e capacidade que os requerentes possuem para o exercício da respectiva actividade, podendo o ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa para o efeito, solicitar parecer às associações da classe e às ordens bastonárias respectivas.

6 – Os requisitos legais fixados no número 2, são de verificação obrigatória para pessoas singulares ou colectivas provenientes de estado soberano constituinte do império português ou de países terceiros.

7 – Para os efeitos previsto no número anterior pode em uníssono o ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa proceder à equiparação de licenças para o exercício da actividade de armeiro do tipo 1 ao 8, emitidas por estado soberano constituinte do império português ou de países terceiros, sem prejuízo da aplicabilidade de eventuais tratados ou acordos de que Portugal seja no presente domínio parte celebrante ou aderente.

8 – Aos elementos das reais forças armadas portuguesa e da guarda real portuguesa, quando no activo, é interdito o exercício da actividade de armeiro.

9 – Os titulares de alvará de armeiro, só podem exercer a sua actividade em estabelecimentos licenciados para o devido efeito, de acordo com as normas de segurança definidas no seu licenciamento, podendo transaccionar para além dos bens, materiais e equipamentos de venda livre, actividades das armas e das munições e produtos oriundos

das mesmas actividades que no presente diploma se obriguem ao âmbito do respectivo alvará.

10 – O exercício de actividades de armeiro em quaisquer feiras, certames e exposições, carece da autorização prévia em uníssonos do ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e do ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa.

11 – As normas de funcionamento, obrigações, os requisitos da concessão e as taxas a cobrar pela emissão dos alvarás de armeiro são estabelecidos por portaria conjunta das áreas presidenciais da justiça, da ordem, da segurança, da agricultura e dos vegetais, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da extracção e dos minerais, da indústria e do desporto, mediante parecer em uníssonos do ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e do ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa.

12 – Serão concedidos para o exercício da actividade de armeiro do tipo 9, 1 650 alvarás, estando os mesmos obrigados e restritos na sua localização a cada uma reserva de caça, reserva de tiro ao prato e carreira de tiro presentes no reino de Portugal.

ARTIGO TERCEIRO – PROIBIÇÃO DE CEDÊNCIA DE ALVARÁ.

1 – O alvará de armeiro não pode ser cedido a terceiro, devendo a sua transição ser processada com recurso à declaração de cessação da actividade emitida pelos órgãos de soberania fiscais, sendo no caso dos alvarás do tipo 9 e 13 sujeitos a concurso real de armeiro nos termos da lei, de modo e forma ao contínuo exercer as responsabilidades face às exigências do reino de Portugal.

ARTIGO QUARTO – CASSAÇÃO DO ALVARÁ.

1 – Em uníssonos O ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, podem determinar a cassação do alvará de armeiro, sempre que:

- a) Se verifique incumprimento das disposições legais fixadas para o exercício da actividade respectiva;
- b) Haja alterações dos pressupostos em que se baseou a concessão do alvará;
- c) Sejam invocadas razões de segurança e de ordem pública.

2 – A cassação do alvará é precedida de um processo de inquérito, instituído pela guarda real portuguesa com todos os documentos atinentes à infracção e ao fundamento da cassação e com todos os elementos que se considerem exigidos e pertinentes a provar a veracidade dos factos imputados.

3 – A cassação do alvará, obriga o armeiro no imediato momento do acto de cassação a encerrar as instalações e a abster-se de quaisquer actos relativos ao exercício da actividade, sob pena de incorrer no crime de desobediência qualificada, competindo à

guarda real portuguesa a selagem no imediato momento das infra-estruturas até à deliberação da sentença pelo órgão de soberania jurídico competente do processo-crime.

ARTIGO QUINTO – COMÉRCIO ELECTRÓNICO ENTRE ARMEIROS NACIONAIS.

1 – É permitido aos titulares de alvará de armeiro emitido pelas autoridades portuguesas competentes, o comércio electrónico de bens entre armeiros nacionais que se obriguem ao âmbito do seu alvará, com excepção de produtos oriundos das actividades das armas e das munições da classe A e partes essenciais desses mesmos produtos.

2 – O comércio electrónico não dispensa que a aquisição de bens permitidos ao abrigo do presente diploma, seja titulada pelos originais ou fotocópias autenticadas dos documentos necessários à sua realização, nem que a sua entrega pelos militares das reais forças armadas portuguesa seja efectuada no estabelecimento do armeiro, cujo alvará lhe permita a referida transacção, mantendo-se as obrigações legais inerentes à transferência dos bens.

3 – Compete em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, com base nos pedidos de reposição de existências subscritos pelos armeiros nacionais, proceder com os sectores ministeriais da ordem, da segurança, da caça, da agricultura e dos vegetais, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da extracção e dos minerais e da indústria respectivos à declaração de importação, exportação, introdução ou expedição.

ARTIGO SEXTO – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DOS ARMEIROS NO EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE.

1 – Os titulares de alvará de armeiro, para além de outras obrigações decorrentes do presente diploma, estão especialmente obrigados:

- a) A exercer a actividade de acordo com o respectivo alvará e com as normas legais adjacentes ao próprio exercício;
- b) A manter actualizados os registos informáticos de controlo obrigatórios;
- c) A remeter às autoridades competentes cópia dos registos de controlo obrigatórios;
- d) A observar com o máximo rigor as normas de segurança a que está sujeita a actividade;
- e) A facultar às autoridades competentes sempre que por estas solicitado, o acesso aos registos obrigatórios, bem como à conferencia dos produtos oriundos das actividades das armas e das munições em existência;
- f) A facultar às autoridades competentes sempre que por estas solicitado, o acesso aos produtos oriundos das actividades das armas e das munições

transferidos de estados soberanos constituintes do império português e de estados soberanos terceiros, bem como a respectiva documentação;

g) Às normas processuais materiais, técnicas e tecnológicas, emitidas em unísono pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa relativas ao exercício da actividade.

ARTIGO SÉTIMO – ENTIDADES DAS ARMAS.

1 – Todas as entidades das armas nacionais procedem sempre que exigido, diariamente, semanalmente ou mensalmente à listagem das quantidades e qualidades de produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes do presente diploma transaccionados no âmbito do exercício da sua função comercial, remetendo ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, para que proceda à respectiva autorização de reposição das existências dos mesmos ou de outros produtos constantes do presente diploma.

2 – Nas entidades das armas nacionais a responsabilidade de controlo pelos produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes do presente diploma compete às direcções das armas e das munições, que fornecerão ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO OITAVO – ENTIDADES DAS MUNIÇÕES.

1 – Todas as entidades das munições nacionais procedem sempre que exigido, diariamente, semanalmente ou mensalmente à listagem das quantidades e qualidades de produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes do presente diploma transaccionados no âmbito do exercício da sua função comercial, remetendo ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, para que proceda à respectiva autorização de reposição das existências dos mesmos ou de outros produtos constantes do presente diploma.

2 – Nas entidades das munições nacionais a responsabilidade de controlo pelos produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes do presente diploma compete às direcções das armas e das munições, que fornecerão ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO NONO – ENTIDADES DOS ACESSÓRIOS E DOS UTENSÍLIOS DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES.

1 – Todas as entidades dos acessórios e dos utensílios das armas e das munições nacionais procedem sempre que exigido, diariamente, semanalmente ou mensalmente à

listagem das quantidades e qualidades de produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes do presente diploma transaccionados no âmbito do exercício da sua função comercial, remetendo ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, para que proceda à respectiva autorização de reposição das existências dos mesmos ou de outros produtos constantes do presente diploma.

2 – Nas entidades dos acessórios e dos utensílios das armas e das munições nacionais a responsabilidade de controlo pelos produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes do presente diploma compete às direcções das armas e das munições, que fornecerão ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO DÉCIMO – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DOS ARMEIROS NA VENDA AO PÚBLICO.

1 – A venda ao público de produtos oriundos das actividades das armas e das munições só pode ser efectuada por cidadãos habilitados, certificados e registados nos termos da lei por a ordem bastonária dos armeiros, com domínio fluente do idioma português.

2 – Compete aos armeiros ou auxiliar de armeiro confirmar e registar:

- a) A identidade do comprador e o número do bilhete de identificação;
- b) O número da licença de detenção, uso e porte de arma e munições, classe respectiva, entidade emitente e validade; e
- c) O número da declaração de aquisição de arma e munições correspondente, classe respectiva, entidade emitente e data de validade.

3 – Compete aos armeiros ou auxiliar de armeiro explicar as características próprias dos bens adquiridos e respectivos efeitos do seu uso e utilização, as normas de segurança inerentes aos bens adquiridos, bem como os modos, métodos e técnicas de limpeza e conservação dos mesmos.

4 – O armeiro ou auxiliar de armeiro deveram recusar a venda de produtos oriundos das actividades das armas e das munições para além da não verificação da apresentação dos documentos legais exigidos à aquisição ou da prescrição dos seus prazos de validade, a cidadãos que aparentemente se apresentem com sinais de anomalia ou perturbação de ordem física, psicológica ou emotiva, nomeadamente sob o efeito do álcool, plantas filantrópicas, substâncias ou preparações psicotrópicas ou outros produtos com efeito análogo e sempre que nostálgicos, descrentes e desacreditados no próprio momento da compra.

5 – Compete ao armeiro ou ao auxiliar de armeiro tendo presente o disposto no número anterior comunicar o facto no imediato momento à autoridade policial competente de modo e forma a apurar as irregularidades verificadas.

6 - Não poderão ser fornecidas pelo armeiro ou auxiliar de armeiro que o substitua na sua ausência ou impedimento produto oriundo das actividades das armas e das munições não enunciados na respectiva declaração de aquisição.

7 – Os armeiros são obrigados a guardar as declarações de aquisição e de as remeter até ao dia 5 do mês seguinte em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, de modo e forma a confirmar o rigoroso e integro desenvolvimento do processo e para proceder à respectiva autorização de reposição de existências dos mesmos ou de outros produtos constantes do presente diploma.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ARMEIROS COMERCIAIS.

1 – Todos os armeiros comerciais nacionais procedem sempre que exigido, diariamente, semanalmente ou mensalmente à listagem das quantidades e qualidades de produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes do presente diploma transaccionados no âmbito do exercício da sua função comercial em cada um mês de exercício, remetendo ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, para que proceda à respectiva autorização de reposição das existências dos mesmos ou de outros produtos constantes do presente diploma.

2 – Nos armeiros comerciais nacionais a responsabilidade de controlo pelos produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes do presente diploma compete às direcções das armas e das munições, que fornecerão ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DOS ARMEIROS NA MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO, RESTAURO E DE OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES.

1 – É obrigatória aos armeiros na manutenção, conservação, reparação, restauro e de outros serviços prestados das armas e das munições a comunicação às autoridades policiais dos cidadãos ou entidades não registados ou registadas nos termos da lei social e fiscal, de modo e forma às autoridades policiais apurarem as irregularidades verificadas.

2 – É proibida a manutenção, conservação, reparação e restauro dos produtos oriundos das actividades das armas e das munições que não estejam devidamente manifestados e acompanhados do livrete de manifesto.

3 – Sempre que da manutenção, conservação, reparação e restauro de arma possa resultar a eliminação do número de série de fabrico ou alteração das suas características, deve a arma ser previamente examinada e marcada pela guarda real portuguesa.

4 – Toda a arma sem número de série de produção ou fabrico fica obrigada ao exame e marcação previstos no número anterior.

5 – As alterações de características da arma para efeitos de maior aptidão venatória ou desportiva são requeridas ao CORONEL do órgão de soberania policial da área de residência do seu titular, sendo obrigatório o seu averbamento ao respectivo manifesto.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – ENTIDADES DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO, RESTAURO E DE OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES.

1 – Todas as entidades de manutenção, conservação, reparação, restauro e de outros serviços prestados das armas e das munições nacionais procedem sempre que exigido, diariamente, semanalmente ou mensalmente à listagem das quantidades e qualidades de produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes do presente diploma transaccionados no âmbito do exercício da sua função comercial, remetendo ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, para que proceda à respectiva autorização de reposição das existências dos mesmos ou de outros produtos constantes do presente diploma.

2 – Nas entidades de manutenção, conservação, reparação, restauro e de outros serviços prestados das armas e das munições nacionais a responsabilidade de controlo pelos produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes do presente diploma compete às direcções das armas e das munições, que fornecerão ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – MARCA DE ORIGEM.

1 – Os Titulares de alvará do tipo 1 ao 4, são obrigados a marcar de modo permanente nos produtos oriundos das actividades das armas por o próprio produzidos ou fabricados, por marcação incisiva ou indelével, o seu nome ou marca, modelo, estado soberano de origem, o ano e o número de série de produção ou fabrico, sendo os mesmos transferidos para o arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa para que se processe nos termos da lei ao seu exame e perícia.

2 – As armas de fogo produzidas ou fabricadas em Portugal devem ter inscrito um punção de origem e uma marca aposta por um banco oficial de provas reconhecido por despacho conjunto das áreas presidenciais da segurança, da ordem e do desporto.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – MANIFESTO DE ARMAS.

1 – O manifesto de arma é emitido em uníssono pelas reais forças armadas portuguesa e pela guarda real portuguesa, para cada uma arma produzida ou fabricada em

espaço territorial português, bem como para toda a arma importada, introduzida ou transferida do exterior, após a respectiva avaliação e peritagem nos termos da lei, acompanhando a mesma em todo o seu ciclo de vida e sendo-lhe averbado todas as transformações às características próprias e reparações respectivas.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – CONTROLO DE CONSUMO.

1 – Compete ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa proceder todos os anos ao inventário dos sectores de actividade económicos dependentes de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como estimar as quantidades do seu consumo em cada um ano de exercício, com a respectiva menção dos fins a que se destinaram e ao respectivo espaço geográfico do seu uso, utilização e consumo em termos municipais, concelhios e regionais.

2 – Compete ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa investigar as situações que registem no controlo de consumo relativamente aos sectores de actividade económicos cujo consumo de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, seja de alguma forma anormal e desenquadrado da moderação e suficiência exigida à condição de responsabilidade e sociabilidade do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – SUBTRACÇÃO, EXTRAVIO E DETERIORAÇÃO.

1 – A subtracção, extravio e a deterioração de produtos oriundos das actividades das armas e das munições, bem como de percussores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma são no imediato momento do conhecimento dos factos, comunicados pelo cidadão ou entidade ao órgão de soberania jurídico da respectiva área de circunscrição geográfica, que accionará no imediato as autoridades judiciais, para a sua investigação, devendo todos os funcionários da entidade respectiva e responsáveis administrativos prestar a plena e total colaboração para o apuramento da veracidade do processo e do seu autor ou autores morais, bem como comunicar ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa o mesmo facto indicando com todo o pormenor possível a descrição dos factos, indicando a qualidade e quantidades de produto desaparecidos e fornecendo todos os elementos de prova que possuir ou remetendo por via das reais forças armadas portuguesa ao arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa o produto deteriorado, para a sua avaliação e possível destruição.

2 – Idêntico procedimento devem adoptar os cidadãos ou entidades envolvidos ou envolvidas do exercício das actividades constantes do presente diploma relativo à subtracção, extravio ou deterioração de impressos, declarações, registos, documentos, certificados, licenças, alvarás e autorizações exigidos nos termos da lei pelo presente diploma.

CAPITULO OITAVO – MANIFESTO.

ARTIGO PRIMEIRO – COMPETÊNCIA.

1 – Compete em uníssono às reais forças armadas portuguesa e à guarda real portuguesa a organização do cadastro e fiscalização dos produtos oriundos das actividades das armas e das munições classificados no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

ARTIGO SEGUNDO – MANIFESTO E LIVRETE DE MANIFESTO.

1 – O manifesto de arma é nos termos da lei obrigatório, para todo o produto oriundo das actividades das armas apresentado voluntariamente, produzido ou fabricado em espaço territorial português, bem como para todo o produto oriundo das actividades das armas importado, introduzido ou transferido do exterior e faz-se em função das respectivas características do produto oriundo das actividades das armas, sendo classificado de acordo com o artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

2 – Do manifesto de arma, consta o nome do produtor ou fabricante, o ano de produção ou fabrico, estado soberano de produção ou fabrico, classe respectiva, calibre, número de série de produção ou fabrico, número de canos, tipo de munição, materiais de composição e características específicas do produto oriundo das actividades das armas, bem como constará um espaço para averbar todas as transformações e reparações operadas ao longo de todo o seu ciclo de vida.

3 – A cada produto oriundo das actividades das armas manifestado corresponde um livrete de manifesto de arma, respectivo do registo de propriedade do mesmo, a emitir pelas reais forças armadas portuguesa.

4 – Do livrete de manifesto consta o número e data de emissão do documento, classe do produto oriundo das actividades das armas, marca, calibre, número de série de produção ou fabrico, número de canos, tipo de munição, a identificação do seu proprietário e o número do bilhete de identificação, bem como consta a declaração de orgulho, honra e pátria, lealdade e fidelidade a SUAS MAJESTADES, aos órgãos de soberania portugueses e ao nobre povo português devidamente assinada pelo próprio.

5 – Em caso de extravio, subtracção ou danificação do livrete de manifesto é concedido pelas reais forças armadas portuguesa segunda via depois de organizado o respectivo processo justificativo.

ARTIGO TERCEIRO – NUMERAÇÃO E MARCAÇÃO.

1 – Com excepção dos produtos oriundos das actividades das armas produzidos ou fabricados anteriores a 1950 que apenas se obrigam a estar marcadas com o nome do produtor ou fabricante ou marca de origem e o número de série de produção ou fabrico, todos os produtos oriundos das actividades das armas tem que estar marcados com o nome

do produtor ou fabricante ou marca de origem, número de série de produção ou fabrico, calibre e modelo.

2 – Os produtos oriundos das actividades das armas que não estejam marcados em conformidade com o disposto no número anterior são marcados com um código numérico e com punção da guarda real portuguesa.

3 – A marcação deve ser efectuada de molde a não diminuir o valor patrimonial dos produtos oriundos das actividades das armas.

ARTIGO QUARTO – FACTOS SUJEITOS A REGISTO.

1 – O extravio, furto, roubo e a transmissão de produto oriundo das actividades das armas e das munições ficam sujeitos a registo na guarda real portuguesa.

2 – Os produtos oriundos das actividades das armas e das munições que se inutilizem por completo são remetidos à guarda real portuguesa que em uníssono com as reais forças armadas portuguesa procedem à sua peritagem.

3 – Quando da peritagem resultar a reclassificação como arma inutilizada, pode o respectivo titular do livrete de manifesto requerer à guarda real portuguesa:

- a) A sua devolução para efeitos de ornamentação sempre que o mesmo seja detentor de licença da classe E;
- b) A sua transmissão como arma da classe E nos termos da lei; ou
- c) A sua destruição.

ARTIGO QUINTO – REPARAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS DE ARMA.

1 – Compete ao proprietário do livrete de manifesto de arma danificada, bem como de arma para alteração das características próprias, requerer ao CORONEL do órgão de soberania policial da sua área de residência, sempre que o mesmo verifique a danificação de arma ou deseje uma maior eficiência e eficácia da mesma, a autorização para que se processe à sua peritagem e avaliação de reparação ou das características próprias de arma, entregando o respectivo livrete de manifesto.

2 – Compete em uníssono aos peritos da guarda real portuguesa e aos peritos das reais forças armadas portuguesa proceder à análise e avaliação da danificação ou das características próprias do produto oriundo das actividades das armas de modo e forma à sua reparação, inutilização ou destruição nos termos da lei ou se proceder à alteração das suas características.

3 – Após a avaliação de possibilidade de reparação ou da alteração das características próprias, compete ao proprietário do livrete de manifesto de arma respectivo indicar o armeiro correspondente da sua reparação ou alteração, sendo a mesma em todo o processo transferida pelos elementos das reais forças armadas portuguesa e acompanhada em todo o processo do respectivo livrete de manifesto.

CAPÍTULO NONO – RESERVAS DE CAÇA, RESERVAS DE TIRO AO PRATO, CARREIRAS DE TIRO, GINÁSIOS E LOCAIS DA ACTIVIDADE PROFISSIONAL.

ARTIGO PRIMEIRO – LOCAIS PERMITIDOS.

1 – Com excepção do exercício profissional dos militares das reais forças armadas portuguesa e dos agentes da guarda real portuguesa, só é permitido o acto de esforço com armas no espaço territorial português nas reservas de caça, reservas de tiro ao prato, carreiras de tiro, ginásios e locais específicos do exercício de actividade profissional devidamente habilitados, licenciados e autorizados para a realização de actos venatórios, de gestão cinegética, práticas recreativas e de treino pessoal, provas desportivas e para o exercício de actividades profissionais.

2 – Ficam excluídos do âmbito do presente diploma as carreiras de tiro e campos de tiro para uso militar e policial, estejam ou não afectos à prática de tiro desportivo.

ARTIGO SEGUNDO – COMPETÊNCIA PARA ALVARÁ.

1 – O licenciamento das reservas de caça, das reservas de tiro ao prato, das carreiras de tiro, dos ginásios e dos locais específicos do exercício de actividade profissional, depende de alvará concedido em uníssono pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, bem como as carreiras de tiro e campos de tiro da iniciativa da área presidencial do desporto.

ARTIGO TERCEIRO – CONCESSÃO DE ALVARÁS.

1 – As pessoas singulares ou colectivas que pretendam explorar ou gerir reservas de caça, reservas de tiro ao prato ou carreiras de tiro ou instalar ginásios para a prática de modalidades desportivas com produtos oriundos das actividades das armas, devem com base nas deliberações e requisitos das entidades legislativas competentes do respectivo município, requerer em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, a atribuição do respectivo alvará e licenciamento do local observando na parte aplicável o disposto no número 2 e seguintes do artigo 2º, do capítulo sétimo, do presente título.

ARTIGO QUARTO – CEDÊNCIA E CASSAÇÃO DE ALVARÁ.

1 – São aplicáveis à cedência e cassação dos alvarás para gestão e exploração de reservas de caça, reservas de tiro ao prato, carreiras de tiro e ginásios envolvidos da prática das modalidades com produtos oriundos das actividades das armas, as disposições constantes dos artigos 3º e 4º, do capítulo sétimo, do presente título.

ARTIGO QUINTO – RESERVAS DE CAÇA, RESERVAS DE TIRO AO PRATO E CARREIRAS DE TIRO.

1 – Compete a cada um município nos termos da lei deliberar e definir tendo presente o plano director municipal respectivo a área reservada à constituição da reserva de caça, reserva de tiro ao prato e carreira de tiro a existir em cada um município, tendo presente a edificação da área de recepção e identificação, da área reservada à restauração, da área reservada à armaria comercial respectiva, da área reservada ao paiol de armas e munições, da área reservada às salas de habilitação e da área reservada ao acto de esforço com os produtos oriundos das actividades das armas e das munições.

2 – Tendo presente a equidade das necessidades e exigências de espaços reservados à prática de actos com arma de fogo, serão licenciadas 550 Reservas de caça, 550 reservas de tiro ao prato e 550 carreiras de tiro em todo o reino de Portugal, sendo uma reserva de caça, uma reserva de tiro ao prato e uma carreira de tiro por cada um município português.

ARTIGO SEXTO – RESERVAS DE CAÇA, RESERVAS DE TIRO AO PRATO, CARREIRAS DE TIRO, GINÁSIOS E LOCAIS DA ACTIVIDADE PROFISSIONAL.

1 – As reservas de caça, reservas de tiro ao prato, carreiras de tiro, ginásios e locais da actividade profissional em exercício nas actividades constantes do presente diploma, obrigam-se nos termos da lei às normas processuais materiais, técnicas e tecnológicas, emitidas pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa.

CAPÍTULO DÉCIMO – PAIÓIS DAS RESERVAS DE CAÇA, RESERVAS DE TIRO AO PRATO, CARREIRAS DE TIRO. GINÁSIOS E LOCAIS DE EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE.

ARTIGO PRIMEIRO – PAIÓIS DE ARMAS E MUNIÇÕES.

1 – Os paióis de armas e munições são obrigatórios nos termos da lei em todas as reservas de caça, reservas de tiro ao prato e carreiras de tiro para a prática de acções de tiro, bem como em todos os ginásios das modalidades desportivas federadas e locais de exercício profissional envoltos do uso e utilização de produtos oriundos das actividades das armas e das munições.

ARTIGO SEGUNDO – AUTORIDADE DOS PAIÓIS.

1 – Compete ao órgão de soberania policial da área de circunscrição respectiva de cada paiol de armas e munições da reserva de caça, reserva de tiro ao prato e carreira de tiro respectivo de cada um município a autoridade de gestão, funcionamento e controlo dos mesmos, sendo os funcionários dos mesmos agentes da guarda real portuguesa.

2 – Compete aos instrutores das modalidades desportivas federadas com produtos oriundos das actividades das armas e das munições a gestão, funcionamento e controlo dos paióis de armas nos ginásios respectivos, bem como zelar pela sua detenção, uso e porte por parte dos atletas federados.

3 – Compete aos portadores de licença da classe F a gestão, funcionamento e controlo dos paióis de armas e munições respectivos do exercício da sua actividade profissional.

ARTIGO TERCEIRO – PROCESSAMENTO DE ACESSO AOS PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES NOS LOCAIS DE TIRO.

1 – O processamento de acesso aos produtos oriundos das actividades das armas e das munições nas reservas de caça, reservas de tiro ao prato e carreiras de tiro inicia-se com a identificação pelo agente do paiol respectivo do titular do livrete de manifesto ou da declaração de empréstimo subscrita nos termos da lei, da respectiva licença de detenção, uso e porte de arma e munições e da apólice do seguro correspondente, sendo requerido o número de munições para o acto de esforço a realizar.

2 – O agente do paiol procede à correspondente averiguação e identificação da licença e validade, livrete de manifesto ou declaração de empréstimo e respectiva prova do seguro de responsabilidade civil e regista os mesmos dados juntamente com a data, hora e número de munições requeridas.

3 – Verificando-se a legalidade do processo de identificação compete ao agente do paiol retirar do cofre respectivo a arma e da secção respectiva as munições e por via de sistema de gaveta giratória procede ao acto de alvorada e à sua entrega ao portador, bem como das munições correspondentes.

4 - Compete ao portador encaminhar-se para a sala de habilitação sempre que a arma exija o procedimento de montagem ou directamente para o local da realização do acto de esforço individual no caso das carreiras de tiro ou colectivo no caso das reservas de caça ou das reservas de tiro ao prato e zelar pelo rigoroso cumprimento dos procedimentos e normas de segurança inerentes à própria arma e à sua própria segurança e dos cidadãos que com o mesmo exerçam o acto de esforço.

5 - O acto de municiar a arma está restrito apenas e só ao momento do acto de esforço a realizar tendo presente a abrangência global de cidadãos que com o portador da arma partilhem o mesmo acto.

6 – Após a realização do acto de esforço compete ao portador encaminhar-se para a sala de habilitação que contem produtos próprios de limpeza de modo e forma a proceder à sua conservação e à sua desmontagem sempre que a mesma o exija e procede ao acto do ocaso devolvendo a mesma ao paiol juntamente com as munições disparadas sempre que envoltas de invólucro e das munições não utilizadas no acto de esforço realizado.

7 – O agente do paiol recolhe a arma e munições por via da gaveta giratória, regista no programa informático a hora da sua entrega e o número de munições disparadas e devolvidas, processa o talão das munições usadas e entrega-o ao titular para que efectue o pagamento na armaria comercial correspondente do local do acto de esforço realizado e recolhe a arma ao respectivo cofre e as munições usadas e devolvidas à respectiva secção.

8 - Sempre que se verifique anomalias e divergências no acto de identificação do titular compete ao agente respectivo a apreensão no imediato momento dos mesmos documentos de modo e forma a proceder à averiguação e confirmação dos dados envoltos da anomalia verificada, podendo existir ou não lugar a uma acção judicial.

ARTIGO QUARTO – PROCESSAMENTO DE ACESSO AOS PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DAS ARMAS NOS GINÁSIOS.

1 – O processamento de acesso aos produtos oriundos das actividades das armas nos ginásios envoltos das modalidades federadas com produtos oriundos das actividades das armas inicia-se com o acto de alvorada dos instrutores no levantar as armas do paiol respectivo e no delegar a responsabilidade das mesmas aos respectivos atletas federados para a sua detenção, uso e porte.

2 – Compete a cada um atleta no acto de delegação de responsabilidade e até à sua devolução zelar pelo rigoroso cumprimento dos procedimentos e normas de segurança inerentes à própria arma e à sua própria segurança e dos demais atletas que com o mesmo exerçam a prática do acto de esforço.

3 – Após a realização do acto de esforço compete ao instrutor a recolha dos produtos oriundos das actividades das armas dos atletas e o consequente acto do ocaso na colocação das mesmas no respectivo paiol.

ARTIGO QUINTO – PROCESSAMENTO DE ACESSO AOS PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES NOS LOCAIS DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL.

1 – O processamento de acesso aos produtos oriundos das actividades das armas e das munições nos locais de exercício profissional inicia-se com o acto de alvorada dos portadores de licença de arma correspondente no levantar os produtos oriundos das actividades das armas e das munições do paiol respectivo.

2 – Compete ao portador da licença correspondente e até ao momento do ocaso, zelar pelo rigoroso cumprimento dos procedimentos e normas de segurança inerentes à própria arma e munições e à sua própria segurança e dos demais cidadãos envoltos dos locais de realização da actividade profissional e da prática do acto de esforço.

3 – Após a realização do acto de esforço compete ao portador da licença o acto do ocaso e a recolha e colocação da arma e das munições no respectivo paiol.

ARTIGO SEXTO – ESTADO DE EMERGÊNCIA E ESTADO DE SÍTIO.

1 - Sempre que em caso de estado de emergência ou estado de sítio declarado por SUAS MAJESTADES e pelos órgãos de soberania competentes se compreenda a exigência de um reforço das medidas adicionais de segurança e de ordem em prol da defesa da integridade soberana portuguesa, das populações ou dos haveres patrimoniais da comunidade, compete aos paiol de armas e munições de cada uma reserva de caça, reserva de tiro ao prato e carreiras de tiro, bem como aos instrutores dos ginásios envolto das modalidades federadas com produtos oriundos das actividades das armas e aos portadores da licença de arma para o exercício de actividades profissionais, proceder ao acto da nobreza entregar as armas juntamente com as munições correspondentes aos seus proprietários ou atletas, sob a declaração de orgulho, honra e pátria, lealdade e fidelidade a SUAS MAJESTADES, aos órgãos de soberania portugueses e ao nobre povo português, no cumprir o respeito, responsabilidade e compromisso da missão delegada e de as devolver aos paiol respectivos ou aos instrutores nos três dias seguintes após o termino do período pelo qual se invocou a sua detenção, uso e porte pelos portadores na via pública.

2 – Compete aos respectivos paióis das reservas de caça, reservas de tiro ao prato, carreiras de tiro e instrutores dos ginásios proceder ao registo de saída das armas e das munições entregues e a data da sua devolução e munições devolvidas.

3 – Poderá em caso de estado de emergência ou de estado de sitio a titulo excepcional o proprietário de livretes de manifesto que detenham produtos oriundos das actividades das armas e das munições e que não os usem para fazer face à missão a cumprir e sobre a sua responsabilidade, delegar a posse dos mesmos produtos em terceiros da sua respectiva confiança, devidamente identificados pelos paióis de armas e munições respectivos, sob a declaração de orgulho, honra e pátria, lealdade e fidelidade a SUAS MAJESTADES, aos órgãos de soberania portugueses e ao nobre povo português no cumprir o respeito, responsabilidade e compromisso da missão delegada e de os devolver aos paióis respectivos ou aos instrutores nos três dias seguintes após o termino do período pelo qual se invocou a sua detenção, uso e porte pelos portadores na via pública.

4 – As munições serão atribuídas com base no rigoroso cumprir a equidade de munições em existência em cada um paiol de armas e munições por todos os portadores de livrete de manifesto e do respectivo requerimento face às necessidades em uso e utilização no cumprir a responsabilidade da missão.

ARTIGO SÉTIMO – LOGÍSTICA.

1 – Compete a cada um paiol de armas e munições das reservas de caça, das reservas de tiro ao prato e das carreiras de tiro remeter à correspondente armaria comercial do local dos actos de esforço realizados a relação dos talões emitidos relativos às munições usadas nos actos de esforço em cada um dia e proceder à relação das existências de munições inerentes ao pleno abastecimento e funcionamento do paiol.

CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO – TRÁFICO, BRANQUEAMENTO E OUTRAS INFRACÇÕES.

ARTIGO PRIMEIRO – TRÁFICO E OUTRAS ACTIVIDADES ILÍCITAS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que sem se encontrar dotado das licenças e autorizações obrigatórias para o exercício das actividades constantes do presente diploma, produzir, fabricar, preparar, oferecer, puser à venda, vender, distribuir, comprar, ceder, por qualquer título receber, proporcionar a outrem, transportar, importar, exportar, introduzir, expedir, fizer transitar ou ilicitamente detiver, com excepção da detenção de uma arma e respectivas munições registada ou não registada, manifestada ou não manifestada e homologada nos termos da lei, actividades das armas ou das munições, ou produtos ou serviços prestados oriundos das mesmas actividades; ou

2 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que agindo de má-fé e contrariando a integridade do processo de licenciamento, certificação e autorização concedidos para o exercício de actividades constantes do presente diploma:

- a) O deturpe, deforme e use para fins que não os propostos no respectivo alvará;
- b) Produzir ou fabricar actividades das armas e das munições em uso e utilização no consumo das famílias e dos sectores de actividade económicos destas dependentes, bem como produzir ou fabricar produtos ou serviços prestados oriundos das mesmas actividades diferentes do que consta do título de autorização;
- c) Não proceder nos termos da lei à identificação e respectiva marca de origem nos produtos resultantes do exercício da sua actividade;
- d) Reparar arma não manifestada e sem acompanhar o respectivo livrete de manifesto;
- e) Deturpar e adulterar modos, métodos e técnicas em uso e utilização na produção ou fabrico de actividades das armas e das munições em uso e utilização no consumo das famílias e dos sectores de actividade económicos destas dependentes, bem como na produção ou fabrico de produtos ou serviços prestados oriundos das mesmas actividades;
- f) Não denunciar na íntegra os montantes totais das quantidades obtidas no exercício da sua actividade económica, seja industrial ou comercial;
- g) Não transferir o total das quantidades do produto obtido no exercício da sua actividade para o arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa;

h) Substituir responsável ou elemento da equipa técnica em exercício, bem como transferir zona de produção ou fabrico, instalação, sem comunicar ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa no prazo de cinco dias a manutenção da autorização concedida; ou

i) Ceder, introduzir ou diligenciar por que outrem introduza no mercado de consumo actividades das armas ou das munições, ou produtos ou serviços prestados oriundos das mesmas actividades;

É punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

4 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática do crime, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais.

5 – A punição pelos crimes previstos nos números anteriores é exercida mesmo que os factos que integram a infracção tenham sido praticados fora do espaço territorial português, ou que se ignore o local da prática do facto ou a identidade dos seus autores.

6 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SEGUNDO – MATÉRIAS-PRIMAS.

1 – A todos os produtores, fabricantes, importadores, introdutores, exportadores, expedidores, comerciantes ou distribuidores de matérias-primas em uso e utilização em actividades constantes do presente diploma, é exigido com o máximo rigor e integridade a comunicação em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa até ao dia 5 do mês seguinte do inventário pormenorizado em termos quantitativos e qualitativos dos bens materiais, bem como o nome e número de contribuinte de todos os cidadãos e entidades requerentes.

2 - Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que contrariando o processo de licenciamento, certificação e autorização obrigatório, possua, detenha, produza, fabrique, comercialize, importe, introduza, exporte, expeda, transporte ou distribua à margem da lei, matérias-primas em uso e utilização em actividades constantes do presente diploma ou que não remeta nos tempos correctos o inventário das existências ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos, pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas e se a matéria-prima for proibida no seu uso, utilização e consumo;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

4 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática do crime, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais.

5 – A punição pelos crimes previstos nos números anteriores é exercida mesmo que os factos que integram a infracção tenham sido praticados fora do espaço territorial português, ou que se ignore o local da prática do facto ou a identidade dos seus autores.

ARTIGO TERCEIRO – MATÉRIAS SUBSIDIÁRIAS.

1 – A todos os produtores, fabricantes, importadores, introdutores, exportadores, expedidores, comerciantes ou distribuidores de matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma, é exigido com o máximo rigor e integridade a comunicação em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa até ao dia 5 do mês seguinte do inventário pormenorizado em termos quantitativos e qualitativos dos bens materiais, bem como o nome e número de contribuinte de todos os cidadãos e entidades requerentes.

2 - Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que contrariando o processo de licenciamento, certificação e autorização obrigatório, possua, detenha,

produza, fabrique, comercialize, importe, introduza, exporte, expeda, transporte ou distribua à margem da lei, matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma ou que não remeta nos tempos correctos o inventário das existências ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos, pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas e se a matéria subsidiária for proibida no seu uso, utilização e consumo;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

4 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática do crime, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais.

5 – A punição pelos crimes previstos nos números anteriores é exercida mesmo que os factos que integram a infracção tenham sido praticados fora do espaço territorial português, ou que se ignore o local da prática do facto ou a identidade dos seus autores.

ARTIGO QUARTO – PERCURSORES.

1 – A todos os produtores, fabricantes, importadores, introdutores, exportadores, expedidores, comerciantes ou distribuidores de equipamentos, máquinas, instrumentos,

ferramentas e acessórios susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma, é exigido com o máximo rigor e integridade a comunicação em uníssonos ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa até ao dia 5 do mês seguinte do inventário pormenorizado em termos quantitativos e qualitativos dos bens materiais, bem como o nome e número de contribuinte de todos os cidadãos e entidades requerentes.

2 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que contrariando o processo de licenciamento, certificação e autorização obrigatório, possua, detenha, produza, fabrique, comercialize, importe, introduza, exporte, expeda, transporte ou distribua à margem da lei, equipamentos, máquinas, instrumentos, ferramentas e acessórios susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma ou que não remeta nos tempos correctos o inventário das existências ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos, pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas e se o percursor for proibido no seu uso, utilização e consumo;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

4 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática do crime, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais.

5 – A punição pelos crimes previstos nos números anteriores é exercida mesmo que os factos que integram a infracção tenham sido praticados fora do espaço territorial português, ou que se ignore o local da prática do facto ou a identidade dos seus autores.

ARTIGO QUINTO – DETENÇÃO, USO E PORTE DE ARMA ILEGAL.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que deter, usar e portar uma arma e respectivas munições constantes do presente diploma, registada ou não registada, manifestada ou não manifestada, homologada nos termos da lei:

a) Fora dos locais restritos e específicos da realização do acto de esforço, do domicílio de exposição ou do local do exercício profissional respectivo da licença;

b) Sem a respectiva licença de detenção, uso e porte e o livrete de manifesto ou declaração de empréstimo correspondente nos termos da lei;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 7 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

d. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

e. Com um dia de pausa mensal;

f. Com uma alimentação a pão e água;

g. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

4 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

- b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SEXTO – ABUSO DO EXERCÍCIO DE PROFISSÃO.

1 – Todo o armeiro responsável pelas armarias comerciais ou auxiliar de armeiro comercial, que na sua ausência ou impedimento exerça as funções inerentes e que:

a) Vender produto oriundo das actividades das armas ou das munições sem verificar e registar os dados e elementos referentes à licença de detenção, uso e porte de arma e munições e declaração de aquisição exigidos nos termos da lei para a sua venda;

b) Vender produto oriundo das actividades das armas ou das munições a cidadão envolto da cassação ou caducidade da respectiva licença de detenção, uso e porte de arma;

c) Vender produto oriundo das actividades das armas ou das munições a cidadão sem a respectiva declaração de aquisição ou com a declaração de aquisição prescrita;

d) Vender produto oriundo das actividades das armas ou das munições diferente da que consta da declaração de aquisição;

e) Vender produto oriundo das actividades das armas ou das munições a cidadão com aparente anomalia psíquica;

f) Vender ou entregar produto oriundo das actividades das armas ou das munições constante do presente diploma fora das condições de conservação, segurança e controlo exigidos nos termos da lei;

g) Fornecer produto oriundo das actividades das armas ou das munições constante do presente diploma proibido no seu uso, utilização e consumo;

h) Não corresponder às obrigações constantes do presente diploma em uníssonos para com o ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e para com o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa; ou

i) Não comunicar no prazo de vinte e quatro horas após o conhecimento do facto, o extravio, subtracção e deterioração de produtos oriundos das actividades das armas ou das munições, bem como de declarações de aquisição, impressos, documentos, registos, certificados, licenças, alvarás ou autorizações, ao órgão de soberania jurídico da sua área de circunscrição geográfica e em uníssonos ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SÉTIMO – ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que promover, fundar ou financiar grupo, organização ou associação de dois ou mais cidadãos, que actuando concertadamente, vise praticar algum dos crimes previstos no presente diploma;

2 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que prestar colaboração directa ou indirecta, aderir ou apoiar grupo, organização ou associação referida no número anterior;

3 – Todo o cidadão que chefiar, liderar ou dirigir grupo, organização ou associação referida no número 1; ou

4 - Se o grupo, organização ou associação tiver como finalidade ou actividades a conversão, transferência, dissimulação ou receptação de bens materiais ou produtos dos crimes previstos no presente diploma;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

5 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

6 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática do crime, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais.

7 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e a água;
- h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO OITAVO – INCITAMENTO AO USO E UTILIZAÇÃO DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES.

1 – Todo o cidadão que induzir, incitar ou instigar outrem, em público ou em privado ou por qualquer modo facultar o uso e utilização ilícito de actividades das armas ou das munições ou de produtos ou serviços prestados oriundos das mesmas actividades, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo for praticado em prejuízo de cidadão com aparente perturbação psíquica, em cidadão menor de 18 anos ou em cidadão ao seu cuidado, tratamento, vigilância, guarda ou educação, ou se agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO NONO – TRÁFICO, USO E UTILIZAÇÃO ILÍCITO EM ESPAÇOS PÚBLICOS OU PRIVADOS.

1 – Todo o proprietário, gerente, director ou demais responsável pela exploração de um espaço, propriedade ou recinto público ou privado que consentir que o mesmo seja utilizado para tráfico, uso ou utilização ilícito de actividades das armas ou das munições, ou de produtos ou serviços prestados oriundos das mesmas actividades; ou

2 – Todo o proprietário ou responsável por habitação, edifício, recinto vedado ou meio de transporte que consentir que o mesmo seja utilizado para tráfico, uso ou utilização ilícito de actividades das armas ou das munições, ou de produtos ou serviços prestados oriundos das mesmas actividades;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo for praticado por cidadão com aparente perturbação psíquica, por cidadão menor de 18 anos ou por cidadão ao seu cuidado, tratamento, vigilância, guarda ou educação, ou se agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

4 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

5 – Verificado o facto é instaurado o respectivo processo criminal e deliberado na sentença judicial pelo encerramento temporário ou definitivo do espaço ou pela perda do imóvel ou meio de transporte para o estado.

ARTIGO DÉCIMO – DESOBEDIÊNCIA QUALIFICADA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que se opuser, obstruir ou dificultar os actos de fiscalização realizados por autoridade de fiscalização competente, depois de advertido das consequências jurídicas do seu acto ou se recusar e negar a exhibir certificados, documentos, autorizações, licenças, declarações, informações ou produtos da actividade em exercício constantes do presente diploma, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS COLECTIVAS OU EQUIPARADAS.

1 – As pessoas colectivas e entidades equiparadas são responsáveis nos termos gerais, pelos crimes constantes do presente diploma.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – REPATRIAMENTO DE ESTRANGEIROS E ENCERRAMENTO DE ESTABELECIMENTO.

1 – Todo o cidadão, empresa ou instituição estrangeira com residência ou sede no espaço territorial português, condenado ou condenada pelos crimes constantes do presente diploma, serão no imediato repatriados para os seus estados de origem após cumprida em espaço territorial português a sentença condenatória, bem como será encerrado no imediato momento da sentença o respectivo estabelecimento e toda a sua actividade económica ou institucional, sendo considerado perdido a favor do estado todo o bem imóvel e todos os bens materiais em uso e utilização no exercício da respectiva actividade.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PERDA DE OBJECTOS.

1 – São declarados perdidos a favor do estado os objectos que tiverem servido ou estivessem destinados a servir para a prática de um dos crimes previstos no presente diploma ou que pelos mesmos actos tiverem sido produzidos.

2 – Todo o produto oriundo das actividades das armas ou das munições obtido por via de actos ilícitos, é sempre declarado perdido a favor do estado.

3 – O disposto nos números anteriores têm lugar ainda que nenhum cidadão ou entidade possa ser punido ou punida pelo facto.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – BENS MATERIAIS OU DIREITOS RELACIONADOS COM O FACTO.

1 – É perdido a favor do estado:

a) Toda a recompensa dada ou prometida aos autores de uma infracção prevista no presente diploma, para o próprio ou para terceiros;

b) Os bens materiais, direitos e vantagens que através da infracção cometida, tiverem sido directamente adquiridos pelo autor, para si ou para terceiros, sem prejuízo dos direitos de boa-fé de terceiros; ou

c) Os bens materiais, direitos e vantagens obtidos mediante transacção ou troca por outros bens materiais, direitos ou vantagens directamente conseguidos por meio da infracção.

2 – Caso a recompensa, bem material, direito ou vantagem referidos no número anterior não puder ser apropriado em espécie, a perda é substituída pelo pagamento ao estado do respectivo valor.

3 – Estão compreendidos neste artigo, imóveis, meios de transporte, móveis, electrodomésticos com excepção do frigorífico e do fogão, depósitos bancários à ordem e a prazo, títulos de garantia, débito e crédito, jóias, obras de arte e demais bens de fortuna.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DEFESA DE DIREITOS DE BOA-FÉ DE TERCEIROS.

1 – Todo o terceiro que invocar a titularidade de bem material, direito ou vantagem, quando o mesmo sujeito a apreensão ou a medidas legalmente previstas aplicada a arguido por infracção constante do presente diploma, pode deduzir no processo a defesa dos seus direitos, através de requerimento em que alegue a sua boa-fé, indicando todos os elementos de prova.

2 – Entende-se por boa-fé a inocência de que os objectos estivessem nas situações previstas no artigo 13º, do presente capítulo.

3 – Ao requerimento a que se refere o número 1, é declarada a autorização do terceiro para que o órgão de soberania jurídico responsável pelo respectivo acto processual possa consultar os elementos pessoais e familiares que entenda necessário, preciso e exigido ao apuramento da veracidade da boa-fé constante, nomeadamente dados fiscais, sociais, notariais, financeiros e da área jogo, competindo ao respectivo órgão de soberania jurídico de forma célere e no mais curto espaço de tempo deduzir oposição.

4 – Realizadas as diligências necessárias, precisas e exigidas, o órgão de soberania jurídico decide.

5 – Se face à titularidade dos bens materiais, direitos ou vantagens a questão se revelar complexa ou susceptível de causar perturbação ao normal processamento dos actos processuais, pode o juiz determinar o adiamento da decisão até ao rigoroso apuramento da veracidade da sua propriedade.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – BENS TRANSFORMADOS, CONVERTIDOS OU MISTURADOS.

1 – Se as recompensas, bens materiais, direitos ou vantagens tiverem sido transformados ou convertidos em outros bens materiais, são estes perdidos a favor do estado, em substituição dos que lhe deram origem.

2 – Se as recompensas, bens materiais, direitos ou vantagens tiverem sido misturados com bens lícitamente adquiridos, são estes perdidos a favor do estado até à proporção do valor estimado dos que foram ilícitamente misturados.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – LUCROS E OUTROS BENEFÍCIOS.

1 – O disposto nos artigos 13º ao 16º, do presente capítulo é também aplicável aos juros, lucros, dividendos e outros benefícios obtidos por via dos bens nos mesmos referidos.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – DESTINO DOS BENS DECLARADOS PERDIDOS A FAVOR DO ESTADO.

1 – As recompensas, bens materiais, direitos ou vantagens declarados perdidos a favor do estado, reverterem para o órgão de soberania jurídico envolto do respectivo acto processual, constando da relação de receitas adquiridas no exercício da sua actividade jurídica.

2 – Os bens materiais considerados perdidos a favor do estado, são analisados, quantificados e qualificados de modo e forma à sua venda em hasta pública, sendo os bens materiais que pela sua natureza ou característica, possam vir a ser utilizados na prática de crimes ou infracções à lei, destruídos no caso de não oferecerem quaisquer interesses criminalístico, científico ou didáctico.

3 – Na falta de convenção internacional, os bens materiais apreendidos a solicitação de estado estrangeiro ou os fundos provenientes da sua venda, são repartidos equitativamente entre o estado requerente e o estado requerido.

TÍTULO SEGUNDO – CICLO ECONÓMICO.

CAPÍTULO PRIMEIRO – PRODUÇÃO E FABRICO.

ARTIGO PRIMEIRO – PRODUÇÃO E FABRICO.

1 - Todo o cidadão ou entidade que pretenda autorização para produzir ou fabricar actividades das armas e das munições e produtos oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma, para fins de uso e utilização na realização de actos venatórios, de gestão cinegética, de práticas recreativas, de provas desportivas, de exercício de actividades profissionais, de ornamentação, de treino pessoal, industriais, didácticos e de investigação científica, deve requerê-la em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, até ao dia 31 de Outubro do ano antecedente ao do exercício da autorização requerida.

2 – Do pedido de autorização deverá constar:

- a) A ficha técnica discriminada de todos os profissionais administrativos, de secretaria e da produção em exercício na actividade requerida e as suas respectivas qualificações e funções a exercer;
- b) A completa identificação fiscal e social;
- c) A completa identificação e endereço do produtor ou fabricante ou produtores ou fabricantes, na hipótese de não ser o próprio;
- d) Localização, área e planta topográfica das infra-estruturas destinadas à produção ou ao fabrico, ao depósito das substâncias produzidas ou fabricadas ou destinadas ao fabrico e do local de depósito após o processo de produção ou fabrico antes de ser remetido ao arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa ou levantadas por a mesma força para o seu depósito no paiol respectivo;
- e) Designação da actividade das armas ou das munições ou do produto oriundo das mesmas actividades constante do presente diploma a produzir ou fabricar;
- f) Modos, métodos e técnicas de produção ou fabrico em uso;
- g) Natureza e quantidades de actividades das armas ou das munições ou de produtos oriundos das mesmas actividades, bem como de percussores, matérias-primas e matérias subsidiárias em uso e utilização no processo;

h) Quantidade provável do produto a produzir ou a fabricar, sua aplicação e destino.

3 – Quer a autorização da actividade das armas ou das munições ou do produto oriundo das mesmas actividades se reveja de um regime especial de controlo previsto nas convenções ratificadas por Portugal ou não, ou se destine a quaisquer fins, é da competência do órgão de soberania militar da respectiva área de circunscrição exercer as funções de controlo, defesa e protecção nos termos da lei, bem como observar as demais leis previstas nas convenções.

4 – A autorização para a produção ou fabrico é válida para a aquisição de actividades das armas e das munições e de produtos oriundos das mesmas actividades em uso e utilização nas actividades constantes do presente diploma, bem como de precursores, matérias-primas e matérias subsidiárias inerentes à sua produção, armazenagem e venda dos produtos obtidos, desde que se efectue a cidadão ou entidades autorizados ou autorizadas.

5 – A autorização para o exercício da actividade de produção ou fabrico, independentemente dos fins a que se destinam, só poderá ser passada se o requerente e todo o seu quadro técnico demonstrarem o domínio dos modos, métodos e técnicas apropriados de produção ou fabrico de modo a impedir o emprego abusivo dos produtos, a produção de efeitos nefastos e a possibilidade prática da sua recuperação.

6 – No despacho que conceder a autorização a um cidadão ou entidade a produzir ou fabricar actividades das armas ou das munições ou produtos oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma, são fixadas as condições que permitam em unísono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa impedir a acumulação de actividades das armas e das munições e de produtos oriundos das mesmas actividades em quantidades superiores às necessidades do reino de Portugal e ao cumprir os acordos comerciais com os estados soberanos constituintes do império português e com os estados soberanos terceiros, bem como ao normal e regular funcionamento do cidadão ou entidade requerente.

7 – O acto de entrada e saída de actividades das armas e das munições e de produtos oriundos das mesmas actividades, bem como de matérias-primas e matérias subsidiárias envolvidos da actividade de produção e fabrico, é registado em registo informático de controlo correspondente nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título, bem como a actividade de produção ou fabrico, nomeadamente a montagem é registado em registo informático de controlo de produção e fabrico e montagem correspondente nos termos dos artigos 3º e 4º, do capítulo quarto, do presente título.

8 – Nos armazéns que o armeiro possua é obrigatório o registo informático de controlo de entradas e saídas.

ARTIGO SEGUNDO – ENTIDADES DAS ARMAS.

1 – As entidades das armas estão compreendidas em todo o espaço territorial português regional e nos termos do presente diploma, comercializam e transaccionam

actividades das armas e produtos oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma compreendidos nas tabelas II e IV do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, sob medidas de segurança decretadas nos termos do licenciamento do exercício da actividade pelos órgãos de soberania policiais.

2 – O acto de entrada e saída de actividades das armas e de produtos oriundos das mesmas actividades é registado em registo informático de controlo de mercadorias nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título.

3 – O acto comercial é registado no registo central de facturação das entidades das armas portuguesas respectivo, devendo constar do registo:

- a) A identificação da entidade das armas respectiva, localidade, número de identificação fiscal, a hora e a data da transacção;
- b) A identificação completa do consumidor;
- c) O número de contribuinte;
- d) A designação do produto e quantidades comercializadas.

4 – A forma de pagamento das transacções comerciais operadas realizar-se-ão por via de transferência bancária, ou de cartão de débito ou crédito de cada um consumidor de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

ARTIGO TERCEIRO – ENTIDADES DAS MUNIÇÕES.

1 – As entidades das munições estão compreendidas em todo o espaço territorial português regional e nos termos do presente diploma, comercializam e transaccionam actividades das munições e produtos oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma compreendidos nas tabelas III e IV do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, sob medidas de segurança decretadas nos termos do licenciamento do exercício da actividade pelos órgãos de soberania policiais.

2 – O acto de entrada e saída de actividades das munições e de produtos oriundos das mesmas actividades é registado em registo informático de controlo de mercadorias nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título.

3 – O acto comercial é registado no registo central de facturação das entidades das munições portuguesas respectivo, devendo constar do registo:

- a) A identificação da entidade das munições respectiva, localidade, número de identificação fiscal, a hora e a data da transacção;
- b) A identificação completa do consumidor;
- c) O número de contribuinte;
- d) A designação do produto e quantidades comercializadas.

4 – A forma de pagamento das transacções comerciais operadas realizar-se-ão por via de transferência bancária, ou de cartão de débito ou crédito de cada um consumidor de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

ARTIGO QUARTO – ENTIDADES DOS ACESSÓRIOS E DOS UTENSÍLIOS DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES.

1 – As entidades dos acessórios e dos utensílios das armas e das munições estão compreendidas em todo o espaço territorial português regional e nos termos do presente diploma, comercializam e transaccionam actividades das armas e das munições e produtos oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma compreendidos nas tabelas II a IV do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, sob medidas de segurança decretadas nos termos do licenciamento do exercício da actividade pelos órgãos de soberania policiais.

2 – O acto de entrada e saída de actividades das armas e das munições e de produtos oriundos das mesmas actividades é registado em registo informático de controlo de mercadorias nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título.

3 – O acto comercial é registado no registo central de facturação das entidades dos acessórios e dos utensílios das armas e das munições portuguesas respectivo, devendo constar do registo:

- a) A identificação da entidade dos acessórios ou dos utensílios das armas e das munições respectiva, localidade, número de identificação fiscal, a hora e a data da transacção;
- b) A identificação completa do consumidor;
- c) O número de contribuinte;
- d) A designação do produto e quantidades comercializadas.

4 – A forma de pagamento das transacções comerciais operadas realizar-se-ão por via de transferência bancária, ou de cartão de débito ou crédito de cada um consumidor de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

ARTIGO QUINTO – PRODUTO FINAL.

1 – A quantidade total obtida em todo o processo de produção e fabrico é guardada em armazém e remetido sobre fortes medidas de segurança para o arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa de modo a precaver a sua deterioração e extravio, sendo comunicado por parte do cidadão ou entidade no mesmo momento em uníssonos ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa o respectivo inventário das mercadorias produzidas ou fabricadas e transferidas.

2 – Sempre que as áreas presidenciais do desporto, da saúde, da indústria, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais,

da extracção e dos minerais, humana, natural, universal, da segurança, da ordem e da justiça determinarem mediante portaria conjunta, proibir a produção ou fabrico de actividade das armas ou das munições ou produto oriundo das mesmas actividades constante do presente diploma, será ordenado no imediato momento a proibição ou destruição de toda a actividade das armas ou das munições ou produto oriundo das mesmas actividades respectivo, competindo ao estado indemnizar os cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas à sua produção ou fabrico, pelos respectivos encargos da sua acção, caducando no imediato momento a autorização concedida.

ARTIGO SEXTO – QUOTAS DE PRODUÇÃO E FABRICO.

1 – Compete em uníssonos ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, até ao mês de Julho e atendendo aos compromissos internos, imperiais portugueses e internacionais afirmados e de acordo com as leis decorrentes das convenções, estabelecer as quantias de actividades das armas e das munições e de produtos oriundos das mesmas actividades que podem ser produzidos ou fabricados no decurso do próximo ano de exercício, bem como das matérias-primas e matérias subsidiárias em uso e utilização nas actividades constantes do presente diploma a ser produzidas ou fabricadas no decurso do próximo ano de exercício.

2 – As quantidades estabelecidas podem no decurso do próprio ano de exercício a que corresponde a autorização concedida serem aumentadas, reduzidas ou excluídas, competindo em uníssonos ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa proceder ao aumento ou redução de forma equitativa por todos os produtores ou fabricantes.

3 – A fixação de quotas, bem como todas as alterações relativas às mesmas serão publicadas, divulgadas e difundidas nos meios de comunicação da CASA IMPERIAL PORTUGUESA.

4 – A proibição e exclusão de produção ou fabrico de actividades das armas e das munições e de produtos oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma obrigam ao número 2 do artigo anterior.

ARTIGO SÉTIMO – PROIBIÇÃO DE AMOSTRAS.

1 – São proibidos nos termos da lei com a excepção da amostra remetida por via do órgão de soberania militar da respectiva área de circunscrição geográfica ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, as amostras do produto obtido no exercício das actividades constantes do presente diploma, remetidas a quaisquer cidadãos ou entidades.

ARTIGO OITAVO – AVALIAÇÃO DO PROCESSO.

1 – Compete ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa acompanhar e avaliar o processo de

produção e fabrico dos cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas a exercer actividades constantes do presente diploma.

ARTIGO NONO – PERITAGEM DO PRODUTO FINAL.

1 – Compete em unísono às reais forças armadas portuguesa e à guarda real portuguesa a peritagem e análise de todos os produtos finais obtidos no processo de produção e fabrico dos cidadãos e das entidades autorizados ou autorizadas a exercer actividades constantes do presente diploma, de modo e forma à sua avaliação técnica, discriminação rigorosa da sua composição e responsabilidades face aos actos a cumprir, solicitando a cooperação e colaboração das entidades públicas e privadas licenciadas, autorizadas e habilitadas para a realização de testes, exames e experiências científicas com os mesmos produtos.

ARTIGO DÉCIMO – PROCESSAMENTO DO CICLO ECONÓMICO PRODUTIVO.

1 – O ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa em unísono com o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa procedem à autorização de produção e fabrico de actividades das armas e das munições e de produtos oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma.

2 – Os produtores e fabricantes remetem por correio electrónico em unísono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa o inventário pormenorizado, dos percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias específicas exigidas ao exercício da actividade e o local exacto do seu depósito, indicando os fornecedores e as quantidades respectivas.

3 - O ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa em unísono com o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa procedem à respectiva autorização de início de actividade discriminativa dos mesmos produtos e fornecedores, sendo a mesma autorização remetida por correio electrónico ao arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa.

4 – As reais forças armadas portuguesa no imediato momento comunicam por correio electrónico aos respectivos fornecedores dos produtos requeridos a emissão da factura em triplicado dos respectivos produtos.

5 – O fornecedor elabora a factura de forma rigorosa e remete ao arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa por via do órgão de soberania militar da área de circunscrição respectiva em duplicado, ficando com uma factura devidamente assinada e identificada com o número do bilhete de identificação civil e militar do responsável pelo seu transporte.

6 - Após a recepção da factura compete ao arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa proceder à transferência dos produtos em existência no arsenal de armas e munições sempre que os mesmos existam ou à transferência dos domicílios dos fornecedores para o respectivo local de destino mencionado de armazenamento,

produção ou fabrico do produtor ou fabricante, deixando na mesma uma factura assinada e identificada com o número do bilhete de identificação civil e militar do responsável pelo seu transporte e trazendo a outra para o arsenal de armas e munições devidamente assinada e identificada com o número do bilhete de identificação do responsável do destinatário da factura.

7 – Compete ao produtor ou fabricante após a recepção dos produtos e da factura respectiva o pagamento integral no prazo de três dias ao fornecedor por via de transferência bancária, devendo para o efeito o fornecedor proceder na factura à inscrição do respectivo número de identificação financeiro.

8 – O produtor ou fabricante emite a guia de remessa discriminada do produto final obtido no acto de produção e fabrico e remete-a por via do órgão de soberania militar da área de circunscrição respectiva juntamente com o respectivo produto obtido, para o arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa.

9 – Os produtores e fabricantes em exercício de actividades constantes do presente diploma, remetem por correio electrónico em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa o inventário respectivo de reposição de existências discriminada dos produtos a adquirir.

10 - O ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa em uníssono com o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa procedem à respectiva autorização de reposição de existências discriminativa dos mesmos produtos, sendo a mesma autorização remetida por correio electrónico ao arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa.

11 – Repetindo-se o processamento do ciclo económico produtivo ininterrupto a partir do número 4 e seguintes números.

12 – Compete ao arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa, ao fornecedor e ao cliente conservar as respectivas facturas por um período de dez anos.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – FORNECIMENTOS ESPECÍFICOS.

1 – O ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa em uníssono com o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa podem autorizar para além das armarias comerciais, de produção e fabrico o fornecimento de produtos oriundos das actividades das armas e das munições a entidades públicas ou privadas, reconhecidamente idóneos e integras, para fins didácticos e de investigação científica ou ensino, devendo o pedido ser subscrito pelo responsável pela entidade, mencionando o fim a que se destina.

2 – No pedido deve ser indicado o responsável pela guarda, conservação e protecção do produto, o qual deverá afirmar a sua total responsabilidade, devendo ser descritas as condições de segurança do mesmo produto.

3 – O produto detido não pode exceder as quantidades indispensáveis para a prossecução dos fins autorizados.

4 – Após a conclusão dos fins observados, deverá o produto ser remetido em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa para que procedam à sua colocação no mercado de consumo ou caso o mesmo se encontre deteriorado ou adulterado à respectiva destruição nos termos do número 6 do artigo 6º, do capítulo segundo, do título terceiro.

5 – O fornecimento de produtos oriundos das actividades das armas e das munições para outros fins que não os mencionados no presente diploma, obriga-se nos termos da lei às normas constantes do presente diploma.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CONTRIBUIÇÃO PARA AS REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA E A GUARDA REAL PORTUGUESA.

1 – A todos os produtores, fabricantes e prestadores de serviços autorizados nos termos da lei a exercer actividades constantes do presente diploma, compete até ao dia 31 de Janeiro, a contribuição anual para as reais forças armadas portuguesa de 10% do total da facturação do ano de exercício anterior e de 10% do total da facturação do ano de exercício anterior para a guarda real portuguesa, pelos serviços prestados de defesa, protecção, segurança, transporte, comércio e embalamento das infra-estruturas e produtos inerentes ao exercício da actividade económica.

CAPÍTULO SEGUNDO – COMÉRCIO E SERVIÇOS.

ARTIGO PRIMEIRO – ARMEIROS COMERCIAIS.

1 – Os armeiros comerciais do reino de Portugal serão mil seiscientos e cinquenta correspondendo cada um a cada reserva de caça, reserva de tiro ao prato e carreira de tiro, sitas em cada um município, que nos termos do presente diploma, comercializam e transaccionam para além dos produtos de venda livre, produtos oriundos das actividades das armas e das munições homologados nos termos da lei com excepção dos produtos compreendidos na classe A, sob fortes medidas de segurança.

2 – O acto de entrada e saída de produtos oriundos das actividades das armas e das munições é registado em registo informático de controlo de mercadorias nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título, bem como é obrigatório o mesmo registo nos armazéns que o armeiro possua.

3 – O acto comercial é registado no registo central de facturação das armarias comerciais portuguesas, devendo constar do registo:

- a) A identificação da armaria comercial respectiva, localidade, número de identificação fiscal, a hora e a data da transacção;
- b) A identificação completa do comprador e o número do cartão de identidade respectivo;

c) Número de licença de detenção, uso e porte de arma e munições, validade e entidade emitente;

d) Número da declaração de aquisição de arma e munições, validade e entidade emitente;

e) Nome do produtor ou fabricante;

f) A classe, o número, modelo, calibre e número de série de produção ou fabrico das armas, ou o tipo de munição, acessório ou utensílio,

g) As quantidades comercializadas.

4 – A forma de pagamento das transacções comerciais operadas realizar-se-ão por via de cartão de débito ou crédito de cada um comprador de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

ARTIGO SEGUNDO – SERVIÇOS PRESTADOS.

1 - Todo o cidadão ou entidade que pretenda autorização para prestar serviços de manutenção, conservação, reparação, restauro e de outros serviços prestados das armas e das munições constantes do presente diploma para fins de uso e utilização na realização de actos venatórios, de gestão cinegética, de práticas recreativas, de provas desportivas, de exercício de actividades profissionais, de ornamentação, de treino pessoal, industriais, didácticos e de investigação científica, deve requerê-la em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, até ao dia 31 de Outubro do ano antecedente ao do exercício da autorização requerida.

2 – Do pedido de autorização deverá constar:

a) A ficha técnica discriminada de todos os profissionais administrativos, de secretariado e da produção em exercício na actividade requerida e as suas respectivas qualificações e funções a exercer;

b) A completa identificação fiscal e social;

c) A completa identificação e endereço do prestador de serviços ou prestadores de serviços, na hipótese de não ser o próprio;

d) A localização, área e planta topográfica das infra-estruturas de prestação de serviços e de estacionamento dos transportes;

e) A designação dos serviços a prestar;

f) Os modos, métodos e técnicas de prestação dos serviços em uso;

g) A previsão do número de serviços prestados a efectuar durante o ano, sua aplicação e destino;

h) A identificação dos transportes em uso.

3 – Quer a autorização do serviço prestado se reveja de um regime especial de controlo previsto nas convenções ratificadas por Portugal ou não, ou se destine a quaisquer fins, é da competência do órgão de soberania militar da respectiva área de circunscrição exercer as funções de controlo, defesa e protecção nos termos da lei, bem como observar as demais leis previstas nas convenções.

4 – A autorização para a prestação de serviços constantes do presente diploma, é válida para a aquisição de percussores e de produtos inerentes ao próprio exercício da actividade e à comercialização dos serviços prestados, desde que se efectue a cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas.

5 – A autorização para o exercício da actividade prestadora de serviços, independentemente dos fins a que se destinam, só poderá ser passada se o requerente e todo o seu quadro técnico demonstrarem o domínio dos modos, métodos e técnicas apropriados de prestação do serviço de modo a impedir a deterioração ou adulteração da qualidade do serviço a prestar.

6 – No despacho que conceder a autorização a um cidadão ou entidade a prestar serviços constantes do presente diploma, são fixadas as condições que permitam ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa impedir a acumulação de prestadores de serviços em quantidades superiores às necessidades do reino de Portugal e ao cumprir os acordos comerciais imperiais portugueses com os estados soberanos constituintes do império português e os acordos comerciais internacionais com o mundo, bem como ao normal e regular funcionamento do cidadão ou entidade requerente.

7 – O acto de entrada e saída dos produtos em uso e utilização nas actividades de prestação de serviços constantes do presente diploma, é registado em registo informático de controlo correspondente nos termos dos artigos 2º e 5º, do capítulo quarto, do presente título.

8 – Sempre que as áreas presidenciais do desporto, da saúde, da indústria, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais, da extracção e dos minerais, humana, natural, universal, da segurança, da ordem e da justiça determinarem mediante portaria conjunta, proibir a prestação de serviços dos quais possam resultar modos, métodos, técnicas ou produtos indesejáveis, será ordenado no imediato momento a proibição dos mesmos serviços, competindo ao estado indemnizar os cidadãos ou entidades prestadores ou prestadoras dos mesmos serviços, pelos respectivos encargos da sua acção, caducando no imediato momento a autorização concedida.

ARTIGO TERCEIRO – PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES PARA MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO OU RESTAURO.

1 – Os produtos oriundos das actividades das armas e das munições para manutenção, conservação, reparação e restauro são transferidos pelas reais forças

armadas portuguesa sobre fortes medidas de segurança do paiol do seu depósito ou domicílio respectivo para o prestador de serviços.

2 – Os produtos referidos no número anterior são após o momento do serviço prestado transferidos pelas reais forças armadas portuguesa sobre fortes medidas de segurança para o órgão de soberania policial da área de circunscrição do prestador de serviços para se processar à correspondente peritagem pela guarda real portuguesa e pelas reais forças armadas portuguesa, sendo transferidos após a validação da peritagem para o paiol de depósito ou domicílio respectivo.

ARTIGO QUARTO – PRODUTORES E FABRICANTES.

1 – Nos termos do presente diploma a comercialização e a transacção dos produtos constantes do presente diploma, entre produtores e fabricantes, obriga-se aos termos do artigo 10º, do capítulo primeiro, do presente título, sendo o seu fornecimento às armarias comerciais ou outras entidades, processado nos termos do artigo seguinte.

ARTIGO QUINTO – PROCESSAMENTO DO CICLO ECONÓMICO COMERCIAL.

1 – O ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa em uníssono com o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa procedem à autorização para o exercício comercial de produtos e serviços prestados oriundos das actividades das armas e das munições constantes do presente diploma.

2 – Os comerciantes e prestadores de serviços remetem por correio electrónico em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa o inventário pormenorizado das mercadorias específicas exigidas ao exercício da actividade e o local exacto do seu depósito, indicando os fornecedores e as quantidades respectivas.

3 - O ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa em uníssono com o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa procedem à respectiva autorização de início de actividade discriminativa dos mesmos produtos e fornecedores, sendo a mesma autorização remetida por correio electrónico ao arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa.

4 – O arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa no imediato momento comunica por correio electrónico aos respectivos produtores ou fabricantes dos produtos requeridos a emissão da factura em triplicado dos respectivos produtos.

5 – O produtor ou fabricante elabora a factura de forma rigorosa e remete ao arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa por via do órgão de soberania militar da área de circunscrição respectiva o original e o duplicado, ficando com o triplicado da factura devidamente assinada e identificada com o número do bilhete de identificação civil e militar do responsável pelo seu transporte.

6 - Após a recepção da factura compete ao arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa proceder à transferência dos produtos em existência no arsenal de armas e munições para a respectiva entidade comercial, deixando na mesma o original da factura assinada e identificada com o número do bilhete de identificação civil e militar do responsável pelo seu transporte e trazendo o duplicado para o arsenal de armas e munições devidamente assinada e identificada com o número do bilhete de identificação do responsável do destinatário da factura.

7 – Compete ao comerciante ou prestador de serviços após a recepção dos produtos e da factura respectiva o pagamento integral no prazo de três dias ao fornecedor por via de transferência bancária, devendo para o efeito o fornecedor proceder na factura à inscrição do respectivo número de identificação financeiro.

8 – Os comerciantes e prestadores de serviços em exercício de actividades constantes do presente diploma, remetem por correio electrónico em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa o inventário respectivo de reposição de existências discriminada dos produtos a adquirir.

9 - O ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa em uníssono com o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa procedem à respectiva autorização de reposição de existências discriminativa dos mesmos produtos, sendo a mesma autorização remetida por correio electrónico ao arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa.

10 – Repetindo-se o processamento do ciclo económico comercial ininterrupto a partir do número 4) do presente artigo e seguintes números.

11 – Compete ao arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa, ao fornecedor e ao cliente conservar as respectivas facturas por um período de dez anos.

12 – A transferência de munições do arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa para as armarias comerciais nos termos do número 6, são depositadas no paiol de armas e munições da reserva de caça, reserva de tiro ao prato ou carreira de tiro respectiva da armaria comercial, sendo confirmadas as quantidades pelos agentes do paiol respectivo.

ARTIGO SEXTO – PROCESSAMENTO DE ARMA OU MUNIÇÃO PARA MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO OU RESTAURO.

1 – Nos termos do artigo anterior, o prestador de serviços processa a factura em triplicado discriminada da arma ou munição para manutenção, conservação, reparação ou restauro emitida em nome do proprietário do livrete de manifesto da arma ou munição respectiva.

2 – O prestador de serviços fica com uma factura devidamente assinada e identificada com o número e bilhete de identificação civil e militar do responsável das

reais forças armadas portuguesa pelo seu transporte para o órgão de soberania policial da área de circunscrição respectiva do serviço prestado para que se processe à sua peritagem nos termos da lei.

3 – Após a validação da peritagem a arma ou munição será transferida para o seu local de depósito do acto de esforço e entregue ao seu proprietário uma factura devidamente assinada e identificada com o número e bilhete de identificação civil e militar do responsável das reais forças armadas portuguesa pelo seu transporte.

4 – A terceira factura é remetida pelo órgão de soberania militar envolto do processo de entrega da factura ao seu proprietário, devidamente assinada e identificada com o número do bilhete de identificação do proprietário para o arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa para que se processe ao averbamento da sua reparação ao manifesto da arma.

5 – Compete ao respectivo proprietário da arma ou da munição proceder após a sua recepção e da factura respectiva ao pagamento integral no prazo de três dias ao prestador de serviços por via de transferência bancária, devendo para o efeito o fornecedor proceder na factura à inscrição do respectivo número de identificação financeiro.

CAPÍTULO TERCEIRO – IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, INTRODUÇÃO, EXPEDIÇÃO E TRÂNSITO.

ARTIGO PRIMEIRO – IMPORTAÇÃO E INTRODUÇÃO.

1 – As necessidades de importação ou de introdução de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, serão requeridas atempadamente pelo arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa mediante a observação da escassez do produto para as exigências a médio prazo, tendo em conta a sua comercialização pelos cidadãos ou entidades envolvidos ou envolvidas das autorizações nos termos da lei para o exercício das actividades constantes do presente diploma ou por via da autorização de início de actividade ou da autorização de reposição de existências, quando se verificar a não existência do produto respectivo em armazém, para o fazer face ao compromisso afirmado para com o cidadão ou entidade requerente.

2 - As necessidades de importação ou de introdução de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, são comunicadas por via da declaração de importação do arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa de modo e forma ao seu provimento.

3 – A declaração de importação é enviada aos ministérios da segurança, da ordem, da caça, da agricultura e dos vegetais, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e

dos animais, da extracção e dos minerais e da indústria respectivo, sendo nomeado pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa um técnico respectivo das reais forças armadas portuguesa e da guarda real portuguesa para que em colaboração com os ministros respectivo avalizarem o mercado fornecedor imperial português e internacional do mesmo produto ou serviço, a sua proveniência em termos de estado soberano, a quantidade, qualidade e estado de conservação do produto ou a eficiência do serviço a acordar e o preço respectivo, tendo presente a previsão das necessidades de consumo internas do mesmo produto ou serviço exigidas ao longo do ano e os termos da importação.

ARTIGO SEGUNDO – EXPORTAÇÃO E EXPEDIÇÃO.

1 – As necessidades de exportação ou expedição de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como de percursoros, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, serão comunicadas por via da declaração de exportação pelo arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, sempre que analisarem um excesso de excedentes em armazém ou de prestadores de serviços no fazer face às responsabilidades internas do reino de Portugal para o respectivo ano de exercício e tendo presente a deterioração dos produtos ao longo do tempo.

2 – Sendo a mesma declaração analisada e confirmado o excesso de excedentes do respectivo produto ou de prestadores de serviços e enviada em uníssono aos ministérios da segurança, da ordem, da caça, da agricultura e dos vegetais, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da extracção e dos minerais e da indústria respectivo, sendo nomeado pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa um técnico respectivo das reais forças armadas portuguesa e da guarda real portuguesa, para em colaboração com os ministros respectivos avalizarem o mercado importador imperial português e internacional do mesmo produto ou serviço, a sua proveniência em termos de estado soberano, a quantidade, qualidade e estado de conservação do produto ou a eficiência do serviço a acordar e o preço respectivo, tendo presente a previsão dos excedentes de produção internas do mesmo produto ou serviço ao longo do ano e os termos da exportação.

ARTIGO TERCEIRO – DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO E DECLARAÇÃO DE EXPORTAÇÃO.

1 – Da declaração de importação e da declaração de exportação devem constar:

a) Designação da actividade das armas ou das munições, ou produto ou serviço prestado oriundo das mesmas actividades, respectiva classe, modelo ou tipo, características do produto ou serviço e a indicação de os produtos oriundos das actividades das armas ou das munições terem sido sujeitas ao controlo de conformidade, ou nome do precursor, da matéria-prima ou matéria subsidiária;

- b) Quantidades a importar, introduzir, exportar ou expedir;
- c) Nome do Importador, introdutor, exportador ou expedidor, número de identificação fiscal, endereço, número, validade e entidade emitente do alvará de autorização para o exercício da actividade a realizar, número, validade e entidade emitente da licença dos requerentes;
- d) Período para a realização da operação de importação, introdução, exportação ou expedição;
- e) Sempre que for requerido a importação ou introdução de um produto de entidade específica deve ser mencionado a identificação da entidade de produção ou fabrico ou da prestação do serviço e o estado soberano em que está registada.

ARTIGO QUARTO – ACORDO COMERCIAL.

1 – O acordo comercial celebrado na realização de operações de importação, introdução, exportação ou expedição dos produtos constantes do presente diploma, deve ser realizado por via diplomática pelo ministro da segurança, da ordem, da caça, da indústria, da agricultura e dos vegetais, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais e da extracção e dos minerais com os órgãos de soberania dos estados soberanos envolvidos dos mesmos acordos comerciais, sendo autorizados aos importadores, introdutores, exportadores ou expedidores a realização da operação, sob fortes medidas de segurança.

2 – Da concessão da autorização de importação, introdução, exportação ou expedição, para além dos dados constantes da declaração de importação e da declaração de exportação, deverão incluir:

- a) Os dados de identificação do fornecedor no caso de importação ou introdução, ou do cliente no caso de exportação ou expedição, o número fiscal do respectivo estado soberano, número, validade e entidade emitente do alvará de autorização para o exercício da actividade realizada e o número, validade e entidade emitente da licença respectiva;
- b) Meio de transporte responsável pelo transporte da mercadoria, número, validade e entidade emitente da autorização para o exercício da actividade e condições de conservação do produto durante o transporte;
- c) O local de embarque e desembarque das mercadorias;
- d) Medidas de segurança envolvidas da operação;
- e) Condições de facturação e prazos de pagamento, sendo a forma de pagamento acordada, a transferência bancária entre as instituições financeiras dos estados soberanos intervenientes na operação.

ARTIGO QUINTO – PERITAGEM DOS PRODUTOS IMPORTADOS, INTRODUZIDOS, EXPORTADOS E EXPEDIDOS.

1 – Compete à direcção geral das alfândegas proceder no imediato momento do desalfandegamento de produtos constantes do presente diploma à comunicação em uníssonos ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa do facto, de modo a que os mesmos remetam no imediato momento os técnicos exigidos a proceder à peritagem do produto respectivo, procedendo-se após o desembarque à sua transferência imediata para o arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa, sobre fortes medidas de segurança.

2 – A peritagem efectua-se num prazo máximo de cinco dias após a sua solicitação e destina-se a conferir veracidade à operação a realizar e a verificar se os artigos declarados para importação ou introdução e sempre que exigido para exportação ou expedição, estão em conformidade com o previsto no presente diploma.

3 – A abertura de volumes e selos nas estâncias alfandegárias de produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes do presente diploma só pode ser efectuada na presença de peritos das reais forças armadas portuguesa e da guarda real portuguesa, mediante a apresentação da declaração aduaneira acompanhada de todos os documentos exigidos à sua verificação.

4 – Sempre que na sequência da peritagem se verifique a adulteração dos produtos constantes da respectiva autorização e se classifiquem os produtos oriundos das actividades das armas e das munições como sendo da classe A, de cariz militar e policial, o processo de atribuição da autorização para a importação, exportação, introdução, expedição, trânsito ou transbordo é encerrado, sendo imediatamente apreendidas as mercadorias constantes da respectiva transacção comercial diplomática perpetrada e declaradas as mercadorias perdidas a favor do estado não havendo lugar a quaisquer pagamentos ou indemnizações e sendo movido a respectiva instauração do processo de notificação internacional ao abrigo do disposto na legislação própria aplicável, no âmbito dos ministérios da segurança.

ARTIGO SEXTO – EXPORTAÇÃO OU EXPEDIÇÃO PROIBIDA.

1 – É proibida a exportação ou expedição de produtos constantes do presente diploma destinada a um destinatário diferente do que foi indicado no acordo comercial celebrado e constante da respectiva autorização.

2 – Sempre que a exportação ou expedição for dirigida a entreposto aduaneiro, o governo do estado soberano importador deve certificar na autorização o consentimento do facto, mencionando na autorização o entreposto aduaneiro como seu destino.

3 – Todo o cidadão ou entidade exportador ou expedidor deve proceder de modo e forma a que se torne impossível abrir os volumes sem quebrar o selo de segurança.

ARTIGO SÉTIMO – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE IMPORTAÇÃO, INTRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO E EXPEDIÇÃO.

1 – Os cidadãos nacionais regressados do exterior após ausência superior a um ano e os cidadãos externos que pretendam fixar residência no espaço territorial português

podem ser autorizados a importar ou introduzir os seus produtos oriundos das actividades das armas ou das munições constantes do presente diploma com excepção dos compreendidos na classe A, estando obrigados à prova da respectiva licença de detenção, uso e porte de arma e munições da classe respectiva.

2 – A autorização prevista no número anterior pode em casos devidamente justificados e fundamentados, ser concedida em uníssono pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, a cidadãos portugueses regressados do exterior, antes de decorrido um ano.

3 – Quando o produto oriundo das actividades das armas ou das munições se destine a exportação ou expedição o requerimento deve ser acompanhado da respectiva cópia da licença de detenção, uso e porte de arma e munições e do livrete de manifesto da arma correspondente, devendo mencionar a classe, a marca, o modelo, calibre, número de série de fabrico, demais características do produto oriundo das actividades das armas ou das munições e a indicação de a arma ou munição ter sido sujeita a controlo de conformidade.

4 – Compete em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa previamente à concessão da respectiva autorização de exportação ou expedição solicitar em uníssono aos sectores ministeriais da segurança, da ordem e da caça parecer relativo aos procedimentos legais de importação do estado soberano ao qual o produto oriundo das actividades das armas ou das munições se destina.

5 – O parecer previsto no número anterior é vinculativo, sendo remetido em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, competindo aos respectivos ministérios a celeridade exigida à emissão do mesmo.

6 – Só podem ser admitidos em espaço territorial português os produtos oriundos das actividades das armas ou das munições homologados nos termos da lei.

ARTIGO OITAVO – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A IMPORTAÇÃO, INTRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO E EXPEDIÇÃO TEMPORÁRIA.

1 – O ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa em uníssono com o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa podem emitir autorização prévia para a importação, introdução, exportação e expedição temporária de produtos oriundos das actividades das armas ou das munições constantes do presente diploma destinados:

- a) À prática de actos venatórios e competições desportivas;
- b) As feiras e certames da especialidade, agrícolas ou de coleccionadores, exposições, mostruários e demonstrações;
- c) À alteração ou reparação dos mesmos produtos oriundos das actividades das armas e das munições.

ARTIGO NONO – PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA.

1 – O requerimento para a concessão de autorização prévia de importação, introdução, exportação ou expedição ou para a concessão de autorização prévia de importação, introdução, exportação e expedição temporária, deve ser requerida pelos proprietários e pelos armeiros, agentes comerciais ou entidades que promovam as iniciativas referidas no artigo anterior, em uníssono ao MARECHAL das reais forças armadas portuguesa e ao MARECHAL da guarda real portuguesa, devendo constar:

- a) O nome do proprietário, armeiro, agente comercial ou entidade respectiva do requerimento;
- b) O número, validade e entidade emitente da licença, número, validade e entidade emitente do alvará ou número de contribuinte e domicílio do agente comercial ou entidade requerente;
- c) A justificação da concessão da autorização prévia;
- d) A descrição dos produtos a importar, introduzir, exportar ou expedir, nomeadamente a classe ou tipo, modelo, calibre e demais características dos produtos oriundos das actividades das armas ou das munições;
- e) Quantidades relativas à importação, introdução, exportação ou expedição;
- f) A sua proveniência em termos de estado soberano;
- g) O prazo de permanência ou ausência do espaço territorial português;
- h) As medidas de segurança a adoptar na realização do acto de importação, introdução, exportação ou expedição;
- i) A indicação de os produtos oriundos das actividades das armas ou das munições terem sido sujeitos ao controlo de conformidade.

2 – A autorização prévia é válida pelo prazo de 183 dias, sendo prorrogável por um único período de 30 dias.

ARTIGO DÉCIMO – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE TRÂNSITO E TRANSBORDO.

1 - O pedido de autorização de trânsito ou transbordo no espaço territorial português de produtos oriundos das actividades das armas ou das munições, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, deve ser acompanhado das respectivas autorizações de importação e exportação emitidas pelos estados soberanos envolvidos da origem e do destino das mercadorias, bem como da autorização respectiva do meio de transporte, emitida pela autoridade do estado soberano exportador para a realização da operação.

2 – O pedido de mudança de destino das mercadorias para outro estado soberano que não o do destino inicial, obriga a uma imediata apreensão do meio de transporte envolto do seu transporte e da mercadoria constante do mesmo, sendo preciso para o desembargo da situação a autorização rectificativa passada pelo estado soberano exportador.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DESPACHO DE ARMAS E MUNIÇÕES PARA DIPLOMATAS E ACOMPANHANTES DE MISSÕES OFICIAIS.

1 – Carecem de autorização em uníssono do ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e do ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, a entrada e a circulação em espaço territorial português, bem como a saída de produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes do presente diploma para uso, porte e transporte por elementos de forças e serviços de segurança e ordem de outros estados soberanos, de missões acreditadas junto do estado português ou de outras missões de carácter diplomático ao abrigo dos acordos internacionais entre estados soberanos, em missão oficial em Portugal ou em trânsito de ou para estados soberanos do império português ou terceiros, estando dispensadas de formalidades alfandegárias,

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – OUTROS CONDICIONALISMOS.

1 – De acordo com as convenções internacionais ratificadas por Portugal e por diploma próprio, podem ser impostos outros condicionalismos ou restrições relativamente à importação, introdução, exportação, expedição, trânsito ou transbordo de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma.

CAPÍTULO QUARTO – REGISTOS INFORMÁTICOS DE CONTROLO.

ARTIGO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES COMUNS.

1 – Os registos informáticos de controlo previstos no presente capítulo são aprovados em uníssono pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e pelo ESTADO- MAIOR da guarda real portuguesa, contendo o termo de abertura e o do encerramento.

2 – Os registos não conterão espaços em branco, entrelinhas, rasuras ou emendas não ressalvadas e são elaborados por ordem cronológica, com numeração sequencial.

3 – As entidades autorizadas a produzir, fabricar ou comercializar os produtos constantes do presente diploma, conservaram os registos informáticos por um período de vinte anos, a contar do último lançamento.

4 – Os registos são controlados pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa.

5 – O registo informático procederá de forma íntegra e digna à fidedignidade e segurança dos dados constantes.

6 – Os registos podem ser remetidos ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa através de transmissão electrónica de dados, de acordo com os requisitos a definir em uníssono pelos próprios ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa.

ARTIGO SEGUNDO – REGISTO DE ENTRADAS E SAÍDAS.

1 – Todos os cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas a exercer actividades constantes do presente diploma, bem como o arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa, devem registar em cada um ano de exercício de acordo com o artigo anterior, todas as entradas e saídas:

- a) De actividades das armas e das munições e de produtos oriundos das mesmas actividades envolvidos do exercício da actividade comercial, no respectivo registo informático – mercadorias;
- b) De actividades das armas e das munições e de produtos oriundos das mesmas actividades envolvidos do exercício da actividade produtora ou industrial, no respectivo registo informático – matérias-primas;
- c) De matérias subsidiárias exigidas ao exercício da correspondente actividade, no respectivo registo informático – matérias subsidiárias.

2 – Do respectivo registo deve constar

- a) A data, o nome do fornecedor ou cliente respectivo, a designação do produto, e o nome do produtor ou fabricante, bem como a classe, o número, modelo, calibre e número de série ou o tipo, ou da matéria-prima ou matéria subsidiária e as quantidades respectivas da aquisição ou venda;
- b) Número, validade e entidade emitente da licença ou alvará;
- c) Número, validade e entidade emitente da declaração de aquisição.

3 – O registo informático deve ser aberto com data do dia 1 de Janeiro de cada ano e encerrado no dia 31 de Dezembro do ano respectivo.

4 – No encerramento de cada um ano de exercício deverá constar as quantidades dos produtos comprados e vendidos, por classe ou tipo e a referência por classe ou tipo das existências em armazém disponíveis para o ano de exercício seguinte.

5 – Todos os cidadãos ou entidades obrigados ou obrigadas aos livros de registo informático entradas e saídas devem remeter até ao dia 31 de Janeiro do ano seguinte ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa os dados constantes dos mesmos relativos ao ano transacto.

6 – O arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa regista também a entrada de produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes do presente diploma para destruição, bem como a sua designação, quantidades dos produtos e a data da sua destruição.

ARTIGO TERCEIRO – REGISTO DE ENTRADA E DE SAÍDA DO CICLO DE PRODUÇÃO E FABRICO.

1 – Sem prejuízo do disposto para a montagem nos termos do artigo seguinte, todos os cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas a produzir ou fabricar produtos oriundos das actividades das armas ou das munições, deverão possuir o registo informático – produção e fabrico, para registarem nos mesmos a respectiva quantidade de matérias-primas e matérias subsidiárias entradas em cada um processo de produção ou fabrico e as quantidades do produto obtido com o mesmo processo.

2 – No registo informático de produção e fabrico deve constar a identificação completa do produto, a proveniência das matérias-primas e matérias subsidiárias, com indicação da data de entrada do registo informático matérias-primas ou matérias subsidiárias correspondente, as quantidades utilizadas, a data de entrada na secção de produção ou fabrico, as quantidades do produto obtido e o respectivo número de série de produção ou fabrico.

3 – O registo informático deve ser aberto com data do dia 1 de Janeiro de cada ano e encerrado no dia 31 de Dezembro do ano respectivo.

4 – No encerramento de cada um ano de exercício deverá constar as quantidades de matérias-primas e matérias subsidiárias entradas no processo de produção ou fabrico e as quantidades de produtos obtidos com o mesmo.

5 – Todos os cidadãos ou entidades obrigados ou obrigadas ao livro de registo informático produção e fabrico, devem remeter até ao dia 31 de Janeiro do ano seguinte ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa os dados constantes dos mesmos relativos ao ano transacto.

ARTIGO QUARTO – REGISTO DE ENTRADA E DE SAÍDA DO CICLO DE MONTAGEM.

1 – Todos os cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas a produzir ou fabricar por montagem produtos oriundos das actividades das armas ou das munições, deverão possuir o registo informático – montagem, para registarem nos mesmos a respectiva quantidade de matérias-primas e matérias subsidiárias entradas em cada um processo de montagem e as quantidades do produto obtido com o mesmo processo.

2 – No registo informático de montagem deve constar a identificação completa do produto, a proveniência das matérias-primas e matérias subsidiárias, com indicação da data de entrada do registo informático matérias-primas ou matérias subsidiárias correspondente, as quantidades utilizadas, a data de entrada na secção de montagem, as quantidades do produto obtido e o respectivo número de série de produção ou fabrico.

3 – O registo informático deve ser aberto com data do dia 1 de Janeiro de cada ano e encerrado no dia 31 de Dezembro do ano respectivo.

4 – No encerramento de cada um ano de exercício deverá constar as quantidades de matérias-primas e matérias subsidiárias entradas no processo de produção ou fabrico e as quantidades de produtos obtidos com o mesmo.

5 – Todos os cidadãos ou entidades obrigados ou obrigadas ao livro de registo informático montagem, devem remeter até ao dia 31 de Janeiro do ano seguinte ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa os dados constantes dos mesmos relativos ao ano transacto.

ARTIGO QUINTO – REGISTO DE ENTRADA E DE SAÍDA DO CICLO DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO E RESTAURO.

1 – Todos os cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas a exercer serviços prestados de manutenção, conservação, reparação ou restauro das armas e das munições, deverão possuir o registo informático – reparação, para registarem nos mesmos a respectiva quantidade de matérias-primas e matérias subsidiárias entradas em cada um processo de manutenção, conservação, reparação ou restauro e as quantidades do produto obtido com o mesmo processo.

2 – No registo informático de reparação deve constar a identificação completa do produto, a proveniência das matérias-primas e matérias subsidiárias, com indicação da data de entrada do registo informático matérias-primas ou matérias subsidiárias correspondente, as quantidades utilizadas, as quantidades do produto obtido e a data de entrada e saída da secção de manutenção, conservação, reparação ou restauro.

3 – O registo informático deve ser aberto com data do dia 1 de Janeiro de cada ano e encerrado no dia 31 de Dezembro do ano respectivo.

4 – No encerramento de cada um ano de exercício deverá constar as quantidades de matérias-primas e matérias subsidiárias entradas no processo de manutenção, conservação, reparação ou restauro e as quantidades de produtos obtidos com o mesmo.

5 – Todos os cidadãos ou entidades obrigados ou obrigadas ao livro de registo informático reparação, devem remeter até ao dia 31 de Janeiro do ano seguinte ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa os dados constantes dos mesmos relativos ao ano transacto.

ARTIGO SEXTO – SUBTRACÇÃO, EXTRAVIO E INUTILIZAÇÃO DE REGISTOS.

1 – A subtracção, o extravio e a inutilização dos registos informáticos são no imediato momento do conhecimento dos factos, comunicados pela entidade respectiva ao órgão de soberania jurídico da respectiva área de circunscrição geográfica, que accionará no imediato as autoridades judiciais, para a sua investigação, devendo todos os

funcionários da entidade respectiva e responsáveis administrativos prestar a plena e total colaboração para o apuramento da veracidade do processo e do seu autor ou autores morais, bem como comunicar em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa o mesmo facto indicando com todo o pormenor possível a descrição dos factos, os registo informáticos em falta e fornecendo todos os elementos de prova que possuir.

ARTIGO SÉTIMO – REGISTO DAS EXISTÊNCIAS.

1 – Compete ao arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa até ao dia 31 de Janeiro de cada ano, remeter ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa um inventário pormenorizado das existências de produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes no arsenal de armas e munições relativos à data de 31 de Dezembro do ano transacto, mencionando a designação dos produtos constantes por classe ou tipo e as respectivas quantidades, sublinhando a designação e respectivas quantidades de mercadorias importadas e exportadas.

2 – Compete a todos os cidadãos ou entidades envolvidos ou envolvidas do exercício das actividades constantes do presente diploma, até ao dia 31 de Março de cada ano, apresentar a declaração de rendimentos individuais ou colectivos referentes ao exercício da actividade aos órgãos de soberania fiscais e remeter um inventário pormenorizado das existências de matérias-primas e matérias subsidiárias constantes em armazém, à data de 31 de Dezembro do ano transacto, bem como a previsão das quantidades a produzir, fabricar ou comercializar para o presente ano de exercício, em formulário próprio disponibilizado pelos órgãos de soberania fiscais, devidamente preenchido e assinado pelo responsável da autorização respectiva.

3 – Compete aos órgãos de soberania fiscais remeter a mesma informação depois de devidamente averiguada a integridade de todo o processo fiscal relativos aos cidadãos, entidades e profissionais no exercício da actividade, ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa.

4 – Os registos a que se refere o presente artigo devem ser conservados pelo prazo de vinte anos.

CAPÍTULO QUINTO – PUBLICIDADE, SEGURANÇA, ESTOJOS, EMBALAMENTO, CONSERVAÇÃO E FOLHETO INFORMATIVO.

ARTIGO PRIMEIRO – PROIBIÇÃO DE PUBLICIDADE.

1 – É proibida nos termos da lei a publicidade respeitante a actividades das armas e das munições e produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma, com excepção das publicações técnicas ou suportes de informação destinados exclusivamente a produtores, fabricantes, comerciantes e prestadores de serviços e da divulgação em meios da especialidade, feiras e certames das

armas e das munições, agrícolas ou de caça e provas desportivas, bem como as publicações relativas à sua venda em leilão organizados e promovidos pela guarda real portuguesa nos termos da lei.

ARTIGO SEGUNDO – SEGURANÇA, ESTOJOS, CARTEIRAS DE MUNIÇÕES, EMBALAMENTO E CONSERVAÇÃO.

1 – O ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa fixam em uníssono os materiais e as características dos estojos de segurança das armas produzidas e fabricadas no reino de Portugal e as respectivas medidas de segurança a adoptar na abertura dos mesmos estojos, fixam os materiais e as características das carteiras que contêm as munições e das embalagens de produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes do presente diploma, bem como fixam as normas de segurança, conservação, higiene e de transporte dos produtos.

2 – Nos estojos de segurança das armas tem que obrigatoriamente mencionar o nome do produtor ou fabricante e o estado soberano de origem.

3 – As carteiras que contêm as munições produzidas ou fabricadas, comercializadas e utilizadas no reino de Portugal têm que ser marcadas, tendo obrigatoriamente que mencionar o nome do produtor ou fabricante e o estado soberano de origem, tipo de munição, calibre e o número de identificação da série.

4 – As embalagens dos produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes do presente diploma têm que obrigatoriamente mencionar o nome do produtor ou fabricante, estado soberano de origem, designação do produto e a classe de portador de arma e munições a quem se destina.

ARTIGO TERCEIRO – FOLHETO INFORMATIVO.

1 – O folheto informativo que acompanha o produto oriundo das actividades das armas e das munições constantes do presente diploma tem que obrigatoriamente mencionar a designação do produto, a classe ou o tipo, a data e entidades responsáveis pela peritagem e exame balístico sempre que o produto ao mesmo obrigue, bem como entidade responsável pelo controlo de qualidade e certificação, a finalidade a que se destina, a composição material, a quantidade do produto respectivo, denominação comum internacional sempre que a exista, normas de detenção, uso, utilização, conservação e segurança respectivas, para além de outras menções obrigatórias sempre que existam disposições legais que às mesmas obriguem.

CAPÍTULO SEXTO – RESPONSABILIDADE CRIMINAL.

ARTIGO PRIMEIRO – ACTO PROCESSUAL JURÍDICO.

1 – A violação das obrigações legais impostas nos termos da lei, por parte dos cidadãos ou entidades envoltos ou envoltas do exercício das actividades constantes do presente diploma, é passível de acto de processo-crime, podendo o mesmo ditar pela prorrogação, renovação ou suspensão das licenças, alvarás e respectivas autorizações, por tempo determinado ou pela dissolução sempre que em definitivo.

ARTIGO SEGUNDO – PROCEDIMENTO JURÍDICO.

1 – Aos cidadãos ou entidades a exercer actividades constantes do presente diploma que incorram em actos de processo-crime relativos às mesmas actividades, podem-lhes no imediato momento da sua condenação ser confiscado e considerado perdido a favor do estado todo o immobilizado, existências e outros bens materiais inerentes ao exercício da actividade respectiva.

ARTIGO TERCEIRO – IMPORTAÇÃO, INTRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO E EXPEDIÇÃO ILÍCITAS.

1 – Todo o cidadão ou entidade que adulterar e violar o disposto nos artigos 1º ao 4º e nos artigos 7º ao 10º, do capítulo terceiro, do presente título, correspondente ao processo de importação, exportação, introdução, expedição, trânsito e transbordo de produtos constantes do presente diploma e da autorização prévia, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO QUARTO – EXERCÍCIO ILEGAL DE ACTIVIDADES SUJEITAS A AUTORIZAÇÃO.

1 – Todo o cidadão ou entidade que nos termos do disposto no capítulo nono, do título primeiro:

a) Sendo titular de alvará para a gestão e exploração de reserva de caça, reserva de tiro ao prato ou carreira de tiro, se encontrar a exercer a actividade em violação das normas legais para o exercício da mesma actividade;

b) Não sendo titular de alvará para a gestão e exploração de reserva de caça, reserva de tiro ao prato ou carreira de tiro se encontrar a exercer a actividade; ou

2 – Todo o cidadão ou entidade que:

a) Não estando autorizado em uníssonos pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, organize uma manifestação teatral ou cultural, mostra, feira ou certame, exposição, leilão ou outro género de iniciativa aberta ao público nos termos do disposto no artigo 9º, do capítulo primeiro, do título terceiro, onde sejam usados e utilizados produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes do presente diploma;

b) Exercer comércio electrónico nos termos do disposto no artigo 5º, do capítulo sétimo, do título primeiro, de produtos oriundos das actividades das armas e das munições, compreendidos na classe A;

c) Exercer comércio electrónico em violação do disposto no artigo 5º, do capítulo sétimo, do título primeiro;

é punido,

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

4 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO QUINTO – REBELDIA.

1 – Todo o cidadão que tendo sido declarado por SUAS MAJESTADES e pelos órgãos de soberania competentes o termino do período de estado de sítio ou do estado de emergência correspondente e que tendo na sua posse e detenção arma ou munições constantes do presente diploma, persistir na sua posse, insurgir ou se recusar a devolver nos três dias seguintes ao termino os mesmos produtos ao local respectivo do seu depósito nos termos do disposto no artigo 5º, do capítulo décimo, do título primeiro, é punido pelo crime de detenção, uso e porte de arma ilegal.

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SEXTO – SEGURANÇA, ESTOJOS, EMBALAMENTO, CONSERVAÇÃO E FOLHETOS INFORMATIVOS.

1 – Todo o cidadão ou entidade autorizado ou autorizada ao exercício das actividades constantes do presente diploma, que não observar as condições de segurança, dos estojos, das carteiras de munições, embalagem, conservação, higiene e transporte dos produtos, bem como dos folhetos informativos estabelecidas nos termos do disposto no capítulo quinto, do presente título, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes envoltos do processo; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO SÉTIMO – ELEMENTOS ERRADOS.

1 – Todo o cidadão ou entidade que requerer o alvará de armeiro ou a manutenção do alvará para o exercício das actividades constantes do presente diploma nos termos do disposto nos artigos 4º e 6º, do capítulo segundo, do título primeiro e do artigo 1º, do capítulo primeiro e do artigo 2º, do capítulo segundo, do presente título, com elementos e dados falsos ou incorrectos, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Todo o cidadão ou entidade que requerer a licença de detenção, uso e porte de arma e munições nos termos do disposto no artigo 6º, do capítulo quarto, a declaração de aquisição de arma e munições nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo quinto ou o livrete de manifesto de arma nos termos do disposto no capítulo oitavo, do título primeiro, com elementos e dados falsos ou incorrectos, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

4 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO OITAVO – LICENÇA E AUTORIZAÇÃO.

1 – Todo o responsável administrativo por:

a) Entidade envolta no processo de licenciamento dos cidadãos ou entidades a exercer actividades constantes do presente diploma, que não proceder em termos técnicos à plenitude das responsabilidades exigidas e à idoneidade e integridade de todo o processo de licenciamento nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo segundo, do título primeiro, procedendo à emissão de pareceres falsos e deturpados; ou

b) A concessão do alvará em uníssonos pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa que ocultando parecer negativo de entidade envolta do licenciamento de um processo de autorização para o exercício de actividades constantes do presente diploma nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo segundo, do título primeiro, emitir a respectiva autorização;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO NONO – QUEBRA DE COOPERAÇÃO.

1 – Todo o responsável administrativo de entidade envolta das competências de autorização, fiscalização e controlo dos cidadãos e entidades autorizados ou autorizadas ao exercício de actividades constantes do presente diploma, que não cooperarem com as demais entidades para a integridade e fidedignidade de todo o processo nos termos do disposto no artigo 3º, do capítulo terceiro, do título primeiro, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO – INICIO DE ACTIVIDADE.

1 – Todo o responsável administrativo pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, que tendo sido emitida a respectiva autorização do exercício das actividades constantes do presente diploma, a não inserir no registo dos cidadãos ou entidades a exercer as mesmas actividades ou não as remeter aos respectivos órgãos de soberania jurídico, militar e policial da área de circunscrição geográfica respectiva, de modo e forma à adopção das medidas de segurança, fiscalização e controlo nos termos do disposto no artigo 9º, do capítulo segundo, do título primeiro, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DESALFANDEGAMENTO.

1 – Todo o responsável administrativo da direcção geral da alfândega respectiva que no acto de processo de um desalfandegamento de produtos constantes do presente diploma:

a) Não o comunicar no imediato em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, de modo a que proceda à sua peritagem nos termos do disposto no artigo 5º, do capítulo terceiro, do presente título; ou

b) Não comunique às autoridades militares e policiais respectivas da alfândega de modo e forma a que se proceda ao reforço das medidas de segurança nos termos do disposto no artigo 1º, do capítulo terceiro, do título primeiro; ou

2 – Todo o cidadão ou entidade que violar os actos processuais de desalfandegamento de produtos oriundos das actividades das armas e das munições, bem como de percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo terceiro, do título primeiro;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – APREENSÕES.

1 – Todo o agente da guarda real portuguesa que após apreensão de produtos constantes do presente diploma, os não denunciar no respectivo órgão de soberania policial de modo e forma à sua comunicação institucional ao órgão de soberania jurídico da respectiva área de circunscrição geográfica nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo segundo, do título primeiro, para a instauração do respectivo processo-crime, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – CICLO ECONÓMICO.

1 – Todo o cidadão ou entidade que violar as fases do processamento do ciclo económico produtivo ou comercial nos termos do disposto no artigo 10º, do capítulo primeiro e nos artigos 5º e 6º, do capítulo segundo, do presente título respectivamente, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – SUBTRACÇÃO, EXTRAVIO E DETERIORAÇÃO.

1 – Todo o cidadão ou entidade a exercer actividades constantes do presente diploma que constate a subtracção, extravio ou deterioração de produtos oriundos das actividades das armas ou das munições ou de percussores, matérias-primas ou matérias subsidiárias constantes do presente diploma, bem como de impressos, documentos, registos, certificados, licenças, alvarás ou autorizações no exercício da sua actividade e que não comunicar o facto no prazo de vinte e quatro horas, ao órgão de soberania jurídico da sua área de circunscrição geográfica e ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa nos termos do disposto no artigo 17º, do capítulo sétimo, do título primeiro, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DEVERES DE SEGURANÇA.

1 – Todo o cidadão que tendo a seu cargo, a guarda, a responsabilidade ou a segurança de produtos oriundos das actividades das armas ou das munições constantes do presente diploma nos termos do disposto no artigo 11º, do capítulo primeiro, do presente

título, por incúria ou negligência das medidas adoptadas, der causa à sua subtracção, extravio ou deterioração, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – ACTO DE ESFORÇO ILÍCITO.

1 – Todo o portador de arma e munições que frequentar ou utilizar carreira de tiro, campo de tiro, ginásio ou local de exercício de actividade profissional não licenciado nos termos do disposto no capítulo nono, do título primeiro, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – CONTRIBUIÇÃO.

1 – Todo o produtor, fabricante ou prestador de serviços autorizado ao exercício das actividades constantes do presente diploma que até ao dia 31 de Janeiro não cumpra com a contribuição respectiva às reais forças armadas portuguesa e à guarda real portuguesa nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo primeiro, do presente título, pelos serviços de defesa, protecção, transporte, comércio e embalamento respectivos, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – PUBLICIDADE.

1 – A publicidade de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma é punido nos termos do artigo 5º, do capítulo sétimo, do título terceiro do CÓDIGO PENAL.

ARTIGO DÉCIMO NONO – DENÚNCIA.

1 – Todo o cidadão ou entidade autorizado ou autorizada a exercer actividades constantes do presente diploma, que detendo conhecimento da realização de uma

operação ilícita ou transacção suspeita de ser desviada para fins ilícitos, não comunicar às entidades competentes o facto nos termos do disposto no artigo 4º, do capítulo terceiro, do título primeiro, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO VIGÉSIMO – FRONTEIRAS.

1 – Todo o cidadão proveniente do estrangeiro que se apresentar nas fronteiras portuguesas com produtos oriundos das actividades das arma ou das munições, sem a respectiva licença de detenção, uso e porte emitida pelas autoridades competentes do estado soberano de origem, bem como percursores, matérias-primas ou matérias subsidiárias constantes do presente diploma nos termos do disposto no artigo 14º, do capítulo segundo, do título primeiro; ou

2 – Todo o responsável máximo por meio de transporte internacional que não denuncie nas fronteiras portuguesas a detenção e posse de produtos oriundos das actividades das armas ou das munições constantes do presente diploma, bem como não possua licença respectiva para a sua detenção e posse emitida pelo estado soberano no qual está registado nos termos do disposto no artigo 16º, do capítulo segundo, do título primeiro;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – REVISTA.

1 – Todo o cidadão que devidamente advertido das consequências penais do seu acto por agente da guarda real portuguesa, se recusar e se negar a ser submetido a revista autorizada nos termos do disposto no artigo 5º, do capítulo primeiro, do título terceiro, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – EXAME DE DETECÇÃO.

1 – Todo o cidadão que devidamente advertido das consequências penais do seu acto por agente da guarda real portuguesa, se recusar e se negar a ser submetido a exame de detecção de álcool, plantas filantrópicas, substâncias ou preparações psicotrópicas, medicamentos ou outros produtos com efeito análogo autorizado nos termos do disposto no artigo 8º, do capítulo sexto, do título primeiro, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – ARSENAL DE ARMAS E MUNIÇÕES DAS REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA.

1 – Todo o militar do arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa incumbido da responsabilidade:

a) De recepção de autorização de início de actividade ou de autorização de reposição de existências emitida em unísono pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa;

b) De recepção de factura de fornecedor ou de guia de remessa do produto final de produtor ou fabricante;

c) De comunicação do arsenal de armas e munições a fornecedor para a emissão de factura;

d) De transporte de factura de fornecedor ou de destinatário da mesma para o arsenal de armas e munições; ou

e) De transporte de guia de remessa do produto final de produtor ou fabricante para o arsenal de armas e munições;

Que extraviar, subtrair ou deteriorar os mesmos documentos nos termos do disposto no artigo 10º, do capítulo primeiro e nos artigos 5º e 6º, do capítulo segundo, do presente título, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 366 dias, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

d. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

e. Com um dia de pausa mensal;

f. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;

g. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Todo o militar do arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa incumbido da responsabilidade:

a) De segurança ou transporte dos produtos do arsenal de armas e munições ou de domicílio de fornecedor para o destinatário da factura nos termos do disposto no artigo 10º, do capítulo primeiro e nos artigos 5º e 6º, do capítulo segundo, do presente título;

b) De segurança ou transporte de produtos de produtor ou fabricante para o arsenal de armas e munições nos termos do disposto no artigo 10º, do capítulo primeiro e nos artigos 3º e 4º, do capítulo segundo, do presente título;

c) De segurança ou transporte de amostra de produtor ou fabricante para o ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e para o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa nos termos do disposto no artigo 7º, do capítulo primeiro, do presente título;

d) De segurança ou transporte de arma reparada do local de depósito para a peritagem e da peritagem para o prestador de serviços ou de prestador de serviços para a peritagem ou da peritagem para o seu local de depósito nos termos do disposto no artigo 5º, do capítulo oitavo, do título primeiro;

e) De transferência da responsabilidade de produtos oriundos das actividades das armas ou munições nos postos fronteiriços os termos do disposto no artigo 23º, do capítulo primeiro, do título terceiro;

f) De segurança, defesa ou embalamento no arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa nos termos do disposto no artigo 13º, do capítulo segundo, do título primeiro;

Que extraviar, subtrair ou deteriorar os mesmos produtos; ou

4 – Todo o militar administrativo responsável pelo arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa que não remeter nos prazos respectivos o inventário das existências em armazém à data de 31 de Dezembro de cada um ano nos termos do disposto no artigo 7º, do capítulo quarto, do presente título;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

5 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – GUARDA REAL PORTUGUESA.

1 – Todo o agente da guarda real portuguesa incumbido da responsabilidade do paiol de armas e munições das reservas de caça, reservas de tiro ao prato ou carreiras de tiro que nos termos do disposto no capítulo décimo, do título primeiro:

- a) Entregar produto oriundo das actividades das armas ou das munições a cidadão com aparente anomalia psíquica ou sob o efeito de álcool, plantas filantrópicas, substância ou preparações psicotrópicas, medicamentos ou outros produtos com efeito análogo;
- b) Entregar quantidades de munições superiores às definidas e estabelecidas nos termos da lei para cada um espaço e para cada um dia do acto de esforço;
- c) Não emitir o talão de munições correspondente ao acto de esforço realizado;
- d) Não proceder à entrega na respectiva armaria dos talões das munições emitidos em cada dia de modo a que se processe a reposição de existências;
- e) Não proceder nos termos da lei às normas de conduta exigidos ao levantar e depositar as armas dos cofres respectivos; ou
- f) Não comunicar no prazo de vinte e quatro horas após o conhecimento do facto, o extravio, subtracção e deterioração de produtos oriundos das actividades das armas ou das munições, registos, documentos, licenças, alvarás ou autorizações;

é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 366 dias, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- d. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- e. Com um dia de pausa mensal;

f. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;

g. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Todo o agente da guarda real portuguesa incumbido da responsabilidade do paiol de armas e munições das reservas de caça, reservas de tiro ao prato ou carreiras de tiro que nos termos do capítulo décimo, do título primeiro:

a) Entregar arma ou munições sem verificar e registar os dados e elementos referentes à licença e ao livrete de manifesto ou à declaração de empréstimo e à apólice do seguro exigidos nos termos da lei para a sua entrega;

b) Entregar arma ou munições a cidadão que tenha prescrito a validade da licença;

c) Entregar arma em cofre ou munições a cidadão não portador do respectivo livrete de manifesto ou de declaração de empréstimo respectiva da arma;

d) Se recusar e não entregar a arma ao seu proprietário ou a cidadão portador da declaração de empréstimo válida nos termos da lei e da respectiva apólice de seguro;

e) Violar e quebrar a selagem de cofre de arma selado por autoridade competente nos termos da lei; ou

f) Usar e abusar de arma depositada em cofre sem a autorização nos termos da lei do seu proprietário ou a utilizar na prática de acto de esforço realizado pelo próprio ou por terceiros;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

4 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

5 – Se do acto crime resultante dos crimes constantes do presente artigo:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – ESTADO-MAIOR.

1 – Todo o responsável em uníssonos do ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e do ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa incumbido da responsabilidade de recepção de inventário de início de actividade ou de inventário de reposição de existências de produtor, fabricante, comerciante ou prestador de serviços nos termos do disposto no artigo 10º, do capítulo primeiro e no artigo 5º, do capítulo segundo, do presente título, que extraviar, subtrair ou deteriorar os mesmos documentos, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 366 dias, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

d. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

e. Com um dia de pausa mensal;

f. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;

g. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – AMOSTRAS.

1 – Todo o cidadão ou entidade autorizado ou autorizada a exercer as actividades constantes do presente diploma que após a obtenção do produto final do exercício da sua actividade, remeta amostras do produto a terceiros nos termos do artigo 7º, do capítulo primeiro, do presente título, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – REGISTOS INFORMÁTICOS.

1 – Todo o cidadão ou entidade a exercer actividades constantes do presente diploma, que obrigado ou obrigada aos registos informáticos correspondentes do exercício da actividade nos termos do disposto no capítulo quarto, do presente título:

a) O não possuírem;

b) Não procederem ao seu íntegro preenchimento e inscrição;

c) Não remeterem os elementos constantes dos mesmos às autoridades competentes nos prazos estabelecidos;

d) Não conservarem os mesmos registos nos prazos definidos para a sua conservação;

e) Não remeter aos órgãos de soberania fiscais nos prazos respectivos o inventário das existências à data de 31 de Dezembro de cada um ano;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – DOCUMENTOS, LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES.

1 – Todo o cidadão ou entidade que autorizado ou autorizada nos termos da lei ao exercício das actividades constantes do presente diploma, não detiver e conservar na sua posse documentos, registos, certificados, licenças, alvarás ou autorizações respectivos do exercício da actividade, para os apresentar em cada um acto de fiscalização e controlo nos termos do disposto nos artigos 3º e 11º, do capítulo segundo e no artigo 5º, do capítulo terceiro, do título primeiro, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 366 dias, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

d. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

e. Com um dia de pausa mensal;

f. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;

g. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – NORMAS DE CONDUTA.

1 – Todo o portador de produtos oriundos das actividades das armas ou das munições constantes do presente diploma que violar norma de conduta dos portadores de arma e munições nos termos do disposto no capítulo sexto, do título primeiro, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 366 dias, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- d. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- e. Com um dia de pausa mensal;
- f. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
- g. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

- a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:
 - a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO TRIGÉSIMO – PREVENÇÃO.

1 – Todo o cidadão que observar cidadão na posse e detenção de produto oriundo das actividades das armas ou das munições constantes do presente diploma, fora dos locais restritos e reservados ao respectivo acto de esforço ou a violar e infringir normas de conduta de portadores de armas nos termos do disposto no artigo 7º, do capítulo sexto, do título primeiro e não prevenir as consequências do acto comunicando e alertando as autoridades competentes no imediato momento, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 366 dias, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

d. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

e. Com um dia de pausa mensal;

f. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;

g. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – DIRECÇÃO DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES, OUTRAS DIRECÇÕES E RESPONSÁVEIS PELA AUTORIZAÇÃO.

1 – Todo o responsável por direcção das armas e das munições, pirotécnica, pulverizadora ou outra direcção, ou responsável pela autorização que não proceder no imediato momento ao fornecimento dos dados, elementos e informações, solicitados pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR da

guarda real portuguesa nos termos do disposto nos artigos 7º ao 9º, 11º e 13º, do capítulo sétimo, do título primeiro, obstruindo as respectivas competências e diligências a realizar, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – ARMA AO ALCANCE DE CRIANÇAS.

1 – Compete a todo o cidadão possuidor e detentor de armas de ornamentação ou de arma não registada ou não manifestada e respectivas munições, zelar pelas medidas de segurança e prevenção relativas à defesa do seu acesso por crianças.

2 – Todo o cidadão possuidor ou detentor:

a) De arma de ornamentação; ou

b) De arma não registada ou não manifestada e respectivas munições e sem prejuízo do respectivo processo-crime por detenção, uso e porte de arma e munições ilícita;

Que por incúria das medidas de segurança e prevenção a adoptar relativas à defesa do seu acesso por crianças, provocar ou permitir que alguma criança às mesmas aceda, colocando em perigo a sua própria vida, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

4 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes previstos no presente diploma, é punido com a pena correspondente à prática do próprio crime.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO – PENAS ACESSÓRIAS.

1 – A todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição condenado ou condenada por crimes previstos no presente diploma, pode atenta a concreta gravidade do facto e a sua projecção na idoneidade cívica do autor, ser aplicado as penas acessórias constantes do CÓDIGO PENAL inerentes aos actos crimes praticados.

TÍTULO TERCEIRO – DISPOSIÇÕES NORMATIVAS.

CAPÍTULO PRIMEIRO – LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA.

ARTIGO PRIMEIRO – LEGISLAÇÃO PENAL.

1 – Quanto à matéria constante do presente diploma e na falta de disposição específica do presente diploma, são aplicadas subsidiariamente as normas do CÓDIGO PENAL e respectiva LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR.

ARTIGO SEGUNDO – APLICAÇÃO DA LEI PENAL PORTUGUESA.

1 – Para efeitos do presente diploma, a lei penal portuguesa é ainda aplicável a factos cometidos fora do espaço territorial português:

a) Quando praticados por estrangeiros, desde que o autor se encontre em Portugal e não seja extraditado;

b) Quando praticados a bordo de meio de transporte contra o qual Portugal imponha medidas de fiscalização e controlo face ao tráfico ilícito de actividades das armas e das munições e de produtos oriundos das mesmas actividades.

ARTIGO TERCEIRO – MEDIDAS RESPEITANTES A MENORES.

1 – Compete aos órgãos de soberania jurídicos a aplicação das medidas previstas no presente diploma, com as devidas adaptações quando cidadão a elas sujeita for menor e sem prejuízo da aplicação pelos órgãos de soberania jurídicos da legislação respeitante a adolescentes com mais de 16 anos e aos líderes até aos 21 anos.

ARTIGO QUARTO – LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PENAL.

1 – São considerados equiparados a casos de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada, as condutas que integrem os crimes constantes do presente diploma.

ARTIGO QUINTO – REVISTA.

1 – Sempre que existam indícios de que um cidadão oculta ou transporte produtos oriundos das actividades das armas ou das munições ilícitos constantes do presente diploma, é ordenada pelas autoridades policiais revista.

2 – O cidadão que se recusar a ser revistado pode ser conduzido ao órgão de soberania policial da respectiva área de circunscrição geográfica do local em que foi interpelado e aí permanecer pelo tempo estritamente necessário à realização da revista e do apuramento do seu resultado.

ARTIGO SEXTO – FISCALIZAÇÃO E CONTROLO DOS PORTADORES DE PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES.

1 – Compete à guarda real portuguesa proceder sempre que entender exigido ou a solicitação de uma outra entidade, a acções de fiscalização e controlo dos portadores de produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes do presente diploma, procedendo à correspondente identificação da licença de detenção, uso e porte de arma e munições, sua validade e entidade emitente, identificação do livrete de manifesto em sua posse, verificação do local de aquisição, da data da aquisição do produto oriundo das actividades das armas ou das munições, constatação do estado físico, psicológico e emocional e da condição educativa ou laboral e social do portador.

2 – Sempre que pelo fornecimento de dados errados, pela sua própria conduta, estado debilitado ou aparente anomalia psíquica, a guarda real portuguesa deverá

proceder ao processamento de um acto de fiscalização de manifesto, a remeter ao CORONEL da guarda real portuguesa emissor da respectiva licença de detenção, uso e porte de arma e munições.

3 – Compete ao CORONEL da guarda real portuguesa respectivo comunicar ao órgão de soberania jurídico da área de circunscrição do portador a imediata avaliação do seu estado de saúde físico, psicológico e emocional.

4 – Sempre que não seja possível proceder nos termos legais à identificação do portador no local e no momento da ocorrência, as autoridades policiais procederam à detenção do mesmo cidadão, para garantir a sua comparência perante o órgão de soberania jurídico competente da área de circunscrição geográfica da ocorrência, nas condições do regime legal de detenção para identificação.

ARTIGO SÉTIMO – EXERCÍCIO DAS ACTIVIDADES DE ARMEIRO POR PESSOAS COLECTIVAS.

1 – A constituição de pessoas colectivas sob a forma de sociedades anónimas cujo objectivo social consista total ou parcialmente no exercício das actividades constantes do presente diploma, obriga a que todas as acções representativas do seu capital social sejam nominativas.

2 – Independentemente do tipo de pessoa colectiva cujo objecto social consista total ou parcialmente no exercício das actividades constantes do presente diploma, qualquer transmissão das suas participações sociais devem ser autorizadas em uníssono pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, sendo exigido ao novo titular a verificação dos requisitos legais inerentes ao exercício da respectiva actividade.

ARTIGO OITAVO – PIROTÉCNICOS E PULVERIZADORES.

1 – As matérias-primas e matérias subsidiárias em uso e utilização nas actividades constantes do presente diploma, poderão também ser fornecidas a cidadãos que exerçam actividades de pirotecnia e de pulverização com fins agrícolas e florestais, mediante autorização emitida em uníssono pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa.

2 – Todos os pirotécnicos e pulverizadores procedem até ao dia 5 do mês seguinte à listagem das quantidades e qualidades de matérias-primas e matérias subsidiárias usadas e utilizadas no exercício da respectiva actividade em cada um mês de exercício, com menção da qualidade e quantidades das matérias-primas e matérias subsidiárias em uso, utilização e consumo nos sectores de actividade económicos de pirotecnia e de pulverização, remetendo em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, para que proceda à respectiva autorização de reposição de existências dos mesmos produtos.

2 – Nas pirotecnias e pulverizadoras a responsabilidade de controlo pelas matérias-primas e matérias subsidiárias compete às direcções pirotécnicas ou

pulverizadoras, que fornecerão em uníssonos ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

ARTIGO NONO – EVENTOS PROMOCIONAIS.

1 – A realização de eventos promocionais agrícolas, pecuários, de caça ou outros eventos económicos, humanos e culturais envoltos dos produtos constantes do presente diploma, obrigam-se nos termos da lei à autorização emitida em uníssonos pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa.

ARTIGO DÉCIMO – SERVIÇOS COMPLEMENTARES.

1 – Todos os prestadores de serviços complementares ao exercício das actividades constantes do presente diploma, obrigam-se à autorização emitida pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e na aquisição de percussores, matérias-primas e matérias subsidiárias que possam tornar-se úteis e essenciais à realização do serviço complementar prestado ao disposto no artigo 5º, do capítulo segundo, do título segundo.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RESPONSABILIDADE CIVIL.

1 – Os titulares de autorização previstos no presente diploma, são civil e criminalmente responsáveis, independentemente do grau da culpa, por danos causados a terceiros em consequência do uso e utilização de actividades das armas ou das munições e de produtos oriundos das mesmas actividades ilícitos que detenham ou do exercício ilícito da sua actividade.

2 – A violação grosseira dos modos, métodos e técnicas de produção e fabrico, das normas de conduta, segurança, conservação, higiene e de transporte de actividades das armas ou das munições ou de produtos oriundos das mesmas actividades, determina sempre a responsabilização solidária do seu proprietário pelos danos causados a terceiros, pelo uso legítimo ou ilegítimo que às mesmas ou aos mesmos venha a ser dado.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – SEGURO OBRIGATÓRIO.

1 – A todos os titulares de livretes de manifesto e de alvarás previstos no presente diploma, é obrigatório no imediato momento da aquisição da arma ou do início do exercício de actividade e tendo presente os actos e acções a realizar, a celebração de um contrato de seguro de responsabilidade civil com empresa seguradora, mediante o qual seja transferida a sua responsabilidade até um capital mínimo a definir por portaria conjunta dos presidentes das áreas presidenciais financeira, jurídica e da ordem.

2 – A todos os cidadãos a quem foi emprestada arma nos termos da cedência a título de empréstimo, é obrigatório a celebração do respectivo contrato de seguro de responsabilidade civil nos termos do disposto no número anterior, para o período de tempo respectivo do seu empréstimo.

3 – Sempre que o segurado for titular de mais do que um livrete de manifesto só está obrigado a um único contrato de seguro de responsabilidade civil, do qual conste todas as armas de que é proprietário.

4 – Os titulares de livretes de manifesto e alvarás previstos no presente diploma, sempre que solicitados pelas autoridades competentes de fiscalização, deverão no imediato momento fazer prova da posse e validade do respectivo contrato de seguro de responsabilidade civil.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – REGISTO INFORMÁTICO DE PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES APREENDIDOS.

1 – Compete à guarda real portuguesa manter, organizar e disponibilizar um ficheiro informático nacional de produtos oriundos das actividades das armas e das munições apreendidos, proceder à sua análise estatística e técnica e difundir a informação às entidades nacionais, imperiais portuguesa e internacionais.

2 – Todas as entidades que procedam à apreensão de produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes do presente diploma, independentemente do motivo que determinou a apreensão, comunicam a sua apreensão à guarda real portuguesa, para efeitos de centralização e tratamento de informação, de acordo com as normas a estabelecer em uníssono por as áreas presidenciais da segurança, da ordem e do desporto.

3 – Todos os produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes do presente diploma, apreendidos devem ser objecto de peritagem, devendo ser registadas as suas características e estado de conservação, competindo às entidades à guarda de quem ficam, as providências exigidas à conservação do estado em que se encontravam à data da sua apreensão.

4 – Do ficheiro informático referido no número 1 devem constar, entre outros, os seguintes elementos:

a) Data da apreensão;

b) Entidade apreensora;

c) Despacho judicial que determinou ou validou a apreensão, com menção do número do processo e órgão de soberania jurídico competente pelo processo;

d) Classificação ou tipo, marca ou fabricante, modelo, calibre, o número de série de produção ou fabrico ou o tipo e características do produto oriundo das actividades das armas ou das munições;

e) Quantidades apreendidas.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – APREENSÃO DE PRODUTO ORIUNDO DAS ACTIVIDADES DAS ARMAS OU DAS MUNIÇÕES.

1 – O agente ou autoridade policial procede à apreensão de produto oriundo das actividades das armas ou das munições constante do presente diploma e respectiva licença e livrete de manifesto, sempre que:

a) Quem a detiver, portar ou transportar se encontrar sob a influência de álcool, medicamentos, plantas filantrópicas, substâncias ou preparações psicotrópicas ou outros produtos com efeito análogo, confirmado nos termos da lei ou se recusar a submeter-se a provas para a sua detecção;

b) Houver indícios da prática pelo suspeito de crime de maus-tratos a cônjuge ou a cidadão que com ele viva em condições análogas mesmo que sem coabitação efectiva, a progenitor de descendente comum, aos filhos, a pessoa menor ou particularmente indefesa em razão da idade, deficiência, doença ou gravidez e que esteja a seu cuidado, à sua guarda ou sob a sua responsabilidade de direcção ou educação; ou

c) Se encontrar fora das condições legais ou em violação das prescrições da autoridade competente.

2 – Ao agente ou autoridade policial que proceder à apreensão de produto oriundo das actividades das armas ou das munições constantes do presente diploma, compete emitir o respectivo documento da apreensão efectuado com a descrição do produto e documentação correspondente.

3 – A apreensão inclui o produto oriundo das actividades das armas ou das munições que seja propriedade de entidade pública ou privada.

4 – Para além da comunicação do facto ao órgão de soberania jurídico e da instauração do respectivo processo-crime, a apreensão nos termos do número anterior é comunicada à respectiva entidade pública ou privada titular do produto oriundo das actividades das armas ou das munições, para efeitos de acção disciplinar e da sua devolução e restituição.

5 – Em caso de manifesto estado de embriaguez ou de intoxicação por via de medicamentos, plantas filantrópicas, substâncias ou preparações psicotrópicas ou outros produtos com efeito análogo ou de o produto oriundo das actividades das armas ou das munições se encontrar fora das condições legais ou em violação das prescrições de autoridade competente, pode o mesmo ser retirado por qualquer caçador, atirador desportivo ou cidadão que o possa fazer em condições de segurança até à comparência de agente ou autoridade policial.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – CASSAÇÃO DAS LICENÇAS.

1 – Sem prejuízo da cassação de licenças por autoridade judiciária pode o CORONEL do órgão de soberania policial da área de residência do titular de licença

determinar a cassação de qualquer licença de detenção, uso e porte de arma e munições quando:

- a) O titular tenha sido condenado por crime com uso de violência;
- b) O titular for condenado pela prática de infracção na realização do exercício de acto de esforço tendo-lhe sido interditado o direito de exercer o acto;
- c) Se tenha verificado a cassação da autorização para a realização de acto de esforço ou cessado por caducidade a referida autorização;

d) O titular for condenado por crime de maus-tratos ao cônjuge ou a cidadão que com ele viva em situação análoga mesmo que sem coabitação efectiva, aos filhos ou a menores ao seu cuidado ou quando pelo mesmo crime for determinada a suspensão provisória do processo de inquérito;

e) Ao titular for aplicada medida de coacção de obrigação de não contactar com determinadas pessoas ou não frequentar determinados locais ou certos meios;

f) Ao titular for aplicada a medida de suspensão provisória do processo de inquérito mediante a imposição de idênticas injunções ou normas de conduta;

g) O titular usar a arma para fins não autorizados ou diferentes daqueles a que se destina;

h) O titular violar as normas de conduta do portador de arma;

i) Tenha cessado por qualquer forma a atinente licença federativa;

j) O titular contribuir para o furto, extravio ou danificação de arma;

l) O titular contribuir no acto de guarda, segurança ou transporte de arma para a criação de situações de perigo ou de acidente iminente.

2 – Nos casos previstos no número 1 do artigo anterior é lavrado termo de cassação provisório que seguirá juntamente com o expediente resultante da notícia do crime para o órgão de soberania jurídico da área de circunscrição respectivo de modo e forma à instauração do correspondente processo-crime.

3 – Nos casos das alíneas g), h), j) e l) e nos casos em que o titular de licença tiver sido expulso da respectiva federação, a concessão de nova licença só é autorizada decorridos cinco anos após a cassação e implica a correspondente verificação de todos os requisitos legais inerentes à sua própria concessão.

4 – As entidades gestoras das reservas de caça, reservas de tiro ao prato, carreiras de tiro e ginásios envoltos das modalidades com produtos oriundos das actividades das armas devem comunicar ao órgão de soberania policial da respectiva área de circunscrição no imediato momento da ocorrência, a cassação ou a caducidade da autorização para a prática dos actos de esforço dos seus associados, bem como todas as interdições efectivas do direito de exercer o acto de esforço de que tenham conhecimento.

5 – Para efeitos do disposto nas alíneas g), h), j) e l) do número 1 e nos casos em que o titular de licença tenha sido expulso da respectiva federação, a guarda real

portuguesa instaura um processo de inquérito com todos os elementos atinentes ao fundamento da cassação e com outros elementos considerados exigidos.

6 – A cassação da licença no imediato momento após a notificação do despacho, implica a entrega da licença, acompanhada do respectivo livrete de manifesto e dos produtos oriundos das actividades das armas ou das munições sempre que na posse do seu titular que a mesma licença autoriza, ao órgão de soberania policial da área de circunscrição respectivo, sob pena de cometimento de crime de desobediência qualificada, sendo os cofres das armas em depósitos nos paióis dos locais do acto de esforço respectivos selados.

7 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, pode o titular no prazo de 90 dias após o seu depósito ou da data em que a decisão se tornar definitiva, proceder nos termos da lei à transmissão dos produtos oriundos das actividades das armas ou das munições, remetendo ao órgão de soberania policial respectivo o correspondente comprovativo de modo a que se processe à libertação dos produtos oriundos das actividades das armas ou das munições, sob pena de o produto ser declarado perdido a favor do estado.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES DECLARADOS PERDIDOS A FAVOR DO ESTADO.

1 – Todos os produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes do presente diploma que independentemente do motivo da entrega ou decisão, sejam declarados perdidos a favor do estado, serão transferidos para o arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa de modo a que as reais forças armadas portuguesas em uníssono com a guarda real portuguesa procedam à sua peritagem, apuramento do seu estado e condição de forma a promover o seu destino, sendo sempre que fieis aos propósitos e em pleno estado de conservação repostos no mercado de consumo e sempre que adulterados ou deteriorados destruídos nos termos da lei.

2 – Os produtos oriundos das actividades das armas e das munições referidos no número anterior, desde o momento do depósito no arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa até à deliberação das instâncias competentes de destruição, venda ou integração ao serviço das forças de intervenção militares ou policiais, devem ser acompanhadas de registo documental consultável a todo o tempo por o interessado, do qual devem constar os seguintes elementos:

- a) Identificação do cidadão ou entidade que procedeu à entrega;
- b) Motivo que procedeu à entrega;
- c) Agente que recepcionou a entrega e respectivo órgão de soberania policial;
- d) Características do produto oriundo das actividades das armas ou das munições, com referência à marca, modelo, calibre, condições de funcionalidade, estado de conservação e demais características relevantes;

e) Fotografia do produto oriundo das actividades das armas ou das munições aquando do depósito, da qual deve ser facultada cópia à pessoa ou entidade que procedeu à entrega;

f) Decisão final quanto ao destino do produto oriundo das actividades das armas ou das munições.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – LEILÕES DE PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES.

1 – A guarda real portuguesa organiza em cada uma estação do ano uma venda em leilão dos produtos oriundos das actividades das armas e das munições apreendidos, achados ou que tenham sido declarados perdidos a favor do estado e que se encontrem em condições de serem colocados no mercado de consumo, bem como dos produtos oriundos das actividades das armas e das munições aos quais tenha sido solicitado a colaboração da guarda real portuguesa para a sua venda nos termos da lei da transmissão por declaração de compra e venda.

2 – Podem licitar em leilões de produtos oriundos das actividades das armas e das munições:

a) Todos os cidadãos portadores de licença de arma e munições da classe respectiva e de declaração de aquisição respectiva, que preencham as condições legalmente exigidas para a detenção do produto oriundo das actividades das armas ou das munições em causa;

b) Sem prejuízo do disposto na alínea seguinte e nos termos dos respectivos alvarás, com excepção dos alvarás de armeiro do Tipo 11, 12 e 13, todos os armeiros detentores de alvará para produção, fabrico, comércio, manutenção, conservação, reparação e restauro de actividades das armas e das munições e produtos oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma;

c) Os museus detentores de alvará do tipo 11, correndo o processo de emissão da declaração de aquisição posteriormente à licitação, sempre que necessário.

3 – Sob requisição de entidades públicas responsáveis por laboratórios de perícia científica e balística pode a direcção da guarda real portuguesa promotora pelos leilões retirar de quaisquer actos de leilão produtos oriundos das actividades das armas e das munições que pelas suas características representem um interesse científico para o estudo e investigação, sendo-lhes affectos gratuitamente com excepção dos bens particulares leiloados ao abrigo da lei da transmissão.

4 – Só são consideradas para leilão os produtos oriundos das actividades das armas e das munições homologados nos termos da lei.

5 – O valor dos bens expostos nos leilões para a sua licitação em caso algum pode ser inferior a 30% do seu valor comercial ou patrimonial estimado.

6 – O pagamento dos bens adquiridos no acto de leilão processa-se por via dos meios electrónicos.

7 - Nos casos ao abrigo da lei da transmissão por declaração de compra e venda o registo processa-se no órgão de soberania notarial da área de residência do vendedor nos termos do número anterior.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – PUBLICIDADE DA VENDA EM LEILÃO.

1 – Sempre que decidida a venda de produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes do presente diploma em leilão, a guarda real portuguesa procede nos termos da lei à sua publicitação, divulgação e difusão nos meios de comunicação da CASA IMPERIAL PORTUGUESA, por via de editais, anúncios e meios informáticos.

2 – A publicitação, divulgação e difusão nos meios de comunicação da CASA IMPERIAL PORTUGUESA processa-se no canal televisivo, emissora de rádio e jornal, com a antecipação de 10 dias úteis da data de realização do leilão.

3 – Os editais são afixados com a antecipação referida no número anterior, na porta de cada um órgão de soberania da guarda real portuguesa.

4 – Os anúncios são publicados com a antecipação referida no número 2, num dos jornais com maior tiragem a nível nacional.

5 – A publicação através da Internet faz-se mediante a publicação em destaque na página oficial da guarda real portuguesa do anúncio referido no número anterior, durante os 15 dias que antecedem o leilão.

6 – Em todos os meios de publicitação da venda incluem-se para que permita a sua fácil compreensão:

- a) O número de produtos oriundos das actividades das armas e das munições por cada uma classe;
- b) Local, data e hora de venda em leilão.

7 – Os bens destinados a leilão devem estar expostos para exame dos interessados, durante os cinco dias anteriores à data prevista para a sua venda em leilão, devendo para o efeito os interessados solicitar informação a qualquer esquadra da guarda real portuguesa, sobre o local e hora onde possam examinar os bens.

8 – A publicação de anúncios nos jornais de maior tiragem nacional poderá não ter lugar, sempre que o departamento responsável pela venda considere justificadamente os bens de reduzido valor, procedendo às demais formas de publicitação, divulgação e difusão.

ARTIGO DÉCIMO NONO – ENTREGA OBRIGATÓRIA DE PRODUTO ORIUNDO DAS ACTIVIDADES DAS ARMAS OU DAS MUNIÇÕES ACHADO.

1 – Todo o cidadão que encontrar ou achar produto oriundo das actividades das armas ou das munições constante do presente diploma, está obrigado à entrega no imediato do mesmo material à guarda real portuguesa, mediante o comprovativo da entrega.

2 – Com a entrega deve ser lavrado termo de justificação da posse, contendo todas as circunstâncias de tempo e lugar em que o achado ocorreu.

3 – Todos os produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes do presente diploma entregues devem ser objecto de análise e perícia balística, a efectuar pelo departamento competente da guarda real portuguesa e das reais forças armadas portuguesas.

4 – O achado logo que disponibilizado pelas autoridades, se for susceptível de comércio ou manifesto, será objecto de venda em leilão, revertendo 30% da venda para o cidadão que o encontrou e entregou e o remanescente para o órgão de soberania policial no qual foi entregue.

5 – Poderá o cidadão que o encontrou quando possua a licença de detenção, uso e porte de arma e munições da classe respectiva, requerer a declaração de aquisição para a mesma de modo e forma a participar e licitar no acto de leilão.

ARTIGO VIGÉSIMO – OBRIGATORIEDADE DE LICENÇA.

1 – O disposto no presente diploma relativamente à aquisição de licença de detenção, uso e porte de arma e munições, aplica-se a todos os requerentes das reais forças armadas portuguesas e da guarda real portuguesa, independentemente da sua instrução, conhecimentos adquiridos no uso e manejo de produtos oriundos das actividades das armas e munições e da experiência profissional ao serviço das forças de intervenção militares e policiais.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – TALÃO DE MUNIÇÕES.

1 – Compete a todos os titulares de talões de munições emitidos pelos paiol das reservas de caça, reservas de tiro ao prato e carreiras de tiro procederem no prazo de dez dias ao respectivo pagamento nas armarias comerciais dos locais onde exerceram os actos de esforço, sob pena de incorrerem numa pena de multa de 10 contos por cada um dia de incumprimento.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE.

1 – O acto de transferência de responsabilidade de produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes do presente diploma dos cidadãos externos nos postos fronteiriços portugueses entre as reais forças armadas portuguesa e a guarda real portuguesa processa-se por via de declaração de transmissão.

2 – A declaração de transmissão é emitida pela guarda real portuguesa no posto fronteiriço da apreensão do produto oriundo das actividades das armas ou das munições constantes do presente diploma em quintuplicado, ficando:

a) O portador da arma com o original, devidamente assinada pelo agente responsável do órgão de soberania policial emitente da declaração de transmissão pela sua guarda e transmissão;

b) O órgão de soberania policial emitente da declaração e correspondente apreensão com o duplicado, devidamente assinada pelo militar responsável do órgão de soberania militar pela sua guarda e transferência;

c) O órgão de soberania militar responsável pela transferência do produto oriundo das actividades das armas ou das munições o triplicado, devidamente assinada pelo agente responsável do órgão de soberania policial pela sua guarda e devolução;

d) O órgão de soberania policial que proceder à devolução do produto oriundo das actividades das armas ou das munições no acto do embarque com o quadruplicado, devidamente assinado pelo portador do produto oriundo das actividades das armas ou das munições; e

e) O quintuplicado na mão do respectivo portador do produto oriundo das actividades das armas ou das munições no acto de devolução e embarque, devidamente assinado pelo responsável do órgão de soberania que procedeu à sua guarda e devolução;

3 – Da declaração de transmissão consta:

a) A identificação do portador e do número do bilhete de identificação, bem como a identificação do produto oriundo das actividades das armas ou das munições, marca, classe, número de série de produção ou fabrico, ou o tipo;

b) Local, data e hora da apreensão;

c) Local, data e hora da transmissão;

d) Local, data e hora da transferência;

e) Local, data e hora da devolução.

CAPÍTULO SEGUNDO – NORMAS ESPECIAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.

1 – Compete à guarda real portuguesa a investigação própria ou sob a alçada dos órgãos de soberania jurídicos dos crimes constantes do presente diploma e dos demais que lhe sejam participados pelas autoridades competentes de fiscalização, prevenção e controlo ou de que colha notícia, praticados pelos agentes económicos envolvidos na realização dos actos de esforço e do exercício das actividades constantes do presente diploma.

ARTIGO SEGUNDO – COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL.

1 – Compete aos órgãos de soberania jurídicos em colaboração com as entidades das armas e das munições e de saúde e com o ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e com o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa observar, analisar e deliberar sobre os crimes cometidos ao longo de cada um ano de exercício com produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes do presente diploma, relacionar os actos criminosos perpetrados com os hábitos de consumo específico dos infractores, relevando as classes de produtos oriundo das actividades das armas e das munições em termos percentuais na relação de consumo e crime e averiguar se os actos crimes foram praticados por violar as normas de conduta de detenção, uso e porte de arma ou se foram praticados com recurso a produtos oriundos das actividades das armas e das munições ilícitos ou por violar os locais nos termos da lei específicos e restritos para a prática dos actos de esforço dos seus portadores, bem como analisar os crimes previstos no presente diploma.

2 – Compete após a avaliação dos dados, o consequente reforço nos meios de comunicação social da consciência cívica de cada um cidadão para a entrega e denúncia da detenção, uso e porte de produtos oriundos das actividades das armas e das munições ilícitos de modo e forma a prevenir os respectivos crimes envolto dos dados negativos ou sempre que as circunstâncias o exijam em consonância com todas as entidades envolvidas do processo de classificação das actividades das armas e das munições e dos produtos oriundos das mesmas actividades declarar o seu fim e a sua passagem para as actividades das armas e das munições e produtos oriundos das mesmas actividades indesejáveis constantes da tabela VI do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, bem como a proibição de manutenção, conservação, reparação e restauro dos mesmos produtos e a aquisição, detenção, uso e porte dos mesmos produtos específicos.

ARTIGO TERCEIRO – REGISTO CENTRAL.

1 – Compete aos órgãos de soberania jurídicos possuir um registo central dos processos crimes previstos no presente diploma, que os órgãos de soberania policiais e os órgãos de soberania militares terão acesso por via da realização das suas próprias competências, estando obrigados ao dever do sigilo profissional e ao segredo de justiça relativamente aos dados pessoais e colectivos constantes.

2 – Compete às armarias comerciais portuguesas possuir um registo central das transacções comerciais realizadas a cada momento, devidamente formulado pelos órgãos de soberania fiscais, que releve os períodos de tempo de proibição no reino de Portugal

da respectiva aquisição de produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes do presente diploma e que os órgãos de soberania policiais e os órgãos de soberania militares terão acesso por via da realização das suas próprias competências, estando obrigados ao dever do sigilo profissional e ao segredo de justiça relativamente aos dados pessoais constantes do registo central.

3 – Compete à guarda real portuguesa possuir um registo central que acumule o registo de todos os titulares de licença de detenção, uso e porte de arma e munições, que releve a classe respectiva, data de emissão, validade e entidade emissora e que os órgãos de soberania militares terão acesso por via da realização das suas próprias competências, estando obrigados ao dever do sigilo profissional e ao segredo de justiça relativamente aos dados pessoais constantes, bem como o registo dos actos de esforço realizados por cada um portador, que releve a data de realização de cada um acto, hora, tipo de munição usada, quantias requeridas, utilizadas e devolvidas e os resultados relativos a cada um acto realizado e que os portadores terão acesso por via do uso do cartão pessoal electrónico de consulta de dados.

4 – Compete às reais forças armadas portuguesa possuir um registo central de todos os portadores de livrete de manifesto de arma, que releve os produtos oriundos das actividades das armas detidos por cada um e os locais onde estão depositados, as características de cada uma arma, bem como todo o seu historial desde o seu manifesto, relativamente a proprietários, transformações e reparações e que os órgãos de soberania policiais terão acesso por via da realização das suas próprias competências, estando obrigados ao dever do sigilo profissional e ao segredo de justiça relativamente aos dados pessoais constantes.

5 – Compete em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa possuir um registo central de todos os titulares de autorização a exercer as actividades constantes do presente diploma, que releve o nome do cidadão ou entidade, data de emissão, validade, entidade emissora e a actividade específica em exercício e que os órgãos de soberania jurídicos, os órgãos de soberania militares e os órgãos de soberania policiais terão acesso por via da realização das suas próprias competências, estando obrigados ao dever do sigilo profissional e ao segredo de justiça relativamente aos dados pessoais e colectivos constantes do registo central.

ARTIGO QUARTO – COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.

1 – Em observância das convenções das nações unidas contra o tráfico de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, no tocante a extradição, auxílio judiciário mútuo, execução de sentenças penais estrangeiras e transmissões de processos criminais, aplicam-se subsidiariamente as disposições constantes das mesmas.

ARTIGO QUINTO – PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS.

1 – Em qualquer momento os órgãos de soberania jurídicos podem pedir informações e solicitar a apresentação de documentos respeitantes a bens materiais, depósitos ou quaisquer outros valores pertencentes a arguido da prática dos crimes constantes do presente diploma ou a cidadão ou entidade que com o mesmo arguido se relacione no apuramento da veracidade processual, com vista à sua apreensão e perda para o estado.

2 – A prestação de informações ou a apresentação de documentos quer se encontre em suporte manual ou informático, não podem ser recusados por qualquer cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição, pública ou privada, desde que o pedido se mostre individualizado e suficientemente concretizado, bastando para o efeito a identificação do arguido ou do suspeito e sempre que o mesmo exigido para o apuramento da veracidade do processo dos nomes do agregado familiar ou de terceiros envolvidos da investigação em curso.

ARTIGO SEXTO – PERITAGEM E DESTRUIÇÃO DE PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES APREENDIDOS.

1 – Os produtos oriundos das actividades das armas e das munições apreendidos por via dos crimes constantes do presente diploma, são por ordem da autoridade policial objecto de peritagem e análise no mais curto espaço de tempo possível, de modo e forma a apurar a sua qualidade, quantidade e estado de conservação.

2 – Após o exame laboratorial o perito procede à recolha, identificação, pesagem acondicionamento e selagem de uma amostra do produto apreendido, para instrumento de prova no acto processual e transfere o remanescente sempre que o existir para o arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa.

3 – A amostra fica guardada em cofre do órgão de soberania jurídico que procede à investigação até à deliberação da sentença jurídica final.

4 – No prazo de trinta dias se não for requerido por parte do arguido recurso para as instâncias jurídicas superiores e tendo presente a qualidade e o estado de conservação do produto, o órgão de soberania jurídico do respectivo acto processual comunica ao arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa, para a sua inclusão nas existências dos produtos a introduzir no mercado de consumo ou para a sua destruição.

5 – Sempre que o produto se encontre deteriorado ou adulterado por qualquer modo ou forma e sempre que o mesmo for um produto proibido, compete ao órgão de soberania jurídico após lida a sentença jurídica final, comunicar ao arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa para a sua imediata destruição.

6 – A destruição do produto é processada com recurso a processo de incineração, na presença de um magistrado envolto do processo, de um elemento da guarda real portuguesa envolto da investigação processual, de um elemento das reais forças armadas responsável pelo arsenal de armas e munições, de um técnico de laboratório e de um técnico responsável pela incineração, lavrando-se o auto respectivo, podendo numa

mesma operação de incineração realizar-se a destruição do produto de vários processos crimes.

7 – Não sendo requerido no prazo de trinta dias recurso para as instâncias jurídicas superiores, o órgão de soberania jurídico ordena a introdução no mercado de consumo da amostra nos termos do disposto no número 4 ou a destruição da amostra de prova guardada em cofre, o que se fará com observância do número anterior, sendo remetido cópia do auto respectivo.

8 – Por intermédio do ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa em uníssono com o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, pode ser solicitado ao órgão de soberania jurídico do acto processual a cedência de pequenas proporções do produto apreendido, para fins didácticos, de formação ou de investigação criminal ou científica, pelo que a mesma consentida deverá constar do processo.

9 – Compete ao órgão de soberania jurídico do acto processual, a fixação de um prazo para a devolução da proporção cedida sempre que exista, para que se proceda à sua introdução no mercado de consumo ou se processe à sua destruição nos termos do número 6 ou que o prazo da sua devolução seja estipulado pela própria entidade que o requerer, sendo remetida logo que se torne desnecessária ou inútil, com informação para o processo.

ARTIGO SÉTIMO – AMOSTRAS PEDIDAS POR ENTIDADES ESTRANGEIRAS.

1 – Podem ser remetidas amostras de produtos oriundos das actividades das armas e das munições que tenham sido apreendidos a entidades públicas estrangeiras, que as requererem para fins de investigação criminal ou científica, mesmo na pendência do processo.

2 – O pedido deverá ser formulado em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa que decidirá com base nos objectivos propostos para a sua utilização, sobre a decisão de solicitar ao órgão de soberania jurídico do acto processual a proporção requerida, pelo que a mesma consentida deverá constar do processo.

ARTIGO OITAVO – COMUNICAÇÃO DAS DECISÕES.

1 - Compete a cada um órgão de soberania jurídico envolto dos crimes previstos no presente diploma e da respectiva apreensão de produtos oriundos das actividades das armas e das munições, remeter:

a) Em uníssono após a deliberação da sentença jurídica final, cópia do acto processual ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, de modo a que guarda real portuguesa proceda no imediato momento e durante todo o período de tempo da sentença, à proibição dos arguidos de aquisição, detenção, uso e porte de arma e munições;

b) Aos respectivos ministérios da ordem, da segurança, da indústria e da caça até ao dia 10 de Janeiro a relação anual do número de processos crimes e das apreensões realizadas no âmbito da sua acção jurídica anual, com menção das classes e quantidades apreendidas, das quantidades deliberadas como existências, das declaradas para destruição e das quantias cedidas a terceiros e respectivas entidades;

c) Ao arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa e ao real supremo tribunal de justiça português até ao dia 10 de Janeiro a relação anual do número de processos crimes e das apreensões remetidas na alínea anterior, com menção das quantidades deliberadas como existências, das declaradas para destruição e das quantias cedidas a terceiros e respectivas entidades.

ARTIGO NONO – MISSÃO.

1 – Compete ao arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa cooperar, colaborar e auxiliar com os meios materiais, técnicos e tecnológicos, os produtores, fabricantes e prestadores de serviços no correcto, rigoroso e integro desempenho do exercício das suas competências e responsabilidades, bem como a todos os produtores, fabricantes e prestadores de serviços o direito de participar e acompanhar de forma activa e exemplar os actos processuais de funcionamento do arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa.

ARTIGO DÉCIMO – FROTA DO ARSENAL DE ARMAS E MUNIÇÕES DAS REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA.

1 – A frota de transportes do arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa será composta pelos meios de transporte doados pelos produtores e fabricantes dos produtos constantes do presente diploma afectos em unísono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e pelos meios de transporte que aos mesmos proprietários pertençam e que se encontrem por liquidar em situação de crédito, sendo os créditos liquidados em unísono pelo real ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa.

CAPÍTULO TERCEIRO – DISPOSIÇÕES FINAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL.

1 – Compete aos ministros dos sectores ministeriais da segurança, da ordem, da caça, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais, da extracção e dos minerais e da indústria respectivos e a um representante das

reais forças armadas portuguesa e da guarda real portuguesa nomeados pelos respectivos ESTADO-MAIOR:

a) Assegurar a representação do estado português a nível internacional, de modo que as matérias de cooperação das actividades constantes do presente diploma sejam tratadas;

b) Acompanhar a aplicação dos instrumentos de direito internacional relativos a actividades das armas e das munições e a produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, de modo e forma a garantir a compatibilidade e coerência dos dados a transmitir às entidades internacionais;

c) Fornecer às instâncias competentes do império português e das nações unidas os dados, informações e relatórios previstos nas convenções, em colaboração com as demais entidades actuantes e intervenientes nas matérias constantes do presente diploma;

d) Difundir no âmbito nacional, as informações e dados recolhidos a nível imperial português e internacional, bem como outros por si reunidos que se revelem pertinentes.

2 – A real procuradoria de justiça portuguesa e a real provedoria de justiça portuguesa, são as entidades competentes para dar provimento às solicitações de ordem jurídica constantes das convenções das nações unidas contra o tráfico ilícito de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma, direccionando-as para as entidades respectivas e zelando pela sua resposta atempada.

3 – A guarda real portuguesa é a entidade competente para dar provimento às solicitações de ordem judiciária constantes das convenções das nações unidas contra o tráfico ilícito de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma.

4 – As entidades que forneçam dados de natureza estatística a instâncias do império português, das nações unidas, da organização internacional da polícia criminal/Interpol e do conselho de cooperação aduaneiro, em matéria de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma, bem como de percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização à obtenção do produto, remetem cópia dos mesmos dados à guarda real portuguesa, às reais forças armadas portuguesa e aos ministérios da segurança, da ordem, do desporto, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais, da extracção e dos minerais e da indústria respectivos.

ARTIGO SEGUNDO – OPERAÇÕES ESPECIAIS DE PREVENÇÃO CRIMINAL.

1 – As forças da ordem policiais devem planear e empreender em todo o momento, operações especiais de prevenção criminal em áreas geográficas delimitadas com a

finalidade de controlar, detectar, localizar, prevenir, assegurar ou verificar a regularidade da situação de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como de percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, minimizando o risco da prática de infracções associadas às mesmas ou aos mesmos, ou sempre que hajam suspeitas da prática de crime ou da sua preparação.

2 – A delimitação das áreas geográficas para a realização das operações especiais de prevenção pode abranger:

a) Zonas de produção e fabrico de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, pontos de controlo de acesso a locais em que constitui crime a detenção, uso e porte de actividades das armas e das munições e produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como de percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma;

b) Gares de transportes colectivos rodoviários, ferroviários, aéreos e marinhos, bem como o interior dos meios de transporte, vias públicas ou locais públicos ou privados e respectivos acessos;

c) Áreas residenciais, cujos residentes ou cidadãos que as frequentam constem de possíveis infractores às matérias constantes do presente diploma, por via das acções de vigilância e de patrulhamento policial, bem como de informações recolhidas ou de actos de denúncia.

3 – As operações especiais de prevenção criminal podem compreender em função da exigência do acto, sempre que haja indícios da prática dos crimes previstos no presente diploma, risco de resistência ou de desobediência qualificada à autoridade ou a necessidade de condução à esquadra policial dos respectivos cidadãos por não ser possível a correcta identificação dos dados pessoais, a identificação e a revista dos cidadãos que se encontrem na área geográfica ou local de realização da operação, a revista dos respectivos locais em que se encontrem ou de locais que com o facto e com os mesmos cidadãos se relacionem, bem como de meios de transporte ou equipamentos envolvidos do facto.

4 – Compete à guarda real portuguesa na realização das operações especiais de prevenção criminal a verificação dos bens previstos no presente diploma que se encontrem em trânsito nas zonas portuárias, aeroportuárias, rodoviárias e ferroviárias, com a possibilidade de abertura de volumes e contentores e quebra dos respectivos selos, para confirmação e avaliação das mercadorias, da sua proveniência e destino.

5 – As operações especiais de prevenção criminal são comunicadas pelo CORONEL do órgão de soberania policial responsável pela respectiva operação à real procuradoria de justiça portuguesa, à real provedoria de justiça portuguesa e ao órgão de soberania jurídico da respectiva área de circunscrição geográfica de realização da operação, com a antecedência exigida ao sucesso da operação, mencionando a delimitação geográfica e temporal das medidas previstas.

6 – Sem prejuízo da autonomia técnica e tática das forças da ordem policiais e independentemente da modalidade técnica disponível que se revele mais apropriada, as operações devem ser acompanhadas por um magistrado do órgão de soberania jurídico da área respectiva o qual será responsável pela prática dos actos de competência jurídicos de que da operação possam resultar.

7 – As operações especiais de prevenção criminal podem prosseguir para além dos espaços geográfico e temporal delimitados e determinados se os actos a empreender forem decorrentes de outros iniciados no âmbito da delimitação inicial.

8 – Sempre que no âmbito de uma operação especial de prevenção criminal se torne necessário empreender buscas domiciliárias ou outros actos da exclusiva competência de juiz de instrução, são adoptadas independentemente da modalidade técnica disponível que se revele mais apropriada, as medidas exigidas e necessárias ao acompanhamento por parte deste magistrado.

9 – Sempre que a operação deva ser realizada e desenvolvida em mais do que uma comarca, intervém o juiz de instrução que nos termos da lei, tenha competência no território da comarca no qual a operação se iniciou.

ARTIGO TERCEIRO – ACTIVIDADES DE PREVENÇÃO.

1 – Compete ao parlamento, avaliar, planear e executar as acções, medidas e programas específicos de prevenção, segurança e restrição de produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes do presente diploma, aos espaços próprios de realização dos actos de esforço, tendo presente a sua natureza pluridisciplinar.

2 – Compete aos ministérios da segurança, da ordem, da caça, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais, da extracção e dos minerais e da indústria respectivos das actividades constantes do presente diploma, avaliar, planear e executar as acções, medidas e programas específicos de formação e qualificação sectoriais.

3 – Compete à família a responsabilidade de acompanhar o desenvolvimento social dos descendentes e alertar para a prevenção, segurança e restrição da detenção, uso e porte de produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes do presente diploma, aos espaços próprios de realização dos actos de esforço.

4 – Compete às áreas presidenciais da segurança e da ordem proceder à respectiva informação, esclarecimentos e alerta dos cidadãos face ao uso, utilização e consumo de produtos oriundos das actividades das armas e das munições constantes do presente diploma, os efeitos benéficos imediatos do seu consumo e as diferentes patologias associadas ao seu consumo excessivo ou insuficiente, relevando os produtos oriundos das actividades das armas e das munições proibidos no seu uso, utilização e consumo, bem como os cuidados, restrições e recomendações relativas ao seu uso, utilização e consumo.

5 – Compete à área presidencial da saúde proceder à respectiva informação, esclarecimentos e alerta dos utentes face ao exercício do acto de esforço, os efeitos benéficos imediatos do exercício e as diferentes patologias associadas ao seu exercício

excessivo ou insuficiente, bem como os cuidados, restrições e recomendações relativas ao mesmo exercício.

6 – Compete à área presidencial da educação:

a) Integrar nos currículos escolares de história a educação para os produtos oriundos das actividades das armas e munições, com incidência específica na exigência de prevenção, segurança e restrição dos produtos aos espaços próprios de realização do acto de esforço;

b) Providenciar no sentido de que a formação inicial e contínua dos professores e auxiliares de educação os habilite e qualifique a desenvolver tal vertente; e

c) Desenvolver programas específicos primários de defesa, segurança e protecção face à detenção, uso e porte de arma e munições, fora dos espaços próprios de realização do acto de esforço, em todos os ciclos educativos.

ARTIGO QUARTO – RELATÓRIO ANUAL.

1 – Anualmente e até ao dia 31 de Janeiro os ministérios da segurança, da ordem, da caça, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais, da extracção e dos minerais e da indústria respectivos, o ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, o real supremo tribunal de justiça português, a guarda real portuguesa, as reais forças armadas portuguesa e a direcção geral das alfândegas, remetem ao parlamento um relatório discriminado relativo ao ano cessante sobre todos os dados que possuam face às matérias constantes do presente diploma e às suas competências respectivas.

2 – O relatório tem por finalidade fornecer ao parlamento informação pormenorizada sobre a situação do reino de Portugal em matéria de classes e quantidades de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma em aquisição, detenção, uso e porte pelos agentes económicos e as actividades desenvolvidas pelas entidades com intervenção nas áreas da prevenção criminal e repressão do tráfico.

ARTIGO QUINTO – DIAGNÓSTICO, QUALIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE ACTIVIDADES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES E DE PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS ORIUNDOS DAS MESMAS ACTIVIDADES.

1 – Compete aos presidentes das áreas presidenciais do desporto, da saúde, da indústria, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais, da extracção e dos minerais, humana, natural, universal, da segurança, da ordem e da justiça, dos ministros do desporto, da segurança, da ordem e da indústria respectivos, dos bastonários das armas e das munições, dos presidentes das associações nacionais de unidades das armas e das munições, mediante parecer do ESTADO-MAIOR

das reais forças armadas portuguesa e do ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, determinar mediante portaria conjunta:

- a) Os procedimentos terapêuticos e pedagógicos exigidos à definição dos exames, análises e avaliações às características próprias das armas e das munições, ao apuramento da veracidade da avaliação a produzir e à avaliação, análise e diagnóstico de todo um sentido de defesa, proteção e segurança face às funções a cumprir pelos agentes económicos;
- b) As condições de segurança das reservas de caça, das reservas de tiro ao prato, das carreiras de tiro, dos ginásios e locais do exercício da actividade profissional com produtos oriundos das actividades das armas e das munições;
- c) As condições de segurança para o exercício das actividades de armeiro;
- d) O regime da formação técnica e cívica para detenção, uso e porte de armas, nomeadamente os conteúdos programáticos e duração dos cursos;
- e) O regime do exame de aptidão para obtenção de licença de detenção, uso e porte de arma e munições;
- f) O modelo das licenças, alvarás, declaração de aquisição, livrete de manifesto, certificados e outros exigidos à execução do presente diploma;
- g) As taxas a cobrar pelos serviços prestados pelas entidades com competências no disposto do presente diploma;
- h) A detenção, uso e porte de armas em actividade de carácter desportivo, incluindo a definição do tipo de arma e munições em uso, as modalidades e normas de licenciamento;
- i) A detenção por parte dos cidadãos ou entidades com alvará de armeiro de bancos de provas próprios ou comuns a várias empresas;
- j) As condições de segurança para o exercício da actividade pirotécnica e pulverizadora;
- k) O modo de intervenção dos serviços de saúde, da segurança, da ordem e do desporto especializados no apoio, auxílio e colaboração às autoridades policiais e jurídicas;
- l) Classificar as actividades das armas e das munições e os produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades a existir nos estabelecimentos de venda ao público;
- m) Classificar as actividades das armas e das munições e os produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades como proibidos, sempre que os mesmos se revistam em termos de consumo ou utilização de efeitos nefastos para o organismo humano e constituam um meio de retrocesso e uma regressão das faculdades, aptidões e capacidades físicas, psicológicas e emocionais humanas, bem como que criem situações de dependência;
- n) Definir com base nos efeitos produzidos por via do seu consumo e utilização no homem as respectivas privações das liberdades relativas a cada um produto, nomeadamente a proibição de conduzir, a proibição de ingerência de álcool, outros produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos ou plantas filantrópicas, substâncias ou preparações psicotrópicas, a proibição do exercício profissional durante o seu efeito directo;

- o) Comprovar por via dos exames, análises e avaliações anuais médicas, educativas, laborais e sociais, o aprofundar do conhecimento humano face aos efeitos do seu consumo e utilização a curto, médio e longo prazo, corrigindo as actividades das armas e das munições e os produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades que pelos resultados negativos que produzem deveram constar das actividades das armas e das munições e dos produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades proibidos;
- p) Os modos, métodos e técnicas em uso e utilização no exercício das actividades constantes do presente diploma, de produção e fabrico de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como dos percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias em uso e utilização em cada um processo económico;
- q) As áreas de caça, de tiro ao prato e de tiro no espaço territorial português; e
- r) Os períodos de caça durante o ano de cada uma espécie animal e as quantidades, tendo presente a maturidade das espécies como forma de garantir futuro.

2 – A portaria a que se refere o número anterior deve ser rectificada e actualizada sempre que a evolução do conhecimento científico assim o justifique.

ARTIGO SEXTO – ESPÉCIES MARINHAS EM VIAS DE EXTINÇÃO.

1 – Com excepção das espécies marinhas destinados aos zoo marinhos e aos oceanários e das espécies marinhas que possam ser reabilitadas nos centros de reabilitação de espécies marinhas presentes no espaço territorial português, Portugal não pesca, produz, fabrica, importa, introduz, exporta, expedita, transita ou transborda, qualquer espécie de pescado ou de plâncton em vias de extinção, seja baleia, orca ou o elixir da vida, bem como quaisquer outros produtos provenientes dessas mesmas espécies em vias de extinção.

ARTIGO SÉTIMO – ESPÉCIES ANIMAIS EM VIAS DE EXTINÇÃO.

1 – Com excepção das espécies animais destinados aos jardins zoológicos e às reservas naturais e das espécies animais que possam ser reabilitadas nos centros de reabilitação de espécies animais presentes no espaço territorial português, Portugal não caça, produz, fabrica, importa, introduz, exporta, expedita, transita ou transborda, qualquer espécie animal em vias de extinção, seja elefante, tigre ou o elixir da vida, bem como quaisquer outros produtos provenientes dessas mesmas espécies em vias de extinção.

ARTIGO OITAVO – ESPÉCIES VEGETAIS EM VIAS DE EXTINÇÃO.

1 – Com excepção das espécies vegetais destinados aos jardins botânicos e das espécies vegetais que possam ser reabilitadas nos centros de reabilitação de espécies

vegetais presentes no espaço territorial português, Portugal não recolhe, produz, fabrica, importa, introduz, exporta, expedita, transita ou transborda, qualquer espécie vegetal em vias de extinção, seja sobreiro, alecrim ou o elixir da vida, bem como quaisquer outros produtos provenientes dessas mesmas espécies em vias de extinção.

ARTIGO NONO – MATURIDADE DAS ÁRVORES PARA ABATE.

1 – A maturidade das árvores para abate nas actividades de agricultura tem que corresponder à idade adulta de cada uma espécie vegetal de modo e forma a precaver a extinção das espécies vegetais e a salvaguardarmos o futuro.

ARTIGO DÉCIMO – ESPÉCIES VEGETAIS NOCIVAS AO SOLO.

1 – Nos termos da lei com excepção das autorizações concedidas pelo real instituto da agricultura e dos vegetais português e pelo real instituto farmacêutico português para o cultivo de espécies vegetais nocivas à fertilidade dos solos para fins medicinais e outros fins específicos essenciais e elementares ao desenvolvimento, progresso e futuro de habitabilidade do reino de Portugal, o cultivo de espécies nocivas à fertilidade dos solos é proibido em todo o espaço territorial português, sendo os seus proprietários obrigados à denúncia das espécies de modo e forma a que se proceda ao seu abate e inclusão no mercado de consumo ou à sua destruição nos termos da lei.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – MINERAIS EM VIAS DE EXTINÇÃO.

1 – Com excepção dos minerais destinados aos minerólogos e dos minerais que possam ser investigados nos centros de prospecção dos solos e de substâncias minerais presentes no espaço territorial português, Portugal não extrai, produz, fabrica, importa, introduz, exporta, expedita, transita ou transborda, qualquer substância mineral em vias de extinção, seja volfrâmio, ouro ou o elixir da vida, bem como quaisquer outros produtos provenientes dessas mesmas substâncias minerais em vias de extinção.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ESTADO-MAIOR DAS REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA E ESTADO-MAIOR DA GUARDA REAL PORTUGUESA.

1 – O ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa tem em uníssono com o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa a responsabilidade de criar o museu nacional das armas e das munições, bem como suportará os encargos deficitários inerentes ao exercício da sua competência.

2 – O ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa têm em uníssono com o real instituto farmacêutico português, com o real instituto da pecuária e dos animais português e com o real instituto natural português, a responsabilidade de povoar com espécies animais todo o espaço

territorial português, nomeadamente as reservas naturais e as reservas de caça portuguesas e de criar habitats naturais para a defesa, protecção e reprodução das espécies animais permanentes ou migratórias.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PARAÍSO FISCAL.

1 – Tendo presente que a lei portuguesa é só uma em todo o espaço territorial português a cumprir por igual por todos os cidadãos, órgãos de soberania, empresas e instituições, públicas e privadas, portuguesas, imperiais portuguesas e internacionais, estão proibidos quaisquer géneros de benefícios, proveitos ou isenções fiscais relativos ao exercício de qualquer actividade económica.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PRIVATIZAÇÃO DAS ENTIDADES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES PÚBLICAS.

1 – O estado português vai privatizar 90% do capital social das entidades das armas e das munições que possua em exercício sob a forma de serviço público.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ENTIDADE REGULADORA DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES.

1 – Os meios materiais, técnicos e tecnológicos do exercício de actividades da entidade reguladora das armas e das munições serão transferidos para as reais forças armadas portuguesa e para a guarda real portuguesa da respectiva área de circunscrição geográfica, tendo presente a equidade dos meios em todo o espaço territorial português.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – INSPECTORES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES.

1 – As reais forças armadas portuguesa e a guarda real portuguesa possuirão inspectores das armas e das munições para cada um concelho de administração do reino de Portugal, com competência para a inspecção, fiscalização e controlo das actividades das armas e das munições nos próprios momentos em que se realizam as actividades das armas e das munições, bem como para a resolução dos diferendos das armas e das munições que ocorram no decurso das mesmas actividades das armas e das munições.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – PROIBIÇÃO DE ACTIVIDADES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES.

1 – Estão proibidos a todos os sectores de actividade económicos das armas e das munições como actividades das armas e das munições a realização de actividades das armas e das munições que promovam a deturpação ou a deformação dos valores e princípios humanos da razão, verdade e da justiça nos vários domínios das armas e das munições em realização na vida do reino de Portugal, do império português e dos estados

soberanos externos ao império português, bem como que coloquem em causa a dignidade da vida humana, dos ciclos de biodiversidade e do planeta terra, sendo a sua violação punida severamente nos termos do disposto no CÓDIGO PENAL.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – CONSELHO DO PROVEDOR DA INDÚSTRIA.

1 – O conselho do provedor da indústria exercerá funções e competências na CASA IMPERIAL PORTUGUESA sendo constituído por um elemento de cada um sector ministerial da indústria eleito por todos os sectores de actividade económicos da indústria do respectivo sector ministerial presente na vida do reino de Portugal, que elegeram o provedor da indústria.

2 – O conselho do provedor da indústria tem como missão zelar pelas participações, requerimentos e queixas dos consumidores e dos sectores de actividade económicos da indústria face às actividades industriais e produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades em uso, utilização e consumo no reino de Portugal, bem como pelos alertas ao consumo das mesmas actividades industriais e produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades.

ARTIGO DÉCIMO NONO – LIVRO DE REGISTO DE MUNIÇÕES.

1 – Compete ao órgão de soberania policial da respectiva área de residência de cada um titular de produto oriundo das actividades das armas ou das munições, mediante a apresentação da licença de detenção, uso e porte de arma e munições e do livrete de manifesto da arma respectivo, emitir a requerimento do titular o respectivo livro de munições.

2 – O livro de registo de munições destina-se a inscrever em campos próprios as datas e quantidades de munições adquiridas e disparadas, dele devendo constar o nome do titular, número e validade da licença, número do livrete de manifesto e seu calibre.

3 – Cada compra de munições efectuada deve ser registada no livro e certificado e datada pelo respectivo agente do paiol do respectivo acto de esforço.

4 – Cada disparo ou conjunto de disparos efectuado pelo titular em cada acto de esforço deve ser registado no livro e certificado pelo agente do paiol do respectivo acto de esforço.

5 – O livro de registo de munições é de aquisição facultativo, tendo presente o registo informático central da guarda real portuguesa presente em cada um paiol de realização dos actos de esforço, nele constando a data, hora e o respectivo número de munições cedidas, disparadas e devolvidas em cada um acto de esforço, sendo atribuído a cada um titular um cartão electrónico com código de identificação secreto para o acesso e gestão dos mesmos fins.

ARTIGO VIGÉSIMO – DELEGAÇÃO E PRETENSÃO DE COMPETÊNCIAS.

1 – As competências atribuídas no presente diploma ao MARECHAL e ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, bem como ao MARECHAL e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, podem ser delegadas e subdelegadas nos termos da lei.

2 – Compete em uníssonos ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa a emissão de normas técnicas destinadas a estabelecer procedimentos operativos no âmbito do regime jurídico das armas e das munições constantes do presente diploma.

3 – A pretensão de pedidos, autorizações, licenças, requerimentos ou outras solicitações, bem como o envio de documentos, comunicações ou outros factos constantes do presente diploma direccionados em uníssonos ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, deveram ser expedidos em uníssonos à pessoa do MARECHAL das reais forças armadas portuguesa e do MARECHAL da guarda real portuguesa.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – LIXOS E DETRITOS DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES.

1 – Todos os lixos e detritos produzidos pelos sectores de actividade económicos das armas e das munições na realização do seu exercício profissional deverão ser decompostos, reciclados ou incinerados de acordo com a defesa, segurança e protecção da propagação de vírus e bactérias no meio ambiente.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – ABUSO DE PATENTE E PIRATARIA.

1 – O abuso de patente e a pirataria de actividades das armas e das munições e de produtos oriundos das mesmas actividades é punido nos termos do disposto nos artigos 1º e 2º, do capítulo quarto, do título primeiro, da parte segunda do CÓDIGO PENAL respectivamente.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – RECLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES E DOS PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS ORIUNDOS DAS MESMAS ACTIVIDADES.

1 – As actividades das armas e das munições e produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades que no âmbito do presente diploma venham a ser reclassificados, só podem ser detidos e utilizados nos termos permitidos pelo presente diploma.

2 – Se o titular da actividade das armas ou das munições ou do produto ou serviço prestado oriundo das mesmas actividades reclassificado não possuir as condições inerentes à sua detenção, uso e porte no âmbito do presente diploma, tem o prazo de 183 dias a partir da data de publicação do presente diploma até à sua entrada em vigor para proceder nos termos da lei à sua comunicação, transmissão ou inutilização, sob pena de o mesmo constituir crime ou possa ser declarado perdido a favor do estado.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – TRANSIÇÃO PARA O NOVO REGIME LEGAL.

1 – As licenças de detenção, uso e porte de arma, alvarás de armeiro e livretes de manifesto concedidas ou concedidos ao abrigo da legislação anterior são convertidos ao abrigo do presente diploma, durante os 183 dias que medeia entre a publicação do presente diploma e a sua entrada em vigor.

2 – As licenças de detenção, uso e porte de arma e munições são convertidos de acordo com a respectiva classificação das armas ao abrigo do presente diploma, nos seguintes termos:

- a) Licenças B mantêm a mesma classificação B;
- b) Licença B1 transita para licença B,
- c) Licença C e D transitam para licença C;
- d) Licença E transita para licença D;
- e) Licença F transita para licença E;
- f) Licença de detenção de arma no domicílio transita para a respectiva classe da arma correspondente nos termos das alíneas anteriores;
- g) Licença especial transita para a respectiva classe da arma e munições correspondente nos termos das alíneas anteriores;
- h) Atribui-se nos termos do presente diploma a licença F para a detenção, uso e porte de armas da classe F.

3 – Os alvarás de armeiro são convertidos ao abrigo do presente diploma nos seguintes termos:

- a) Alvará de armeiro do tipo 1 transita com as necessárias transformações para alvará do tipo 1 ao 8 ou 10 respectivamente;
- b) Alvará de armeiro do tipo 2 e 3 transitam com as necessárias transformações para alvará do tipo 9 ou 10 respectivamente;
- c) Alvará de armeiro do tipo 4 transita com as necessárias transformações para alvará do tipo 11;
- d) Alvará de armeiro do tipo 5 transita com as necessárias transformações para alvará do tipo 12.

4 - E atribui-se nos termos do presente diploma alvará de armeiro do tipo 13, para gestão e exploração de reservas de caça, reservas de tiro ao prato, carreiras de tiro e ginásios envoltos das modalidades desportivas federadas com produtos oriundos das actividades das armas e das munições.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – MANIFESTO VOLUNTÁRIO.

1 – Todos os cidadãos ou entidades a operar ilicitamente no exercício das actividades constantes do presente diploma de produção, fabrico e comercialização de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, devem durante os 183 dias que medeiam entre a publicação do presente diploma e a sua entrada em vigor, denunciar o exercício da actividade às autoridades das armas e das munições competentes ou a sua posse ao órgão de soberania policial da sua área de residência e requerer a continuidade do exercício da actividade ou a sua apresentação a exame e manifesto, não se processando o respectivo procedimento criminal, sob o compromisso de emissão pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa de autorização nos termos da lei para a prossecução do exercício da respectiva actividade.

2 – As mercadorias são depositadas no respectivo órgão de soberania policial, sendo após o exame e manifesto a requerimento do interessado e tendo presente a sua legalização nos termos do presente diploma, transferidas sob fortes medidas de segurança para o arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa, sendo o seu proprietário indemnizado pelo montante do seu valor produtivo ou industrial sempre que as mesmas sejam comerciáveis, ficando o seu proprietário a aguardar a correspondente emissão da autorização nos termos da lei para o exercício da actividade em exercício.

3 – Sempre que o detentor de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma não declarados e provenientes de actividades ilícitas possuir autorização nos termos da lei para o exercício da referida actividade ou de outras actividades constantes do presente diploma, compete às autoridades das armas e das munições competentes declarar o continuo do exercício da actividade até à emissão pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa de autorização nos termos da lei para a prossecução do exercício da respectiva actividade ou ao órgão de soberania policial proceder após o seu exame e manifesto à sua transferência no imediato para o arsenal de armas e munições das reais forças armadas portuguesa, não havendo lugar a procedimento criminal e sendo o seu proprietário no caso dos produtos oriundos das actividades das armas e das munições indemnizado por via do ciclo económico produtivo ou comercial pelo montante do seu valor produtivo ou industrial sempre que os mesmos sejam comerciáveis.

4 – Todas as actividades das armas e das munições e produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma, que na emissão da autorização ou no exame e análise de avaliação e peritagem do seu estado, características e classificação não puderem ser legalizados, por estarem compreendidos nas actividades das armas e das munições e produtos e serviços prestados oriundos das mesmas

actividades indesejáveis ou por se encontrarem deteriorados ou adulterados e sempre que os mesmos não se revistam de interesse didáctico ou científico ou não forem solicitadas amostras por quaisquer entidades, compete ao respectivo proprietário proceder à declaração de cessação da actividade ou de destruição, sob pena de exercício ilícito de actividade ou de os produtos oriundos das actividades das armas e das munições serem considerados declarados perdidos a favor do estado e consequentemente destruídos nos termos da lei, não existindo lugar a qualquer indemnização.

5 – Deveram nos termos do número 1 ser denunciados no mesmo acto os respectivos percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma em posse do seu proprietário.

6 – Todo o cidadão ou entidade que com excepção da propriedade das armas registadas e manifestadas nos termos da lei e respectivas munições, exercer, deter ou possuir actividades das armas ou das munições, ou produtos ou serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como percursos, matérias-primas ou matérias subsidiárias constantes do presente diploma e que as não denunciar às autoridades das armas e das munições competentes ou não proceder ao respectivo exame e manifesto, é punido pelo crime de tráfico e outras actividades ilícitas.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – MANIFESTO PESSOAL.

1 – Todos os portadores de produtos oriundos das actividades das armas e das munições não manifestados ou não registados, devem durante os 183 dias que medeiam entre a publicação do presente diploma e a sua entrada em vigor, denunciar a sua posse ao órgão de soberania policial da sua área de residência e requerer a sua apresentação a exame e manifesto, não se processando o respectivo procedimento criminal.

2 – Após o exame e manifesto a requerimento do interessado, os referidos produtos se susceptíveis de legalização ao abrigo do presente diploma, ficam depositados no respectivo órgão de soberania policial até ao momento da emissão nos termos da lei da licença de detenção, uso e porte correspondente subscrita pelo órgão de soberania policial, sendo após a concessão da licença transferidos para os locais respectivos do seu depósito e utilização.

3 – Sempre que o detentor de produto oriundo das actividades das armas e munições possua a licença de detenção, uso e porte da respectiva classe da arma e munições não manifestada ou não declarada e sempre que a mesma seja susceptível de legalização, compete ao órgão de soberania policial proceder após a sua legalização à sua transferência no imediato para os locais respectivos do seu depósito e utilização.

4 – Todos os produtos oriundos das actividades das armas e das munições que no exame de avaliação e peritagem do seu estado, características e classificação não puderem ser legalizados compete ao respectivo proprietário proceder à sua inutilização para fins ornamentais, à declaração de compra e venda ou doação nos termos da lei a museus ou entidades com fins de investigação científica, ou à sua destruição, sob pena de serem considerados declarados perdidos a favor do estado.

5 – Deveram nos termos do número 1 serem denunciados no mesmo acto os respectivos percussores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma em posse do seu proprietário.

6 – Todo o cidadão que com excepção da propriedade das armas registadas e manifestadas nos termos da lei e respectivas munições, exercer, deter ou possuir actividades das armas ou das munições, ou produtos ou serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como percussores, matérias-primas ou matérias subsidiárias constantes do presente diploma e que as não denunciar às autoridades das armas e das munições competentes ou não proceder ao respectivo exame e manifesto, é punido pelo crime de tráfico e outras actividades ilícitas.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – INFORMAÇÃO AOS ARMEIROS.

1 – As publicações destinadas exclusivamente aos armeiros relativas a actividades das armas ou das munições e a produtos ou serviços prestados oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma, devem referir obrigatoriamente as características, especificidades e estado soberano do produto a que corresponde, bem como a classe do material respectivo para a sua comercialização.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – ENTRADA EM VIGOR.

1 – O presente diploma entra em vigor em todo o reino de Portugal passados 183 dias da sua publicação, divulgação e difusão pelos meios de comunicação social da CASA IMPERIAL PORTUGUESA, devendo ser adoptado até ao momento do acto, os procedimentos regulamentares orgânicos, técnicos e tecnológicos exigidos à aplicação do presente diploma, vigorando até à sua entrada os decretos-leis promulgados pelo regime republicano sobre a produção, fabrico, comercialização, licenças, aquisição, detenção, uso, utilização e consumo de actividades das armas e das munições e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como de percussores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma.

DIPLOMA DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES

APROVADO E PROMULGADO

EM DEZASSEIS DE OUTUBRO DO ANO DOIS MIL E ONZE

POR

SUA MAJESTADE,

EL REI SUPREMO O IMPERADOR,

DOM FILIPE ARMANDO CORREIA SANTOS.

ÍNDICE

DIPLOMA DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES:

DIPLOMA DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES – 1:

TÍTULO PRIMEIRO – ARMAS E MUNIÇÕES – 2.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 2.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO E DEFINIÇÕES – 2.

ARTIGO SEGUNDO – TABELAS – 16.

ARTIGO TERCEIRO – ÂMBITO DA APLICAÇÃO E DO CONTROLO – 20.

ARTIGO QUARTO – LEIS E CONCEITOS TÉCNICOS – 21.

ARTIGO QUINTO – DEVER GERAL DE INFORMAÇÃO – 21.

ARTIGO SEXTO – LIBERALIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES E DOS PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS ORIUNDOS DAS MESMAS ACTIVIDADES – 21.

ARTIGO SÉTIMO – AQUISIÇÃO, DETENÇÃO, USO E PORTE DE ARMA – 22.

ARTIGO OITAVO – RESTRIÇÃO E HONRA À DETENÇÃO, USO E PORTE DE ARMA – 23.

ARTIGO NONO – MINISTRO BÉLICO – 24.

CAPÍTULO SEGUNDO – AUTORIZAÇÃO, LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO – 24.

ARTIGO PRIMEIRO – LICENCIAMENTOS, CONDICIONAMENTOS E AUTORIZAÇÕES – 24.

ARTIGO SEGUNDO – PROCESSAMENTO DE AUTORIZAÇÃO – 26.

ARTIGO TERCEIRO – FISCALIZAÇÃO – 27.

ARTIGO QUARTO – NATUREZA DAS AUTORIZAÇÕES – 28.

ARTIGO QUINTO – REQUISITOS SUBJECTIVOS – 29.

ARTIGO SEXTO – MANUTENÇÃO E CADUCIDADE DA AUTORIZAÇÃO – 29.

ARTIGO SÉTIMO – REVOGAÇÃO OU SUSPENSÃO DA AUTORIZAÇÃO – 30.

ARTIGO OITAVO – EFEITOS DA REVOGAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO – 30.

ARTIGO NONO – REGISTO DE ACTIVIDADE – 31.

ARTIGO DÉCIMO – IMPORTAÇÃO, INTRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO E EXPEDIÇÃO – 31.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – COMPETÊNCIA FISCALIZADORA DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA FISCAIS E DAS ENTIDADES ALFANDEGÁRIAS – 33.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DEVER DE COMUNICAÇÃO – 33.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – SEGURANÇA, ARSENAL DE ARMAS E MUNIÇÕES E TRANSPORTE – 33.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADÃOS – 34.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – PROVAS DESPORTIVAS IMPERIAIS PORTUGUESAS E INTERNACIONAIS – 35.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – DETENÇÃO DE ARMA EM MEIO DE TRANSPORTE INTERNACIONAL – 35.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – TAXAS – 36.

CAPÍTULO TERCEIRO – COORDENAÇÃO, COOPERAÇÃO E CONTROLO – 36.

ARTIGO PRIMEIRO – DIRECÇÃO GERAL DAS ALFÂNDEGAS – 36.

ARTIGO SEGUNDO – INFRACÇÕES ALFANDEGÁRIAS – 37.

ARTIGO TERCEIRO – COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL – 37.

ARTIGO QUARTO – DEVER DE DENÚNCIA – 37.

ARTIGO QUINTO – CONTROLO – 38.

CAPÍTULO QUARTO – HOMOLOGAÇÃO E LICENÇAS DE DETENÇÃO, USO E PORTE DE ARMA E MUNIÇÕES – 38.

ARTIGO PRIMEIRO – HOMOLOGAÇÃO – 38.

ARTIGO SEGUNDO – CLASSIFICAÇÃO DAS LICENÇAS DE DETENÇÃO, USO E PORTE DE ARMA E MUNIÇÕES – 39.

ARTIGO TERCEIRO – LICENÇA DE DETENÇÃO, USO E PORTE DE ARMA E MUNIÇÕES – 39.

ARTIGO QUARTO – CURSOS DE ACTUALIZAÇÃO – 40.

ARTIGO QUINTO – FREQUÊNCIA DOS CURSOS DE FORMAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE LICENÇA DE DETENÇÃO, USO E PORTE DE ARMA E MUNIÇÕES – 40.

ARTIGO SEXTO – REQUISITOS DA LICENÇA – 40.

ARTIGO SÉTIMO – EXAME MÉDICO – 42.

ARTIGO OITAVO – REGISTO CRIMINAL – 42.

ARTIGO NONO – LICENÇA DE DETENÇÃO DE ARMAS DA CLASSE E, NO DOMICÍLIO E EM GINÁSIOS – 43.

ARTIGO DÉCIMO – LICENÇA DE DETENÇÃO, USO E PORTE DE ARMAS E MUNIÇÕES DA CLASSE F, NO LOCAL DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL – 43.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – LICENÇA PARA MENORES – 43.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VALIDADE DA LICENÇA – 44.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – RENOVAÇÃO DA LICENÇA – 44.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – CADUCIDADE E NÃO RENOVAÇÃO DA LICENÇA – 44.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – RECUSA DE CONCESSÃO – 45.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – OBEDIÊNCIA – 46.

CAPÍTULO QUINTO – AQUISIÇÃO DE ARMA E MUNIÇÕES – 46.

ARTIGO PRIMEIRO – DECLARAÇÃO DE AQUISIÇÃO – 46.

ARTIGO SEGUNDO – REQUISITOS DA AUTORIZAÇÃO – 46.

ARTIGO TERCEIRO – EXAME MÉDICO – 49.

ARTIGO QUARTO – DECLARAÇÃO EDUCATIVA, LABORAL E FAMILIAR – 49.

ARTIGO QUINTO – AVALIAÇÃO GERAL DO TÍTULAR DE LICENÇA – 50.

ARTIGO SEXTO – DECLARAÇÃO DE AQUISIÇÃO NO ÂMBITO DE PROCESSO PENDENTE – 50.

ARTIGO SÉTIMO – VALIDADE DA AUTORIZAÇÃO – 51.

ARTIGO OITAVO – RECUSA DE CONCESSÃO – 51.

ARTIGO NONO – FORMAS DE TRANSMISSÃO DE ARMA E MUNIÇÕES – 52.

ARTIGO DÉCIMO – DECLARAÇÕES DE COMPRA E VENDA, DE DOAÇÃO E HERANÇA – 52.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – LIMITES DA DETENÇÃO – 53.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – REGISTO INFORMÁTICO DE PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES, ACÇÕES DE TIRO E RESULTADOS DA ACÇÃO REALIZADA – 54.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – LIMITES DE MUNIÇÕES – 54.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – POSSE E AQUISIÇÃO DE MUNIÇÕES – 55.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – RECARGA E COMPONENTES DE RECARGA – 55.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – MORTIS CAUSA – 56.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – CEDÊNCIA A TÍTULO DE EMPRÉSTIMO – 56.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – GUARDA REAL PORTUGUESA – 56.

CAPÍTULO SEXTO – NORMAS DE CONDUTA DE PORTADORES DE ARMAS – 57.

ARTIGO PRIMEIRO – OBRIGAÇÕES GERAIS – 57.

ARTIGO SEGUNDO – SEGURANÇA DAS ARMAS – 58.

ARTIGO TERCEIRO – USO, PORTE E TRANSPORTE DE ARMAS DE FOGO E DAS RESPECTIVAS MUNIÇÕES – 58.

ARTIGO QUARTO – USO DE ARMAS – 59.

ARTIGO QUINTO – SEGURANÇA NO DOMICÍLIO – 60.

ARTIGO SEXTO – ARMAS ELECTRICAS, AEROSSÓIS DE DEFESA E OUTRAS ARMAS DE LETALIDADE REDUZIDA – 60.

ARTIGO SÉTIMO – PROIBIÇÃO DE DETENÇÃO, USO E PORTE DE ARMA – 60.

ARTIGO OITAVO – FISCALIZAÇÃO – 61.

CAPÍTULO SÉTIMO – ARMEIROS – 62.

ARTIGO PRIMEIRO – CONCESSÃO DE ALVARÁS – 62.

ARTIGO SEGUNDO – TIPOS DE ALVARÁS – 62.

ARTIGO TERCEIRO – PROIBIÇÃO DE CEDÊNCIA DE ALVARÁ – 65.

ARTIGO QUARTO – CASSAÇÃO DO ALVARÁ – 65.

ARTIGO QUINTO – COMÉRCIO ELECTRÓNICO ENTRE ARMEIROS NACIONAIS – 66.

ARTIGO SEXTO – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DOS ARMEIROS NO EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE – 66.

ARTIGO SÉTIMO – ENTIDADES DAS ARMAS – 67.

ARTIGO OITAVO – ENTIDADES DAS MUNIÇÕES – 67.

ARTIGO NONO – ENTIDADES DOS ACESSÓRIOS E DOS UTENSÍLIOS DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES – 67.

ARTIGO DÉCIMO – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DOS ARMEIROS NA VENDA AO PÚBLICO – 68.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ARMEIROS COMERCIAIS – 69.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DOS ARMEIROS NA MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO, RESTAURO E DE OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES – 69.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – ENTIDADES DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO, RESTAURO E DE OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES – 70.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – MARCA DE ORIGEM – 70.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – MANIFESTO DE ARMAS – 70.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – CONTROLO DE CONSUMO – 71.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – SUBTRACÇÃO, EXTRAVIO E DETERIORAÇÃO – 71.

CAPITULO OITAVO – MANIFESTO – 72.

ARTIGO PRIMEIRO – COMPETÊNCIA – 72.

ARTIGO SEGUNDO – MANIFESTO E LIVRETE DE MANIFESTO – 72.

ARTIGO TERCEIRO – NUMERAÇÃO E MARCAÇÃO – 72.

ARTIGO QUARTO – FACTOS SUJEITOS A REGISTO – 73.

ARTIGO QUINTO – REPARAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS CARACTERISTICAS PRÓPRIAS DE ARMA – 73.

CAPÍTULO NONO – RESERVAS DE CAÇA, RESERVAS DE TIRO AO PRATO, CARREIRAS DE TIRO, GINÁSIOS E LOCAIS DA ACTIVIDADE PROFISSIONAL – 74.

ARTIGO PRIMEIRO – LOCAIS PERMITIDOS – 74.

ARTIGO SEGUNDO – COMPETÊNCIA PARA ALVARÁ – 74.

ARTIGO TERCEIRO – CONCESSÃO DE ALVARÁS – 74.

ARTIGO QUARTO – CEDÊNCIA E CASSAÇÃO DE ALVARÁ – 74.

ARTIGO QUINTO – RESERVAS DE CAÇA, RESERVAS DE TIRO AO PRATO E CARREIRAS DE TIRO – 75.

ARTIGO SEXTO – RESERVAS DE CAÇA, RESERVAS DE TIRO AO PRATO, CARREIRAS DE TIRO, GINÁSIOS E LOCAIS DA ACTIVIDADE PROFISSIONAL – 75.

CAPÍTULO DÉCIMO – PAIÓIS DAS RESERVAS DE CAÇA, RESERVAS DE TIRO AO PRATO, CARREIRAS DE TIRO. GINÁSIOS E LOCAIS DE EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE – 75.

ARTIGO PRIMEIRO – PAIÓIS DE ARMAS E MUNIÇÕES – 75.

ARTIGO SEGUNDO – AUTORIDADE DOS PAIÓIS – 75.

ARTIGO TERCEIRO – PROCESSAMENTO DE ACESSO AOS PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES NOS LOCAIS DE TIRO – 76.

ARTIGO QUARTO – PROCESSAMENTO DE ACESSO AOS PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DAS ARMAS NOS GINÁSIOS – 77.

ARTIGO QUINTO – PROCESSAMENTO DE ACESSO AOS PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES NOS LOCAIS DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL – 77.

ARTIGO SEXTO – ESTADO DE EMERGÊNCIA E ESTADO DE SÍTIO – 78.

ARTIGO SÉTIMO – LOGÍSTICA – 78.

CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO – TRÁFICO, BRANQUEAMENTO E OUTRAS INFRACÇÕES – 79.

ARTIGO PRIMEIRO – TRÁFICO E OUTRAS ACTIVIDADES ILÍCITAS – 79.

ARTIGO SEGUNDO – MATÉRIAS-PRIMAS – 81.

ARTIGO TERCEIRO – MATÉRIAS SUBSIDIÁRIAS – 82.

ARTIGO QUARTO – PERCURSORES – 83.

ARTIGO QUINTO – DETENÇÃO, USO E PORTE DE ARMA ILEGAL - 85.

ARTIGO SEXTO – ABUSO DO EXERCÍCIO DE PROFISSÃO – 86.

ARTIGO SÉTIMO – ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA – 88.

ARTIGO OITAVO – INCITAMENTO AO USO E UTILIZAÇÃO DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES – 90.

ARTIGO NONO – TRÁFICO, USO E UTILIZAÇÃO ILÍCITO EM ESPAÇOS PÚBLICOS OU PRIVADOS – 91.

ARTIGO DÉCIMO – DESOBEDIÊNCIA QUALIFICADA – 93.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS COLECTIVAS OU EQUIPARADAS – 94.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – REPATRIAMENTO DE ESTRANGEIROS E ENCERRAMENTO DE ESTABELECIMENTO – 94.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PERDA DE OBJECTOS – 95.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – BENS MATERIAIS OU DIREITOS RELACIONADOS COM O FACTO – 95.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DEFESA DE DIREITOS DE BOA-FÉ DE TERCEIROS – 95.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – BENS TRANSFORMADOS, CONVERTIDOS OU MISTURADOS – 96.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – LUCROS E OUTROS BENEFÍCIOS – 96.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – DESTINO DOS BENS DECLARADOS PERDIDOS A FAVOR DO ESTADO – 96.

TÍTULO SEGUNDO – CICLO ECONÓMICO – 97.

CAPÍTULO PRIMEIRO – PRODUÇÃO E FABRICO – 97.

ARTIGO PRIMEIRO – PRODUÇÃO E FABRICO – 97.

ARTIGO SEGUNDO – ENTIDADES DAS ARMAS – 98.

ARTIGO TERCEIRO – ENTIDADES DAS MUNIÇÕES – 99.

ARTIGO QUARTO – ENTIDADES DOS ACESSÓRIOS E DOS UTENSÍLIOS DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES – 100.

ARTIGO QUINTO – PRODUTO FINAL – 100.

ARTIGO SEXTO – QUOTAS DE PRODUÇÃO E FABRICO – 101.

ARTIGO SÉTIMO – PROIBIÇÃO DE AMOSTRAS – 101.

ARTIGO OITAVO – AVALIAÇÃO DO PROCESSO – 101.

ARTIGO NONO – PERITAGEM DO PRODUTO FINAL – 102.

ARTIGO DÉCIMO – PROCESSAMENTO DO CICLO ECONÓMICO PRODUTIVO – 102.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – FORNECIMENTOS ESPECÍFICOS – 103.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CONTRIBUIÇÃO PARA AS REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA E A GUARDA REAL PORTUGUESA – 104.

CAPÍTULO SEGUNDO – COMÉRCIO E SERVIÇOS – 104.

ARTIGO PRIMEIRO – ARMEIROS COMERCIAIS – 104.

ARTIGO SEGUNDO – SERVIÇOS PRESTADOS – 105.

ARTIGO TERCEIRO – PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES PARA MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO OU RESTAURO – 106.

ARTIGO QUARTO – PRODUTORES E FABRICANTES – 107.

ARTIGO QUINTO – PROCESSAMENTO DO CICLO ECONÓMICO COMERCIAL – 107.

ARTIGO SEXTO – PROCESSAMENTO DE ARMA OU MUNIÇÃO PARA MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO OU RESTAURO – 108.

CAPÍTULO TERCEIRO – IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, INTRODUÇÃO, EXPEDIÇÃO E TRÂNSITO – 109.

ARTIGO PRIMEIRO – IMPORTAÇÃO E INTRODUÇÃO – 109.

ARTIGO SEGUNDO – EXPORTAÇÃO E EXPEDIÇÃO – 110.

ARTIGO TERCEIRO – DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO E DECLARAÇÃO DE EXPORTAÇÃO – 110.

ARTIGO QUARTO – ACORDO COMERCIAL – 111.

ARTIGO QUINTO – PERITAGEM DOS PRODUTOS IMPORTADOS, INTRODUZIDOS, EXPORTADOS E EXPEDIDOS – 111.

ARTIGO SEXTO – EXPORTAÇÃO OU EXPEDIÇÃO PROIBIDA – 112.

ARTIGO SÉTIMO – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE IMPORTAÇÃO, INTRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO E EXPEDIÇÃO – 112.

ARTIGO OITAVO – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A IMPORTAÇÃO, INTRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO E EXPEDIÇÃO TEMPORÁRIA – 113.

ARTIGO NONO – PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA – 114.

ARTIGO DÉCIMO – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE TRÂNSITO E TRANSBORDO – 114.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DESPACHO DE ARMAS E MUNIÇÕES PARA DIPLOMATAS E ACOMPANHANTES DE MISSÕES OFICIAIS – 115.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – OUTROS CONDICIONALISMOS – 115.

CAPÍTULO QUARTO – REGISTOS INFORMÁTICOS DE CONTROLO – 115.

ARTIGO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES COMUNS – 115.

ARTIGO SEGUNDO – REGISTO DE ENTRADAS E SAÍDAS – 116.

ARTIGO TERCEIRO – REGISTO DE ENTRADA E DE SAÍDA DO CICLO DE PRODUÇÃO E FABRICO – 117.

ARTIGO QUARTO – REGISTO DE ENTRADA E DE SAÍDA DO CICLO DE MONTAGEM – 117.

ARTIGO QUINTO – REGISTO DE ENTRADA E DE SAÍDA DO CICLO DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO E RESTAURO – 118.

ARTIGO SEXTO – SUBTRACÇÃO, EXTRAVIO E INUTILIZAÇÃO DE REGISTOS – 118.

ARTIGO SÉTIMO – REGISTO DAS EXISTÊNCIAS – 119.

CAPÍTULO QUINTO – PUBLICIDADE, SEGURANÇA, ESTOJOS, EMBALAMENTO, CONSERVAÇÃO E FOLHETO INFORMATIVO – 119.

ARTIGO PRIMEIRO – PROIBIÇÃO DE PUBLICIDADE – 119.

ARTIGO SEGUNDO – SEGURANÇA, ESTOJOS, CARTEIRAS DE MUNIÇÕES, EMBALAMENTO E CONSERVAÇÃO – 120.

ARTIGO TERCEIRO – FOLHETO INFORMATIVO – 120.

CAPÍTULO SEXTO – RESPONSABILIDADE CRIMINAL – 120.

ARTIGO PRIMEIRO – ACTO PROCESSUAL JURÍDICO – 120.

ARTIGO SEGUNDO – PROCEDIMENTO JURÍDICO – 121.

ARTIGO TERCEIRO – IMPORTAÇÃO, INTRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO E EXPEDIÇÃO ILÍCITAS – 121.

ARTIGO QUARTO – EXERCÍCIO ILEGAL DE ACTIVIDADES SUJEITAS A AUTORIZAÇÃO – 122.

ARTIGO QUINTO – REBELDIA – 124.

ARTIGO SEXTO – SEGURANÇA, ESTOJOS, EMBALAMENTO, CONSERVAÇÃO E FOLHETOS INFORMATIVOS – 125.

ARTIGO SÉTIMO – ELEMENTOS ERRADOS – 126.

ARTIGO OITAVO – LICENÇA E AUTORIZAÇÃO – 127.

ARTIGO NONO – QUEBRA DE COOPERAÇÃO – 128.

ARTIGO DÉCIMO – INICIO DE ACTIVIDADE – 129.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DESALFANDEGAMENTO – 130.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – APREENSÕES – 131.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – CICLO ECONÓMICO – 132.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – SUBTRACÇÃO, EXTRAVIO E DETERIORAÇÃO – 133.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DEVERES DE SEGURANÇA – 133.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – ACTO DE ESFORÇO ILÍCITO – 134.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – CONTRIBUIÇÃO – 135.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – PUBLICIDADE – 136.

ARTIGO DÉCIMO NONO – DENÚNCIA – 136.

ARTIGO VIGÉSIMO – FRONTEIRAS – 138.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – REVISTA – 139.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – EXAME DE DETECÇÃO – 140.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – ARSENAL DE ARMAS E MUNIÇÕES DAS REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA – 140.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – GUARDA REAL PORTUGUESA – 143.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – ESTADO-MAIOR – 145.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – AMOSTRAS – 146.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – REGISTOS INFORMÁTICOS – 147.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – DOCUMENTOS, LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES – 148.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – NORMAS DE CONDUTA – 149.

ARTIGO TRIGÉSIMO – PREVENÇÃO – 150.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – DIRECÇÃO DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES, OUTRAS DIRECÇÕES E RESPONSÁVEIS PELA AUTORIZAÇÃO – 151.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – ARMA AO ALCANCE DE CRIANÇAS – 152.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES – 154.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO – PENAS ACESSÓRIAS – 154.

TÍTULO TERCEIRO – DISPOSIÇÕES NORMATIVAS – 154.

CAPÍTULO PRIMEIRO – LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA – 154.

ARTIGO PRIMEIRO – LEGISLAÇÃO PENAL – 154.

ARTIGO SEGUNDO – APLICAÇÃO DA LEI PENAL PORTUGUESA – 154.

ARTIGO TERCEIRO – MEDIDAS RESPEITANTES A MENORES – 155.

ARTIGO QUARTO – LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PENAL – 155.

ARTIGO QUINTO – REVISTA – 155.

ARTIGO SEXTO – FISCALIZAÇÃO E CONTROLO DOS PORTADORES DE PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES – 155.

ARTIGO SÉTIMO – EXERCÍCIO DAS ACTIVIDADES DE ARMEIRO POR PESSOAS COLECTIVAS – 156.

ARTIGO OITAVO – PIROTÉCNICOS E PULVERIZADORES – 157.

ARTIGO NONO – EVENTOS PROMOCIONAIS – 157.

ARTIGO DÉCIMO – SERVIÇOS COMPLEMENTARES – 157.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RESPONSABILIDADE CIVIL – 157.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – SEGURO OBRIGATÓRIO – 157.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – REGISTO INFORMÁTICO DE PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES APREENDIDOS – 158.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – APREENSÃO DE PRODUTO ORIUNDO DAS ACTIVIDADES DAS ARMAS OU DAS MUNIÇÕES – 159.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – CASSAÇÃO DAS LICENÇAS – 159.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES DECLARADOS PERDIDOS A FAVOR DO ESTADO – 161.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – LEILÕES DE PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES – 162.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – PUBLICIDADE DA VENDA EM LEILÃO – 163.

ARTIGO DÉCIMO NONO – ENTREGA OBRIGATÓRIA DE PRODUTO ORIUNDO DAS ACTIVIDADES DAS ARMAS OU DAS MUNIÇÕES ACHADO – 164.

ARTIGO VIGÉSIMO – OBRIGATORIEDADE DE LICENÇA – 164.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – TALÃO DE MUNIÇÕES – 164.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE – 164.

CAPÍTULO SEGUNDO – NORMAS ESPECIAIS – 165.

ARTIGO PRIMEIRO – INVESTIGAÇÃO CRIMINAL – 165.

ARTIGO SEGUNDO – COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL – 166.

ARTIGO TERCEIRO – REGISTO CENTRAL – 166.

ARTIGO QUARTO – COOPERAÇÃO INTERNACIONAL – 167.

ARTIGO QUINTO – PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS – 167.

ARTIGO SEXTO – PERITAGEM E DESTRUIÇÃO DE PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES APREENDIDOS – 168.

ARTIGO SÉTIMO – AMOSTRAS PEDIDAS POR ENTIDADES ESTRANGEIRAS – 169.

ARTIGO OITAVO – COMUNICAÇÃO DAS DECISÕES – 169.

ARTIGO NONO – MISSÃO – 170.

ARTIGO DÉCIMO – FROTA DO ARSENAL DE ARMAS E MUNIÇÕES DAS REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA – 170.

CAPÍTULO TERCEIRO – DISPOSIÇÕES FINAIS – 170.

ARTIGO PRIMEIRO – REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL – 170.

ARTIGO SEGUNDO – OPERAÇÕES ESPECIAIS DE PREVENÇÃO CRIMINAL – 171.

ARTIGO TERCEIRO – ACTIVIDADES DE PREVENÇÃO – 173.

ARTIGO QUARTO – RELATÓRIO ANUAL – 174.

ARTIGO QUINTO – DIAGNÓSTICO, QUALIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE ACTIVIDADES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES E DE PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS ORIUNDOS DAS MESMAS ACTIVIDADES - 174.

ARTIGO SEXTO – ESPÉCIES MARINHAS EM VIAS DE EXTINÇÃO – 176.

ARTIGO SÉTIMO – ESPÉCIES ANIMAIS EM VIAS DE EXTINÇÃO – 176.

ARTIGO OITAVO – ESPÉCIES VEGETAIS EM VIAS DE EXTINÇÃO – 176.

ARTIGO NONO – MATURIDADE DAS ÁRVORES PARA ABATE – 177.

ARTIGO DÉCIMO – ESPÉCIES VEGETAIS NOCIVAS AO SOLO – 177.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – MINERAIS EM VIAS DE EXTINÇÃO – 177.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ESTADO-MAIOR DAS REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA E ESTADO-MAIOR DA GUARDA REAL PORTUGUESA – 177.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PARAÍSO FISCAL – 178.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PRIVATIZAÇÃO DAS ENTIDADES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES PÚBLICAS – 178.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ENTIDADE REGULADORA DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES – 178.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – INSPECTORES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES – 178.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – PROIBIÇÃO DE ACTIVIDADES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES – 178.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – CONSELHO DO PROVEDOR DA INDÚSTRIA – 179.

ARTIGO DÉCIMO NONO – LIVRO DE REGISTO DE MUNIÇÕES – 179.

ARTIGO VIGÉSIMO – DELEGAÇÃO E PRETENSÃO DE COMPETÊNCIAS – 180.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – LIXOS E DETRITOS DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES – 180.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – ABUSO DE PATENTE E PIRATARIA – 180.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – RECLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES E DOS PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS ORIUNDOS DAS MESMAS ACTIVIDADES – 180.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – TRANSIÇÃO PARA O NOVO REGIME LEGAL – 181.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – MANIFESTO VOLUNTÁRIO – 182.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – MANIFESTO PESSOAL – 183.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – INFORMAÇÃO AOS ARMEIROS – 184.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – ENTRADA EM VIGOR – 184.

ÍNDICE – 185.